



# DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE MARÇO DE 1988

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes  
Maria Julieta Ferreira B. Sampaio  
Cláudio José dos Santos Percheiro  
Daniel Abílio Ferreira Bastos

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.

Deu-se conta dos diplomas entrados na Mesa.

Foram aprovados os n.<sup>os</sup> 53 e 54 do Diário e vários pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos relativos a pedidos de comparecência de deputados em tribunal.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva) deu início ao debate sobre integração europeia, no qual intervieram, a diverso título, além dos Srs. Ministros do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira) e da Indústria e Energia (Mira Amaral), os Srs. Deputados Carlos Brito e Carlos Carvalhas (PCP), Eduardo Pereira e João Cravinho (PS), Ilda Figueiredo (PCP), Helena Roseta (Indep.), Raul Castro (ID),

Nogueira de Brito (CDS), Motta Veiga e Soares Costa (PSD), Vítor Constâncio (PS), Ângelo Correia e Correia Afonso (PSD), Basílio Horta (CDS), Rogério de Brito (PCP), Silva Lopes (PRD), Guido Rodrigues e Guilherme Silva (PSD) e Manuel dos Santos (PS).

O Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia (Vítor Martins) encerrou o debate.

Entretanto, foram aprovados um relatório e parecer e um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativos, respectivamente, à substituição de dois deputados do PSD e autorizando que um Sr. Deputado seja ouvido como testemunha.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.  
Adérito Manuel Soares Campos.  
Adriano Silva Pinto.  
Alberto Cerqueira de Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Alexandre Azevedo Monteiro.  
Américo de Sequeira.  
António Abílio Costa.  
António Augusto Ramos.  
António Costa de A. de Sousa Lara.  
António Fernandes Ribeiro.  
António Joaquim Correia Vairinhos.  
António José Caeiro da Motta Veiga.  
António José de Carvalho.  
António Manuel Lopes Tavares.  
António Maria Oliveira de Matos.  
António Paulo Martins Pereira Coelho.  
António Roleira Marinho.  
António da Silva Bacelar.  
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.  
Arlindo da Silva André Moreira.  
Armando Manuel Pedroso Militão.  
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
Belarmino Henriques Correia.  
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.  
Carlos Manuel Duarte Oliveira.  
Carlos Manuel Oliveira da Silva.  
Carlos Manuel Sousa Encarnação.  
Carlos Matos Chaves de Macedo.  
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.  
Carlos Sacramento EsmERALDO.  
Casimiro Gomes Pereira.  
Cecília Pita Catarino.  
César da Costa Santos.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
Domingos Duarte Lima.  
Domingos da Silva e Sousa.  
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.  
Ercilia Domingos M. P. Ribeiro da Silva.  
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.  
Fernando Barata Rocha.  
Fernando Dias de Carvalho Conceição.  
Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
Fernando José R. Roque Correia Afonso.  
Francisco João Bernardino da Silva.  
Francisco Mendes Costa.  
Gilberto Parca Madail.  
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.  
Hilário Torres Azevedo Marques.  
Jaime Gomes Milhomes.  
João Costa da Silva.  
João Domingos F. de Abreu Salgado.  
João Granja Rodrigues da Fonseca.  
João Manuel Ascenção Belém.  
João Maria Ferreira Teixeira.  
João Soares Pinto Montenegro.  
Joaquim Eduardo Gomes.

Joaquim Fernandes Marques.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.  
José Alberto Puig dos Santos Costa.  
José de Almeida Cesário.  
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José António Coito Pita.  
José Assunção Marques.  
José Augusto Ferreira de Campos.  
José Francisco Amaral.  
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.  
José Júlio Vieira Mesquita.  
José Lapa Pessoa Paiva.  
José Luís Campos Vieira de Castro.  
José Luís de Carvalho Lalande Ribeiro.  
José Manuel da Silva Torres.  
José de Vargas Bulcão.  
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.  
Liberal Correia.  
Luís António Damásio Capoulas.  
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.  
Luís Filipe Meneses Lopes.  
Luís Manuel Costa Geraldes.  
Luís da Silva Carvalho.  
Manuel Albino Casimiro de Almeida.  
Manuel António Sá Fernandes.  
Manuel Coelho dos Santos.  
Manuel João Vaz Freixo.  
Maria Assunção Andrade Esteves.  
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.  
Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
Maria Manuela Aguiar Moreira.  
Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.  
Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.  
Mário Ferreira Bastos Raposo.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Mateus Manuel Lopes de Brito.  
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.  
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.  
Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.  
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.  
Paulo Manuel Pacheco Silveira.  
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
Virgílio de Oliveira Carneiro.  
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.  
Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto Manuel Avelino.  
Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
Alberto de Sousa Martins.  
António de Almeida Santos.  
António Carlos Ribeiro Campos.  
António Fernandes Silva Braga.  
António Magalhães da Silva.  
António Manuel Oliveira Guterres.  
António Miguel Morais Barreto.  
Armando António Martins Vara.  
Carlos Cardoso Lage.  
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Fernando Ribeiro Moniz.  
Francisco Fernando Osório Gomes.  
Guilherme Manuel Lopes Pinto.

Helena de Melo Torres Marques.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Barroso Soares.  
 João Cardona Gomes Cravinho.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Jorge Fernando Branco Sampaio.  
 Jorge Lacão Costa.  
 José Apolinário Nunes Portada.  
 José Barbosa Mota.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.  
 José Florêncio B. Castel Branco.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.  
 José Vera Jardim.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.  
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Álvaro Favares Brasileiro.  
 António José Monteiro Vidigal Amaro.  
 António da Silva Mota.  
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.  
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 Cláudio José dos Santos Percheiro.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Fernando Manuel Conceição Gomes.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 Jorge Manuel Abreu Lemos.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Luís Manuel Loureiro Roque.  
 Manuel Anastácio Filipe.  
 Manuel Rogério Sousa Brito.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Maria de Lurdes Dias Hespanhol.  
 Octávio Augusto Teixeira.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

António Alves Marques Júnior.  
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.  
 Isabel Maria Costa Ferreira Espada.  
 José da Silva Lopes.  
 Natália de Oliveira Correia.  
 Rui José dos Santos Silva.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
 José Luís Nogueira de Brito.  
 Narana Sinai Coissoró.

**Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):**  
 Herculano da Silva P. Marques Sequeira.  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

**Agrupamento Intervenção Democrática (ID):**  
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Secretário vai dar-nos conta dos diplomas entrados na Mesa.

**O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deram entrada na Mesa o projecto de lei n.º 205/V, da iniciativa do Sr. Deputado Ângelo Correia e outros, do PSD — Acompanhamento da Assembleia da República em matérias relativas à participação de Portugal nas Comunidades Europeias, que foi admitido e baixou à 14.ª Comissão, e a proposta de lei n.º 38/V, da iniciativa da Assembleia Regional da Madeira — Alterações ao sistema eleitoral para a Assembleia Regional da Madeira, que também foi admitida e baixou à 1.ª Comissão.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estão em aprovação os n.ºs 53 e 54 do Diário.

*Pausa.*

Como não há oposição, consideram-se aprovados.  
 Srs. Deputados, há um conjunto de relatórios da Comissão de Regimento e Mandatos que peço ao Sr. Secretário o favor de resumir para apreciação da Câmara.

**O Sr. Secretário:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os relatórios e pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos têm como fim autorizar ou não autorizar a suspensão do mandato a vários Srs. Deputados, e como são bastantes iria, em termos resumidos, fazer deles a respectiva menção.

Relativamente ao pedido apresentado pela 2.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal de Polícia da Comarca de Lisboa, relativo ao Sr. Deputado Armando António Martins Vara, o parecer é no sentido de não autorizar a suspensão do mandato deste Sr. Deputado, da 1.ª Secção do 3.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Cascais, relativamente ao Sr. Deputado João Cardona Gomes Cravinho, o parecer é igualmente no sentido de não autorizar a suspensão do mandato, da 2.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Gaia, relativamente ao Sr. Deputado Carlos Manuel Duarte de Oliveira, o parecer é também no sentido de igualmente não ser autorizada a suspensão do mandato, da 1.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Anadia, relativamente ao Sr. Deputado Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, a Comissão é de parecer não dever autorizar a suspensão do mandato, da 1.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Anadia, relativamente ao mesmo Sr. Deputado, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, o parecer é igualmente no sentido de não dever ser autorizada a suspensão do mandato, da 1.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal de Polícia da Comarca de Lisboa, com refe-

rência ao Sr. Deputado Narana Sinai Coissoró, é também no sentido de não autorizar a suspensão do mandato, da 1.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal de Polícia da Comarca de Lisboa, relativamente ao mesmo Sr. Deputado Narana Sinai Coissoró, o parecer da Comissão é igualmente no sentido de não autorizar a suspensão do mandato, da 1.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal de Polícia da Comarca de Lisboa, relativamente ao Sr. Deputado Rui Alberto Limpo Salvada, o parecer é de não autorizar a suspensão do mandato, da 4.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, relativamente ao Sr. Deputado Luís António Martins, também a Comissão se pronuncia no sentido de não autorizar a suspensão do mandato, da 2.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal de Polícia da Comarca de Lisboa, com referência ao Sr. Deputado José Manuel Santos de Magalhães, a Comissão emite parecer no sentido de não autorizar a suspensão do mandato, da 1.ª Secção do 4.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Sintra, com referência ao Sr. Deputado Rui Alberto Limpo Salvada, pronuncia-se a Comissão no sentido de não autorizar a suspensão do mandato deste Sr. Deputado, da 1.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal de Polícia da Comarca de Lisboa, com referência ao Sr. Deputado Rui Alberto Limpo Salvada, a mesma decisão, no sentido de não autorizar a suspensão do mandato, do 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Sintra, relativamente ao Sr. Deputado João António Gonçalves do Amaral, a Comissão pronuncia-se no sentido de não dever ser suspenso das suas funções para depor como testemunha, da 1.ª Secção do 9.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, relativamente à Sr.ª Deputada Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho, a Comissão produziu parecer no sentido de não autorizar a suspensão do mandato desta Sr.ª Deputada, e finalmente do Tribunal de Instrução Criminal de Faro, relativamente ao Sr. Deputado José Apolinário Nunes Portada, a Comissão emite parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado a ser ouvido no processo que vem indicado no ofício já referenciado.

Sr. Presidente, é tudo, em termos de síntese.

**Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estão em discussão os pareceres que acabaram de ser referenciados.

*Pausa.*

Visto ninguém pretender usar da palavra, vamos votar.

*Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.*

O Sr. Deputado José Magalhães pediu a palavra para que efecto?

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Sr. Presidente, creio que as condições e circunstâncias que rodearam a viagem de V. Ex.ª a Estrasburgo causaram apreensão generalizada e gostaria de lhe transmitir que a bancada do PCP partilha plenamente dessa apreensão.

No entanto, esta interpelação resulta também de um outro facto. Cremos ser importante que a Assembleia da República discuta — não nesta sede, naturalmente — as implicações e o conteúdo dessas ocorrências, não só porque, como compreenderá, está em causa a segunda figura do Estado, mas também porque isso se prende com o próprio prestígio da Assembleia da República e com o facto nacional que os Descobrimentos representam.

Nós não sabemos, Sr. Presidente — esta a minha pergunta concreta — se é intenção de V. Ex.ª usar o direito previsto no artigo 18.º, alínea c), do Regimento, no sentido de transmitir à Câmara, nesta ou em altura próxima, as impressões ou as observações que esta questão lhe merece.

Em todo o caso e independentemente disso, cremos que seria importante que fosse especificamente agendada a discussão desta matéria para a conferência de líderes de amanhã, para que possamos, em conjunto, ponderar as medidas que se afiguram necessárias face àquilo que ocorreu e que, repito, nos parece, bancada comunista, bastante grave. Gostaríamos que V. Ex.ª se pudesse pronunciar sobre estas duas matérias.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, embora não esteja especificamente escrito na agenda da conferência de líderes de amanhã, já era minha intenção abordar esse assunto e assim farei.

Srs. Deputados, vamos fazer uma pausa por cinco minutos para reorganizarmos os nossos trabalhos.

*Pausa.*

Sr. Deputados, vamos dar início ao debate sobre a integração europeia.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Conselho Europeu de Bruxelas, em 11 e 12 de Fevereiro passado, representou, pela importância do que estava em jogo e pelo passo em frente que foi dado, um marco na construção da Europa Comunitária.

Os chefes de governo dos Estados membros foram confrontados em Bruxelas com o espectro da ruptura e o desafio da mudança — ruptura que se temia pela ausência de orçamento para 1988, pelo crescimento imoderado das despesas agrícolas, pelo impasse da cimeira anterior — a cimeira de Copenhaga —, pela dificuldade em obter acordos sectoriais; mudança que se impunha, com crescente urgência, nos relatórios dos peritos e também na consciência dos cidadãos da Europa.

O Governo tinha plena consciência de que, no Conselho Europeu de Bruxelas, muito estava em causa, quer no plano comunitário quer no plano nacional.

No plano comunitário procurava-se uma via harmónica para a construção do mercado interno e de um espaço de coesão económica e social acrescida, traduzida no quadro de reformas designado por Plano Delors, que, globalmente, mereceu desde o início o apoio do Governo Português.

Entendemos que era necessário repensar a política agrícola comum, adoptando uma orientação mais consentânea com as realidades do mercado, procurando

ajustar o crescimento da produção às necessidades comunitárias e reduzindo o peso das despesas agrícolas no orçamento comunitário.

Considerámos prioritária, também, a reforma dos fundos estruturais, visando, em particular, o combate aos atrasos estruturais das regiões da Europa menos desenvolvidas. Neste quadro defendemos a necessidade de definir claramente os objectivos, de concentrar o esforço financeiro nas regiões de maior atraso estrutural, de modular o apoio comunitário em função do nível de desenvolvimento e de duplicar os meios financeiros dirigidos às acções estruturais até 1992.

Por outro lado, sustentámos o aumento dos recursos próprios e a alteração do sistema de financiamento da Comunidade, no sentido de um modelo que tivesse mais em conta a prosperidade relativa dos Estados membros.

Por fim, defendemos a introdução de um maior rigor na disciplina orçamental, expresso num tipo de gestão orçamental que não penalizasse os Estados membros que não fossem responsáveis por eventual descontrole das despesas agrícolas e não pusesse em causa a realização dos objectivos fixados nas reformas.

A concordância expressa pelo Governo com o conjunto da proposta Delors não excluiu o entendimento segundo o qual os princípios que presidiam ao edifício das reformas justificavam a consideração de aspectos específicos da realidade portuguesa.

Assim, defendi em Bruxelas posições próprias em matéria de política agrícola comum. Tratava-se de uma questão vital para o nosso país, dado que a indispensável reforma da PAC não podia inviabilizar o esforço de ajustamento estrutural da nossa agricultura, visando a sua integração harmoniosa no espaço comunitário.

A agricultura portuguesa constitui um sector único no quadro europeu, diferenciando-se negativamente da realidade dos outros países na proporção da população activa que nela trabalha, na dimensão das explorações agrícolas, na produtividade, bastante baixa, quer produtividade física quer produtividade do trabalho, e também por uma baixa taxa de auto-abastecimento do País.

Impunha-se assim defender o reforço do período de transição e dos apoios destinados à adaptação e modernização, face à alteração, em sentido restritivo, dos condicionalismos da organização dos mercados, ocorrida após o Tratado de Adesão.

Assim, vimos expressamente reconhecida — como já havia sido, de resto, acordado em Copenhaga — a especificidade da nossa agricultura e foi aceite o carácter facultativo da aplicação a Portugal do pousio de terras.

Em matéria de fundos estruturais, defendi que a coesão económica e social exigia que os Estados membros menos desenvolvidos, e Portugal em particular, beneficiassem de uma concentração do esforço financeiro, de uma duplicação dos fundos estruturais até 1992 e de uma taxa de comparticipação acrescida de financiamento comunitário.

A reforma dos fundos estruturais aprovada em Bruxelas irá traduzir-se para Portugal na duplicação dos recursos até 1992 e numa maior taxa de comparticipação da Comunidade no financiamento dos projectos, podendo atingir 75% na maior parte dos casos.

Numa correcta percepção do interesse nacional, entendemos que a afirmação do princípio da coesão económica e social significava, também, o reconheci-

mento por parte do Conselho de um tratamento específico para a indústria portuguesa, embora se soubesse bem que se tratava de aspecto distinto do quadro de preocupações e problemas constantes da discussão que estava a ser feita dos fundos estruturais.

Nesta linha de orientação entendi relembrar ao Conselho o compromisso constante do Tratado de Adesão — em termos, aliás, pouco precisos —, e assumido pela Comissão, de financiar um programa específico de modernização da indústria portuguesa.

Conseguiu-se assim que a modernização da indústria portuguesa fosse considerada como um objectivo das reformas comunitárias, tendo sido criada uma linha específica para o PEDIP no valor de 100 milhões de ECU por ano, até 1992, que se adiciona aos fluxos provenientes do FEDER e do Fundo Social Europeu e aos empréstimos bonificados do BEI, num total, em cinco anos, de 2 mil milhões de ECU, que a Comunidade coloca assim à disposição da modernização da indústria portuguesa.

No que se refere ao sistema de financiamento da Comunidade, defendemos a alteração do sistema em vigor, apoiado no IVA, por ser regressivo em relação ao produto e não ter em devida conta a prosperidade relativa dos Estados membros.

Foi decidido fixar o limite global dos recursos próprios da Comunidade em 1,2% do produto e introduzir um quarto recurso com base no PNB. Por outro lado, a taxa aplicada à matéria colectável do IVA foi fixada em 1,4%, mas, para ter em conta principalmente a situação portuguesa, aquela matéria colectável não pode exceder 55% do PNB. Esta nova forma de financiamento traduzir-se-á numa diminuição da contribuição nacional já a partir do próximo ano.

A nova disciplina orçamental acolhe a tese portuguesa, segundo a qual princípios mais rigorosos de gestão devem ser aplicados a todas as categorias de despesas, mas, muito particularmente, às despesas agrícolas. Foi fixado o quadro orçamental para 1988 a 1992, o qual reflecte um crescimento das despesas do FEOGA — Garantia que não pode exceder 75% do crescimento do produto.

Por outro lado, a participação de Portugal e da Espanha na depreciação dos stocks agrícolas do passado foi reduzida a 30% e a nossa contribuição para a restituição ao Reino Unido foi limitada de acordo com o esquema de reembolsos previstos no Tratado de Adesão.

O Conselho Europeu de Bruxelas revelou-se assim um sucesso decisivo para a Comunidade e um êxito claro para os pontos de vista portugueses e para o futuro da nossa economia.

A medida do sucesso obtido por Portugal em Bruxelas torna-se ainda mais nítida quando confrontada com as afirmações pessimistas vindas dos partidos da oposição nas semanas que precederam esse Conselho Europeu. A poucos dias, mais concretamente quatro dias, do início da Cimeira criticava-se a estratégia do Governo e dava-se como exemplo da área onde Portugal nunca conseguia alcançar os objectivos pretendidos a dos fundos estruturais e, mais especificamente, o PEDIP, que constituiu afinal um dos êxitos mais assinaláveis para Portugal e para o Governo. A estratégia adoptada provou, num quadro bastante complexo e difícil, ser aquela que melhor defendia os interesses nacionais.

E mesmo na análise dos resultados, quando estes eram inatacáveis, e como tal foram claramente percebidos pelos Portugueses, alguns partidos da oposição, sem conseguirem esconder uma certa frustração, procuraram motivo de crítica naquilo que foi obtido, não por ser pouco ou não ser muito, mas por ser demasiado e o Governo não ter, disseram, capacidade para promover a aplicação correcta no plano produtivo e social daquilo que obteve à mesa das negociações. Trata-se de um entendimento deformado do que deve ser a vida política e a consideração das grandes questões nacionais, que mais cedo ou mais tarde a oposição aprenderá a rever.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aproximamo-nos de um momento em que seria desejável constatar essa mudança de atitude e de mentalidade. É que o próprio sucesso da aprovação das reformas deve levar-nos a reflectir sobre os temas maiores do País numa visão estratégica de longo prazo.

A primeira linha de reflexão é suscitada por este período que agora se abre, daqui até 1992, no qual vamos assistir, por forma sistemática e continuada, ao lançamento das bases de funcionamento do grande mercado interno comunitário.

Há uma diferença qualitativa de vulto entre a aprovação do Plano Delors e a construção do mercado interno: aquele, o Plano Delors, criou as condições de sobrevivência e de progresso do projecto da União Europeia; a construção do mercado interno é uma etapa decisiva na construção desse projecto.

Os doze Estados membros da Comunidade Europeia têm diante de si a tarefa gigantesca de conseguir que, no dia 1 de Janeiro de 1993, o cidadão de cada um dos países responda às suas necessidades, coloque os seus produtos, aplique as suas poupanças, preste os seus serviços, concorra, em suma, livremente em qualquer parcela do território da Comunidade.

Várias centenas de directivas comunitárias deverão ser adoptadas nos próximos quatro anos em áreas tão diferentes como a livre circulação dos trabalhadores, a livre circulação das mercadorias, a liberdade de estabelecimento, a regulamentação fiscal, os mercados públicos, as telecomunicações, os seguros, os movimentos de capitais, o direito das sociedades, os serviços financeiros, a protecção dos consumidores, a harmonização das normas sobre construção de automóveis, a defesa do ambiente, a liberalização dos transportes, o aproveitamento comercial do espaço aéreo, o estímulo ao primeiro emprego, a protecção da criança, a saúde de cada cidadão.

Este processo vai significar o empenhamento sistémico e continuado de cada um dos Estados membros, que deverão ser capazes de, no plano interno, proceder a uma avaliação criteriosa dos seus interesses no respeito pelo ideal comunitário.

Um tal processo de participação na criação de normas que se destinam a eliminar obstáculos e a estimular a concorrência não é tarefa exclusiva das administrações. O Governo considera como sua tarefa fundamental suscitar e coordenar a intervenção dos agentes económicos e sociais.

Todavia, o desafio do mercado interno só será vencido se nos revelarmos empenhados e actuantes a nível nacional, realizando rapidamente as reformas estrutu-

rais indispensáveis e criando, daqui até lá, as condições necessárias e a mentalidade própria para nos movermos num universo mais concorrencial, pautado por parâmetros de modernização crescente e por novos desafios económicos e sociais.

*Aplausos do PSD.*

Para que possamos preparar adequadamente o mercado interno é necessário desenvolver em Portugal uma mentalidade europeia. Isto significa reconhecer na Comunidade um quadro de futuro e de esperança onde a capacidade criativa, o desenvolvimento tecnológico e o potencial produtivo são aplicados em benefício do Homem.

Esta dimensão europeia deve ser completada com a consciência crescente de que o cidadão de cada um dos Estados membros é também um cidadão da Europa, com um espaço próprio de liberdade, com direitos e benefícios jurídicos e sociais que lhe estão garantidos sempre que transponha as fronteiras do seu próprio país.

Mas, paralelamente, devemos estar atentos à necessidade de um espaço mais próspero, mais livre, mas por isso mesmo mais aberto e competitivo, para aí situarmos correctamente o interesse nacional. Acima de tudo há que permitir às gerações que nos seguirão uma igualdade de oportunidades de êxito e de bem estar idêntica à dos futuros cidadãos dos demais Estados membros.

E por isso são tão importantes os próximos quatro anos, findos os quais não poderemos abrigarmo-nos atrás de barreiras que já não existem nem procurar reconstruí-las, sob pena de comprometermos a oportunidade histórica que o Governo tem tido a coragem de assumir.

Este processo não pode nem deve assim ser apenas obra de um governo, mas necessita de congregar o esforço de todos, de ter um sentido global e um grau de participação acolhidos pelos parceiros sociais, pelos partidos políticos e pelos agentes económicos, sociais e culturais, em geral.

É esse o desafio que o Governo lança aos Portugueses e vos lança a vós, Srs. Deputados, para que possam daqui a quatro anos ser claramente identificados pelo povo português os obreiros e as razões dos sucessos ou dos fracassos.

Há ainda uma outra linha de reflexão que as reformas comunitárias impõem a cada um dos Estados membros e, por maioria de razão, àqueles que, como Portugal, sempre defenderam que a Comunidade não se reduz a meras composições de ordem financeira, mas à criação de um espaço económico e social homogéneo onde se promovem ideais comuns, dotado de dimensão e dinâmica institucionais próprias, com uma crescente identidade e projecção externa, depositário de valores tão importantes, como são os direitos e as liberdades do Homem.

É necessário, de facto, alargar o debate sobre aquilo que está verdadeiramente em causa, ou seja, a vontade e a capacidade da Europa dos Doze para, uma vez construído o espaço económico e social comum, ponderar fórmulas mais exigentes de integração.

Acreditamos que a realização da especificidade portuguesa se obtém vantajosamente na construção da Europa comunitária. E por isso colocamos, na realização desta tarefa, todo o nosso empenho.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: O Governo ultrapassou em dois minutos o tempo destinado ao período de abertura, que lhe serão descontados, conforme prática corrente, no tempo de debate.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Primeiro-Ministro, não posso dirigir-lhe a palavra sem lhe dizer frontalmente que pensava que V. Ex.<sup>a</sup> ia aproveitar esta oportunidade para dar uma explicação à Assembleia da República pelas afirmações que há dias fez numa entrevista à Antena 1 da RDP e que todos os partidos da Assembleia da República, com exceção, naturalmente, do partido que V. Ex.<sup>a</sup> lidera, consideraram ofensivas para esta Assembleia. Como não o fez, julgo poder concluir que, ao contrário do que pensava, não se tratou de um passageiro mau humor antiparlamentar, mas de uma atitude mais profunda que aqui se regista e contra a qual, naturalmente, nos vai permitir que protestemos.

Relativamente à sua intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro quase só falou da Cimeira de Bruxelas, quando o debate que temos agendado para hoje é sobre a integração.

Nesse sentido, permitia-me pôr-lhe duas simples questões. A primeira refere-se ao acordo de pescas entre a CEE e Marrocos. Será que a concessão comunitária a Marrocos, a partir de 1989, de um contingente de exportação de 17 500 t de conserva de sardinha marroquina...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, permita-me interrompê-lo por um minuto. Como os Srs. Deputados sabem, há más condições de audição na Sala. Por isso e para que todos possamos ouvir, agradecia que se mantivesse o maior silêncio possível, para que os trabalhos possam decorrer em normalidade.

Já agora permitia-me também lembrar que, muitas vezes e até no intuito de melhorar as condições de audição, nos aproximamos excessivamente do microfone, o que prejudica ainda mais a audição.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Dizia eu que esse contingente de conserva de sardinha marroquina está isento de impostos aduaneiros, enquanto Portugal apenas beneficia de um contingente de 5000 t de direito nulo até 1996. Será que isso não significa, com toda a evidência, um tratamento preferencial de países terceiros em detrimento de um Estado membro? Ou, de outra forma, não significa que é Portugal obrigado a pagar a factura do acordo de pescas da CEE com Marrocos?

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria também que nos informasse — e como compreenderá o meu interesse deriva naturalmente do interesse nacional, mas também do círculo que aqui represento na Assembleia da República, o círculo de Faro, um círculo do Algarve — sobre a evolução das exportações das conservas de peixe portuguesas para a CEE e que confirmasse se estas exportações registaram ou não um decréscimo de 30% desde a data da adesão.

Portanto, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro explicasse quais as razões desta situação, quais as perspec-

tivas e quais as medidas tomadas pelo Governo no sentido de a modificar, designadamente após a aprovação do acordo de pescas com Marrocos.

A segunda questão que lhe queria colocar refere-se à resolução aprovada no Parlamento Europeu, em Dezembro de 1987, relativa a um programa integrado de desenvolvimento a favor de Portugal. Como é que o Governo Português aprecia esta resolução? Pode informar-nos sobre qual é o andamento dessa resolução na Comissão e sobre quais foram as iniciativas tomadas pelo Governo Português no sentido de obter a sua concretização.

Finalmente, queria dizer-lhe que outros pedidos de esclarecimento e numa intervenção de fundo, o meu grupo parlamentar tomará posição em relação à Cimeira de Bruxelas e também mostrará como combinaremos a nossa oposição à adesão com a defesa firme dos interesses nacionais, em todas as instâncias da CEE depois da integração.

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado utilizou mais um minuto, que lhe será descontado na sequência, conforme o acordado na conferência de líderes.

Sr. Primeiro-Ministro, como há mais pedidos de esclarecimento, deseja responder agora ou no final?

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — No final, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Primeiro-Ministro, como já foi referido pelo meu camarada Carlos Brito, sobre a Cimeira de Bruxelas a minha bancada terá oportunidade de se manifestar.

Queria, no entanto, colocar-lhe uma questão que creio que preocupa o Governo ou que o deverá preocupar, assim como a todos nós, que é a evolução do nosso défice comercial.

Os dados provisórios mostram que o défice comercial português teve um agravamento em 1987 de 66,9% e que com a CEE esse agravamento foi de 150%. É um agravamento muito grande!

Depois, ao analisarmos produto por produto, verificamos que as principais evoluções percentuais, entre 1986 e 1987, foram as carnes, mais de 57,4%, os peixes, mais de 57,5%, as hortícolas, mais de 53%, os açúcares, os chocolates, os produtos de confeitoraria, mais de 93,5%, enquanto a rubrica «Máquinas, aparelhos e material eléctrico» apresenta a taxa de 42,2%.

Isto mostra que não estamos perante um défice virtuoso, mas perante um défice vicioso, que nos causa problemas.

A questão que colocava é a seguinte: que medidas pensa o Governo tomar para defender a produção nacional, em face do desarmamento pautal, do desarmamento técnico, da construção do mercado interno, e que medidas enseja o Governo na Comissão ou no Conselho das Comunidades para obter preferências comunitárias em relação a produtos portugueses?

Era sobre estas questões que gostaria de ter do Sr. Primeiro-Ministro uma resposta precisa.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Primeiro-Ministro, como é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, foi publicado no *Diário da República*, de 29 de Julho de 1987, a Lei n.º 28/87, que fixava a participação da Assembleia da República na definição das políticas comunitárias.

Em 16 de Outubro, foi-nos distribuído pela Mesa o projecto de lei n.º 24/V, do PSD, com um único artigo, no qual se revogava a Lei n.º 28/87. O parecer do relator da Comissão foi discutido e votado no final desse mesmo mês e imediatamente enviado ao Sr. Presidente da Assembleia da República.

Em Janeiro de 1988 sem que até então tenha sido agendado em Plenário o debate e votação do projecto de lei n.º 24/V, é dado a conhecer um segundo projecto de lei, também do PSD, não depositado até esta data na Mesa da Assembleia da República e, portanto, não distribuído oficialmente. Independentemente do interesse político na interpretação dos conteúdos e das distintas motivações do Governo e do PSD correspondentes aos dois projectos, a Lei n.º 28/87 ainda está em vigor e não tem sido respeitada pelo Governo.

O Governo não facilita à Assembleia da República — como é sua obrigação — informação detalhada sobre as matérias em apreciação nas várias instituições das Comissões Europeias, não tem enviado à Assembleia da República informações sobre os projectos, regulamentos, decisões, recomendações, resoluções e pareceres do Conselho nem dos programas e orientações da Comissão, nem as modificações que vão sendo introduzidas pelas diferentes instâncias, nem as deliberações do Conselho. O Governo não consulta a Assembleia da República sobre as posições a assumir, sobretudo quando estão em causa matérias que, pelas suas implicações, envolvem a competência da Assembleia da República.

Por fim, o Governo não apresentou até hoje o relatório sobre a evolução do relacionamento entre Portugal e as Comunidades Europeias correspondente a 1987.

Assim sendo, estando o Governo em falta, marginalizando deliberadamente esta Assembleia da República — veja-se, por exemplo, o que se passa com este debate e a falta de informação prestada à respectiva comissão para poder nele participar —, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro e líder do PSD nos informasse, sobretudo agora, que o primeiro projecto de lei do PSD parece ter sido hoje retirado e que um novo projecto de lei foi também hoje apresentado, porque não cumpre o Governo as obrigações legais estabelecidas na Lei n.º 28/87 que tem para com esta Assembleia da República e que por mim foram sublinhadas.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

**O Sr. João Cravinho (PS):** — Sr. Primeiro-Ministro, há mais de dois anos foi aqui prometida pelo Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território a apreciação por parte desta Câmara do Plano de Desenvolvimento Regional Nacional. Essa promessa, que tem mais de dois anos e que chegou a estar ins-

crita numa obrigação legal na Lei do Orçamento e do Plano, nunca foi cumprida.

Gostaria de perguntar se o Sr. Primeiro-Ministro entende que a melhor forma de respeitar as competências desta Câmara é arredá-la sistematicamente de toda a matéria substantiva que interessa ao País.

Ainda no mesmo propósito, gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se, de acordo com a Lei n.º 28/87, no seu artigo 2.º, pretende ou não submeter a esta Assembleia o que foi deliberado ou o que foi, pelo menos, tratado em Bruxelas, que é da competência desta Câmara e que até deveria ter sido previamente apreciado por ela. Refiro-me às matérias aí tratadas que caem no âmbito do artigo 2.º da Lei n.º 28/87 e que, nos termos dessa lei, devem ser apreciadas obrigatoriamente por esta Câmara. Ou o Sr. Primeiro-Ministro entende que, mesmo neste caso, será melhor reduzir a mísera e mesquinha Assembleia ao seu papel de figurante, como suponho que tem sido até agora a atitude do Governo nesta matéria?

**Vozes do PSD:** — Não é verdade!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — A primeira pergunta que pretendo formular ao Sr. Primeiro-Ministro refere-se ao PEDIP. É sabido que, apesar do trabalho desenvolvido durante três anos, o PEDIP está longe de corresponder à necessária articulação e integração entre as suas diversas componentes, tendo em vista a modernização da indústria portuguesa. Se é claro que são necessários financiamentos e que é essencial a existência de programas aprovados para a utilização desses financiamentos, o Sr. Primeiro-Ministro não considera que é igualmente essencial a mobilização do aparelho administrativo para a gestão e controle dos fundos que vierem a ser obtidos a fim de impedir a sua canalização para fins diferentes e ou destinatários diferentes dos que foram inicialmente aprovados? Esta questão é tanto mais importante quando se conhece a má experiência da utilização em Portugal do Fundo Social Europeu. Que medidas, em concreto, está o Governo a considerar para garantir que a utilidade dos projectos é colectiva e do interesse do desenvolvimento da indústria portuguesa e da economia nacional?

A segunda pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, refere-se aos têxteis. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro explicasse à Assembleia da República a abstenção de Portugal em relação aos acordos da CEE com a Turquia e com o Egito relativos aos aumentos de contingentes de importação de algodão, quando se conhecem as implicações negativas de tais acordos para os têxteis portugueses e se sabe da importância que isto tem para Portugal. Como explica a posição de abstenção de Portugal, quando sabe que a Grécia votou contra e que a Comissão ultrapassou o mandato que lhe tinha sido confiado pelo Conselho, ao aumentar a quota para os tecidos de algodão para a Turquia em 47%, uma vez que o mandato estava limitado a 3,39%, e aumentar o contingente de fio de algodão de 22% para o Egito e de 10,3% para a Turquia, quando o mandato para estes países era apenas de 3,43%. Gostaríamos de ouvir do Sr. Primeiro-Ministro explicações sobre as questões anteriormente referidas.

**O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!**

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

**A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): —** Neste debate sobre questões de integração europeia, o Sr. Primeiro-Ministro referiu a necessidade da reforma de mentalidades, com a qual estou inteiramente de acordo. Há no nosso país tarefas culturais inadiáveis, sem as quais uma simples discussão numérica a nada nos poderá conduzir.

Queria chamar a atenção da Câmara e do Governo para um programa de apoio que acaba de ser lançado no seio da Comunidade Económica Europeia — projectos pilotos no domínio da conservação do património arquitectónico. Nos termos desse programa, as candidaturas regionais ou locais têm de ser apresentadas na CEE até ao dia 15 de Abril deste ano, portanto dentro de um mês.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe e a Câmara também sabe que em Portugal existe um programa criado em 1985 pelo então governo do bloco central para dar apoio às câmaras municipais no sentido da recuperação do património arquitectónico. Esse programa tem tido vários problemas, pois em 1987 dispunha de uma verba de apenas 360 000 mil contos e em 1988 essa verba foi reduzida para 300 000 contos — uma redução de 16% —, quando já havia 35 gabinetes a trabalhar em todo o país.

Desta verba, em 1988 apenas 160 000 contos vão destinar-se a apoiar os gabinetes que estão a fazer a recuperação dos centros históricos portugueses. Só 160 000 contos num país como o nosso, com oito séculos de história, com imensas situações de carência de preservação do património arquitectónico.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe que estes programas de apoio comunitário só podem ser levados à prática desde que haja uma contrapartida nacional e a minha pergunta é esta: como vamos aproveitar um programa de apoio para a conservação do nosso património arquitectónico, que é urgente, quando para 1988 só temos 160 000 contos e a CEE só nos poderá dar tanto como isto e nunca mais? Que vamos fazer para reforçar esta possibilidade que agora temos de, também através do apoio comunitário, recuperarmos património que não é apenas património nacional, mas nalguns casos tratar-se de património mundial, como Évora e outras situações? Por que é que o Governo e a bancada social-democrata recusaram a minha sugestão, apresentada em Dezembro passado no seio da Comissão de Economia, Finanças e Plano, para que fossem afectadas verbas do Fundo de Turismo para a recuperação do património histórico português? Com essas verbas poderíamos aumentar substancialmente esta capacidade de recuperação e poderíamos aproveitar este programa piloto.

Finalmente, o que é que o Governo pensa fazer no domínio da informação para que este programa seja conhecido das autarquias, para que os próprios proprietários que também podem ser abrangidos tenham acesso a ele e para que as pessoas possam ter acesso às verbas disponíveis? Para já, se do nosso lado só houver 160 000 contos, o programa é ridículo, mas se o Governo for capaz de mobilizar mais verbas, o programa tem interesse para o nosso país.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

**O Sr. Raul Castro (ID): —** Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.ª fez uma intervenção cor-de-rosa sobre Portugal e a CEE.

**Vozes do PSD:** — Cor de laranja!

**O Orador:** — Contudo, a CEE parece que não nos paga na mesma moeda.

Na realidade, os dados estatísticos que foram apresentados pela CEE, nomeadamente sobre desemprego e taxa de inflação, são diferentes — e para pior — dos dados apresentados pelo Governo. Confrontado, aqui, na Assembleia, com esta questão, o Sr. Ministro das Finanças respondeu que se trataria de cálculos provisórios, de uma espécie de borrão, que não corresponderia a um cálculo definitivo. Numa segunda fase, veio saber-se que afinal não se tratariam de dados provisórios, mas de dados definitivos, e o Sr. Ministro das Finanças assim o assumiu, mostrando a sua discordância. Pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro como se explica esta divergência, que o Governo não refere?

Em segundo lugar, V. Ex.ª referiu que tem sido criticada, naturalmente por parte da oposição — que é o único sector que critica o Governo, o outro sector não formula críticas —, a falta de capacidade do Governo para aplicar os financiamentos da CEE. A verdade é que, mais de um ano decorrido sobre a adesão de Portugal à CEE, a tão falada modernização do País não é de modo algum visível, seja no que se refere à agricultura ou à indústria.

Tendo em conta que, como V. Ex.ª referiu, se aproxima dentro de poucos anos a plena adesão, com todas as graves consequências que daí advirão para a economia portuguesa, em especial para os sectores dos pequenos e médios agricultores e dos pequenos e médios industriais, que medidas vai agora o Governo pôr em prática em face do impacte que virá a provocar a plena adesão à CEE para o nosso país?

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS): —** Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.ª falou no Plano Delors, depois falou sobretudo na actuação do Governo e, porventura, deveria ao menos, em meu entender, ter referido também a actuação de outros agentes políticos, de outras instituições, na colaboração que deram à concretização deste resultado.

De qualquer modo, quando falou das oposições, V. Ex.ª salientou atitudes negativas, designadamente em relação ao PEDIP. O CDS — perdoe-me V. Ex.ª o plebeísmo — não enfa essa carapuça.

A este propósito formularia a primeira pergunta a V. Ex.ª Sr. Primeiro-Ministro, está consciente de que o Governo ou os governos a que V. Ex.ª preside e presidiu tiveram sempre uma atitude uniforme em relação a esse célebre Plano, que agora mereceu a aprovação e a concretização por parte do Conselho Europeu? Ou terá o Governo uma outra vez fraquejado com uma atitude de ceticismo e de hesitação em relação a esse mesmo Plano?

A segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com a circunstância de V. Ex.<sup>a</sup> ter apontado os resultados, sobre os quais também nos iremos pronunciar em intervenção expressamente feita sobre o assunto, e referido as grandes responsabilidades que cabem à sociedade portuguesa no seu aproveitamento. Sr. Primeiro-Ministro, a tarefa do Governo, a tarefa da negociação política está concluída? O que se obteve é suficiente e prescinde novas e ulteriores negociações? O quarto recurso próprio é uma forma suficiente de contemplar a nossa situação na contribuição que fazemos para os recursos da Comunidade? A circunstância de ter sido reconhecida a especificidade da nossa situação na agricultura é suficiente para nos livrar das medidas restritivas sobre a produção que, por outro lado, foram aprovadas? Ou, Sr. Primeiro-Ministro, não estaremos perante um grande desafio, não só a sociedade portuguesa mas a Administração Pública e o próprio Governo?

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Veiga.

**O Sr. Mota Veiga (PSD):** — Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de realçar o brilhantismo da sua exposição ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... e, de alguma forma, manifestar o apreço e a admiração com que V. Ex.<sup>a</sup> conduziu a posição de Portugal numa hora de triunfo que se viveu em Bruxelas.

Gostaria, contudo, de lhe colocar duas breves questões, que têm a ver com o saldo global da participação de Portugal nas Comunidades.

Designadamente, no que toca ao investimento, pergunto: qual a acréscimo de investimento que Portugal obteve após a adesão e qual o acréscimo de investimento estrangeiro?

Por outro lado, qual a situação relativa às trocas com a Espanha após a adesão?

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Essa é boa! ... Tem melhorado substancialmente! ...

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Sr. Presidente, não quero pedir esclarecimentos, mas, se regimentalmente for possível, dar esclarecimentos relativamente a uma pergunta feita pelo Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado não pode responder ao Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Mas eu não quero responder, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado não pode dar esclarecimentos ao Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Porquê, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Se o Sr. Deputado entender pode pedir esclarecimentos ou fazer uma intervenção mas não pode, expressamente, dar esclarecimentos, uma vez, neste momento, isso é proibido regimentalmente

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Encontramo-nos lá fora, se quiser!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, começo por agradecer as múltiplas questões que me foram colocadas pelos Sr. Deputados, em relação às quais quero responder de forma sintética, pedindo, no entanto, a atenção, relativamente a detalhes quanto a algumas questões que foram postas, para as intervenções quais os Srs. Ministros e Secretários de Estado farão durante o debate.

Sr. Deputado Carlos Brito, comprehende-se que, face ao tema deste debate, eu tenha incidido as minhas considerações sobre o Conselho de Bruxelas, porque el significa, em primeiro lugar, o ultrapassar de um impasse em que a Comunidade tinha caído, mesmo uma certa descrença para enfrentar os desafios do futuro; em segundo lugar, porque representa claramente um importante passo em frente na construção da União Europeia. Foi por isso que não abordei algumas questões particulares, como a que mencionou, embora não ponha em causa a sua importância para sectores específicos da economia portuguesa.

O Sr. Secretário de Estado voltará a abordar a questão, mas, desde logo, lhe digo que Portugal considera que ainda não estão encerradas as matérias que resultam do acordo assinado entre a Comunidade Económica Europeia e Marrocos naquilo que a ele diz respeito. Continuamos a trabalhar, a lutar, para conseguirmos contrapartidas.

Penso que o acesso de direito nulo não tem o valor que mencionou mas, sim, 17 600 t; de qualquer forma entendemos que devem ser dadas a Portugal contrapartidas de dois tipos: um é o acesso às águas territoriais de Marrocos; o outro é, eventualmente uma suspensão dos direitos aplicados às exportações de sardinhas portuguesas.

Como é sabido, ainda há dois dias atrás tive ocasião de abordar este assunto com a Primeira-Ministra inglesa e penso que começamos a colher o apoio da maioria dos Estados membros da Comunidade. No entanto, como temos ainda de desenvolver negociações neste momento, ainda não estou em condições de afirmar, com segurança, quais são as perspectivas. Continuado, dar-lhe-ei a garantia de que faremos aquilo que estiver ao nosso alcance para proteger a indústria nacional de conservas, mas o Sr. Secretário de Estado voltará a abordar este problema.

O Sr. Deputado Carlos Brito falou num programa votado no Parlamento Europeu. Sr. Deputado, Governo discutiu com a Comissão de Integração Europeia e, agora, neste Conselho Europeu um conjunto de apoios muito amplos para a formação profissional, modernização e desenvolvimento da agricultura, desenvolvimento mais equilibrado do nosso país, incluindo os apoios ao investimento produtivo, e também um programa para a indústria, a que se juntam

como sabe, os programas específicos VALOREN, STAR e outros que estão em discussão. Esse programa que referiu tem de ser considerado no contexto deste conjunto amplo de apoios que o Governo, neste momento, acaba de negociar, pelo que não pode ser um programa à parte de tudo o resto.

O Sr. Deputado sabe muito bem que, naquilo que diz respeito, por exemplo, ao FEDER, existe um programa para o desenvolvimento regional — o chamado Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Regional —, um sistema de incentivos ao potencial endógeno, um sistema de incentivos ao turismo, tal como aqueles dois que há pouco referi, regulamentos que respeitam ao desenvolvimento, modernização e reconversão da nossa agricultura e, neste momento, o Governo tem em preparação um programa dirigido ao vector inovação da nossa indústria, mas o Sr. Ministro da Indústria abordará a questão.

Ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas direi que o Governo já aqui esteve, há dias, a responder à questão que agora colocou. O Sr. Ministro das Finanças, confrontado com problemas de desequilíbrio da nossa balança comercial, já teve ocasião de responder. Penso que neste momento dispensa o Primeiro-Ministro de, novamente, vir abordar o défice da balança comercial que se agravou, sem dúvida nenhuma.

Como já tenho dito, e volto a repetir, Portugal não deve só olhar para a balança comercial, mas também para a balança de bens e serviços e incluir mesmo a totalidade da balança de transacções correntes.

#### *Aplausos do PSD.*

Pergunta o Sr. Deputado Carlos Carvalhas quais as medidas que o Governo vai tomar para que a produção nacional seja devidamente defendida a partir da construção do mercado interior. Bem, digo-lhe aquilo que o Governo não vai adoptar e que é um sistema de restrições, de quotas ou outros tipos de protecção de enconomias fechadas ou de economias que têm outros modelos que não são o nosso.

Penso que a resposta só pode ser uma: aumento da produtividade da nossa economia em todos os sectores, desde a indústria, ao comércio, ao turismo, à agricultura. Para isso, é necessário investir e modernizar, e é precisamente isso que estamos a fazer, como os números claramente atestam.

Devo dizer que esperava que os Sr. Deputados Eduardo Pereira e João Cravinho colocassem questões de fundo, questões de profundidade, na medida em que estamos a discutir matérias que têm a ver não apenas com o Portugal de 1988 ou com o Portugal do próximo ano, mas com o Portugal do fim e para além deste século.

#### **Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — No fundo, colocaram questões sobre mecanismos processuais. Será que o Sr. Deputado, neste momento, é um perito em questões processuais? Acha que é dispensável apresentar algumas questões de fundo?

O que lhe posso responder é que o Governo se manifestou sempre com total disponibilidade para comparecer a todas as reuniões que a Comissão de Assuntos Europeus entendesse realizar e constatou que, algumas

vezes, embora o Governo estivesse presente, os deputados da oposição ou não estavam ou saíam a meio das reuniões.

#### **Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Entendo também que nessa sede o Governo tem fornecido a informação que é susceptível de ser distribuída, sem pôr em causa a própria estratégia negocial.

Sabe bem que as negociações são permanentes e complexas e que seria negativo para o País se o Governo divulgasse antecipadamente toda a sua estratégia negocial. Mesmo assim, algumas ocasiões — talvez escassas —, quer o Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação quer eu próprio tivemos ocasião de trocar impressões um pouco mais detalhadas com membros desta Câmara sobre as negociações que estão à nossa frente.

Em relação a alguns aspectos do diploma que referiu, terei que deixar a resposta para a bancada do Partido Social-Democrata porque, como sabe, estou aqui na qualidade de Primeiro-Ministro.

Perguntou o Sr. Deputado Eduardo Pereira quando é que o Governo publica o relatório de 1987 sobre as relações entre o nosso país e a Comunidade Económica Europeia. Não posso manifestar muita satisfação pelo seu grau de exigência, principalmente quando ele contrasta com os atrasos, não de meses mas de anos, que se verificaram no passado.

Encontramo-nos no mês de Março e não sei se é justo criticar o Governo por, em meados de Março, ainda não ter apresentado o relatório — que costuma apresentar — sobre as relações entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia. Já foram feitos relatórios parcelares e espero que, muito em breve, o relatório, que está a ser elaborado, possa ser distribuído. Não me atrevo a dizer a data, mas penso que o Sr. Deputado não vai esperar muito tempo.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Até dia 31, à meia-noite!**

**O Orador:** — O Sr. Deputado João Cravinho trouxe uma questão que não sei bem se está ou não relacionada com a Cimeira de Bruxelas, isto é, a do Plano de Desenvolvimento Regional Diferenciado, mas o Sr. Ministro fará uma intervenção e poderá, eventualmente, esclarecer-l-o um pouco mais. De qualquer forma, colocou questões processuais e eu não queria voltar a referir aquilo que já disse há pouco.

Quanto à pergunta concreta que fez sobre quais são as matérias que terão que vir a esta Casa, devo dizer-lhe que são as referentes aos recursos próprios. O aumento dos recursos próprios terá de vir à Assembleia da República para discussão, tal como terá de ir a todos os outros parlamentos. Isto é, o novo recurso, o quarto recurso, terá de ser aprovado aqui na Assembleia da República.

Como sabe, há um acordo de princípio — e isso já não vem desta Cimeira, mas da Cimeira de Bruxelas de há um ano atrás — de que os novos recursos se aplicariam retroactivamente ao ano de 1988 e, entretanto, os países fariam alguns avanços para que o Orçamento agora esquematizado pudesse ser executado.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo perguntou se eu não considerava importante a mobilização dos meios administrativos, tendo em vista uma utilização mais correcta dos recursos colocados à nossa disposição. A minha resposta só pode ser afirmativa.

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — E o controle dos fundos também!

**O Orador:** — Como sabe, o Governo foi o primeiro a despoletar algumas utilizações incorrectas dos fundos originários da Comunidade Económica Europeia, quando teve indícios que apontavam nesse sentido, remetendo-os quer para a Polícia Judiciária, quer para o Procurador-Geral da República quer para a Alta Autoridade contra a Corrupção.

Referiu também o caso específico do PEDIP. Devo dizer que o próprio Ministério da Indústria e Energia está, neste momento, a trabalhar sobre um esquema que tem em vista garantir a utilização correcta dos recursos colocados à nossa disposição.

Referiu o caso dos têxteis e eu deixaria a parte específica para o Sr. Secretário de Estado. No entanto, recordo-lhe, em primeiro lugar, o Protocolo 17.

Quando aderimos à Comunidade, fizemo-lo com o Protocolo 17, que, como sabe, nos impunha algumas restrições nos acessos à Comunidade Económica Europeia e também tínhamos alguns acessos em relação aos países da EFTA. Sabe que depois, principalmente quando a Comunidade manifestou abertura para considerar, de forma um pouco diferente, importações de terceiros países, Portugal se bateu com muita força para que fossem considerados mecanismos de vigilância administrativa que, na prática, não se traduzissem pelo entrave às nossas exportações de têxteis. Conseguimos isso de todos os países, menos da Espanha e da Grã-Bretanha, ao mesmo tempo que conseguimos garantir também o acesso aos mercados da EFTA.

Sabe também que, mais recentemente, conseguimos negociar com o Governo Espanhol uma flexibilização das restrições que ainda permaneciam no que se refere à penetração dos nossos têxteis no mercado espanhol, que têm vindo a registar êxitos apreciáveis.

Em relação à Grã-Bretanha, até este momento, apesar de não ter assinado o compromisso, o Governo Britânico não fez apelo a quaisquer limites para a entrada de têxteis no país.

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — A questão está em saber por que é que se absteve, quando a Grécia votou contra!

**O Orador:** — Em relação às questões de intendência, vou pedir ao Sr. Secretário de Estado que lhe responda. É que a negociação comunitária é muito complicada e para conseguirem valer os seus interesses os países têm de conseguir ou maiorias que os apoiem ou, então, para impedir que sejam aprovadas normas que sejam contra os seus interesses, têm de garantir minorias de bloqueio. Para isso, é necessário assegurar os apoios adequados.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta sabe bem que o orçamento da Secretaria de Estado da Cultura atribui bastante importância à recuperação do património cultural e o património histórico do nosso país é uma preocupação do Governo. Discordo, portanto, da afirmação de que o Governo tem descurado essa área.

Em relação ao caso concreto que referiu, dos 160 000 contos, não estou em condições de lhe responder. Por isso pedia-lhe que dirigisse um requerimento nesse sentido ao Governo, pois o Governo terá muito gosto em responder ao ponto específico que levantou.

Em relação ao Sr. Deputado Raul Castro, devo dizer que a sua intervenção não foi cor-de-rosa, apesar de reconhecer que não foi vermelha também.

#### Risos do PSD.

Pôs em causa projecções, quanto ao ano de 1988, das taxas de desemprego e de inflação. Sr. Deputado, podem existir divergências entre mim e o senhor, entre o Governo e a Comissão Europeia, entre muitos economistas do País, sobre as perspectivas e as previsões económicas para o ano em curso. Mas aquilo em que temos todos uma certa dificuldade de discordar é em relação às realidades. E o que é que diz a realidade quanto à nossa taxa de desemprego? Diz, Sr. Deputado, que essa realidade é extremamente favorável, mesmo quando comparada com todos os países da Europa comunitária, mesmo que o Sr. Deputado pudesse agora dizer-me «mas que tem muito trabalho precário!», o que me levaria a responder-lhe que é por isso que queremos alterar a legislação laboral.

#### Aplausos do PSD.

Mesmo em relação à taxa de inflação, Sr. Deputado, a realidade está aí! Reconheço que não é fácil baixá-la. É preciso muita persistência e até mesmo coragem para prosseguir esta trajectória de diminuição da taxa de inflação, mas todos conhecemos tanto os valores de há dois anos atrás como os que são hoje divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Perguntou depois como é que o Governo vai aplicar os recursos, visando a modernização da nossa indústria e que medidas é que vai tomar agora. Não vai tomar agora, Sr. Deputado, medidas diferentes das que vinha a adoptar. Também, mais uma vez, os números aí estão para comprová-lo.

Como é que se realiza a modernização da economia? Bem, em parte, com o aumento do investimento. O Sr. Deputado pode comparar os números do investimento do ano que terminou com os números do investimento na agricultura de há dois anos atrás. Sabe que o investimento na agricultura quase que quintuplicou, sabe também que a taxa de crescimento do investimento no ano passado — formação bruta de capital fixo — é da ordem dos 18 %, como sabe ainda que têm sido aprovados imensos projectos de investimento na agricultura, principalmente apresentados por jovens.

Sr. Deputado Nogueira de Brito, eu não disse que o CDS «enfiava a carapuça». E até vou ler uma citação, que não é de um deputado desta Câmara, mas de um deputado do Parlamento Europeu, que não é do partido que apoia o Governo. Disse esse deputado da oposição no Parlamento Europeu:

Se se espera que o Plano Delors seja adoptado, eu tenho grandes dúvidas. A crise vai continuar e subsistir. Mas esses medidas (portanto, as medidas do Plano Delors) não terão como consequência provocar uma verdadeira reforma da política agrícola comum e fazer com que a CEE disponha de fundos suficientes e necessários para que ocorra a duplicação dos fundos em 1992, quer para o lançamento da Comunidade em novas políticas [...]

É apenas um exemplo. Tenho muitos mais aqui, mas não os vou ler, Sr. Deputado. Isto significa apenas que existiram muitas vozes pessimistas em relação aos resultados da Cimeira de Bruxelas.

Diz que o Governo fraquejou em relação ao PEDIP, mas eu digo-lhe que a razão por que se conseguiu que o PEDIP fosse aprovado foi porque nunca fraquejou. Porque se tivesse fraquejado, uma vez que fosse, não teria ganho o PEDIP.

*Aplausos do PSD.*

Sabe muito bem que se não fosse uma persistência muito grande nós tínhamos perdido o PEDIP. E nem lhe conto aqui a história — estou disposto a contá-la em privado — dos passos, melhor, das «passas»...

*Risos do PSD.*

... por que passámos para chegar ao ponto de ver no orçamento da Comunidade uma linha que diz «PEDIP» em letra maiúscula, para que se não confundisse com os outros fundos estruturais.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em relação ao que disse a seguir, concordo com o Sr. Deputado. É um grande desafio colocado a todos e a tarefa da negociação não terminou. Desde logo, os regulamentos que na parte da indústria têm de ser negociados; desde logo, as negociações que têm de ocorrer para que o reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa tenha tradução no alargamento dos prazos e no aumento dos apoios. Eu diria que muito e muito trabalho está ainda à nossa frente.

Depois fez uma pergunta muito directa em relação ao quarto recurso, a de que se eu considero que essa é a forma adequada.

O negociador nunca pode dizer que está satisfeito a 100%, senão fica numa posição enfraquecida. Por mais que se tenha conseguido, temos sempre que aspirar a mais e lutar por mais. O que posso eu dizer em relação à questão de novas formas de financiamento? Comparada com a forma anterior é muito melhor para Portugal. Isto porque, sendo Portugal um país que tem uma base do IVA muito grande — quando comparada com o produto nacional é de cerca de 83% —, a introdução do quarto recurso traduzia-se em regressividade, principalmente para Portugal. Por isso, e sobretudo em resultado da limitação da base do IVA, direi que a situação é mais equitativa do que era anteriormente. Agora se me pergunta se nos devemos dar por satisfeitos, respondo-lhes já que não. Por isso é que há um parágrafo, pelo qual nos batemos muito nas conclusões de Bruxelas, que diz que em 1992 será reexaminado o modo de financiamento da Comunidade, tendo em vista verificar da proporcionalidade dos terceiro e quarto recursos em relação ao produto.

O Sr. Deputado Mota Veiga interrogou em relação aos efeitos sobre o saldo global, o aumento do investimento, o aumento do investimento estrangeiro e as relações com a Espanha.

O saldo global é extremamente positivo, principalmente quando se compara com as projecções feitas no momento da nossa adesão. É bem sabido por todos os

Srs. Deputados que, no ano passado, os fluxos financeiros líquidos a favor de Portugal se aproximaram dos 60 milhões de contos.

Já referi o aumento do investimento no ano que terminou — foi um aumento da ordem dos 18% — e o aumento do investimento estrangeiro, nesse mesmo ano, em Portugal, de acordo com os números revelados pelo Instituto do Investimento Estrangeiro, foi da ordem dos 145%.

Em relação às transacções com a Espanha, o assunto merece aqui só um minuto.

Quando negociámos a nossa adesão à CEE, nos nossos empresários e até em muitos dos nossos políticos havia a ideia de que poderíamos ser «cilindrados» pelas empresas espanholas. Reconheço que, na altura, havia um certo desconforto sobre aquilo que poderia acontecer no futuro, quando as fronteiras tivessem menos obstáculos, nas nossas relações com Espanha.

Hoje constatamos que, muito embora as importações de Espanha tenham aumentado, e significativamente, numa taxa da ordem dos 40%, as nossas exportações para Espanha estão a aumentar em taxas da ordem dos 60%. O ponto de partida era um ponto de partida muito desequilibrado e, por isso, não é de um ano para o outro que vamos passar para uma situação de balança comercial equilibrada. Não me atrevo a dizer que, até ao fim do período de transição, Portugal apresente umas relações comerciais equilibradas com a Espanha. Mas podemos atenuá-las significativamente.

Sr. Presidente, eram estas as questões que tinha para responder.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — O Governo ultrapassou em sete minutos os quinze minutos que tinha disponíveis e que lhe vão ser descontados no tempo global.

Queria anunciar que se encontram presentes nas galerias um grupo de 50 alunos da Escola Secundária de Loulé e um grupo de 50 alunos da Escola Secundária de António Inácio da Cruz, de Grândola, com os respectivos professores.

*Aplausos gerais, de pé.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Este debate realiza-se sem que esta Assembleia da República disponha oficialmente de informação mínima sobre as matérias que têm estado em apreciação nas várias instituições das Comunidades Europeias, ou sobre a Cimeira de Bruxelas ou sobre os desenvolvimentos mais recentes relativos à concretização do mercado interno.

O Governo não cumpre a lei relativa à participação da Assembleia da República na definição das políticas comunitárias, não responde sequer aos pedidos formulados por escrito, e a Comissão dos Assuntos Parlamentares, presidida pelo PSD, pura e simplesmente vegeta.

Na sua posição de quero, posso e mando, o Governo comporta-se como se fosse o dono e o senhor do interesse nacional, como se não tivesse de dar contas a ninguém, como se não tivesse deveres institucionais. É a continuação da conduta arrogante e antidemocrática. Agora apresenta-se aqui não para prestar esclareci-

mentos, não para ouvir as sugestões, não para apresentar e debater as medidas para os graves problemas que Portugal enfrentará com a construção do mercado interno, mas para encenar mais uma peça de autopropaganda no seguimento das conferências do Primeiro-Ministro, num clima de inexcedível triunfalismo sem tradução na realidade. Trata-se de tentar criar um clima de confiança e de falsa prosperidade num momento em que o Governo, com a sua política desestabilizadora, se vê a braços com uma larga contestação social e política, com a redução da sua base social de apoio e com a actividade económica em nítida perda de velocidade.

Ora, ao resultado da Cimeira de Bruxelas não são estranhos também a acção dos deputados, nomeadamente dos deputados do Parlamento Europeu. Um outro comportamento do Governo em relação à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu só reforçaria o seu poder negocial.

Mas, quanto à Cimeira de Bruxelas e no que respeita à CEE, julgo que é necessário que fiquem claras as seguintes cinco questões:

- 1.º Que o compromisso fica aquém do próprio Plano Delors e representa um conjunto de compensações limitadas para as consequências desfavoráveis — económicas, sociais e regionais — do mercado interno;
- 2.º Que ganharam a RFA, a França e a Inglaterra e as transnacionais ao ter feito vencimento o seu projecto neoliberal de mercado interno;
- 3.º Que não está garantida a «coesão», nem a «dimensão social», nem os pressupostos mínimos formulados pela própria Comissão (crescimento máximo de 3,5% ao ano) nem os contidos no Relatório Padoa-Shioppa;
- 4.º Que o compromisso estabelece uma certa estabilização das despesas agrícolas, mas sem grandes garantias, e que o montante dos novos recursos é, na generalidade, considerado insuficiente, o que levou, por exemplo, Filipe Gonzalez, numa atitude mais ponderada, a afirmar que não tardará a falar-se novamente em números;
- 5.º Que, face ao atraso tecnológico da CEE em relação aos Estados Unidos e ao Japão, o objectivo mínimo, que era o de consagrar às políticas não agrícolas (investigação, formação profissional, educação, meio ambiente, ordenação do território) pelo menos 7,8 milhares de milhão de ECU (ficou em 5,2), não será atingido até 1992.

Quanto a Portugal, o resultado positivo que se traduz em o País vir a contribuir menos e a poder receber mais — um dos objectivos por que sempre nos batemos para limitar as consequências da adesão — está longe de poder pagar a factura da entrega do nosso mercado interno. Este resultado veio revelar ainda o que o Governo sempre procurou ocultar, ou seja, que a anterior situação, mesmo a relativa aos fluxos financeiros, nos era altamente desfavorável. Não somos dos que substimamos as verbas em causa, apenas procuramos dar-lhes a sua real dimensão. Mas consideramos ilegítima a manipulação dos números feita pelo Governo. É necessário rigor para que o País possa saber com o que conta até ao fim do período transitório.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!**

**O Orador:** — Por exemplo, quanto ao PEDIP, a linha específica é positiva, mas Portugal já tinha a autorização para levantar dos fundos FEDER e FSE um acréscimo de 80 milhões de ECU durante cinco anos. O que Cavaco Silva «conseguiu», tal como foi confirmado pelo Ministro da Indústria, foi que esses 80 milhões de ECU fossem autonomizados dos fundos, tendo obtido um acréscimo de 20 milhões para uma linha específica. Portanto, aquilo que obteve na Cimeira, para além do que já tinha conseguido, foi apenas 20 milhões de ECU. Quanto aos restantes 100 milhões, que já estavam garantidos, trata-se apenas de um financiamento puro e simples que o Governo pode ou não utilizar.

Esta é a verdade dos factos. O que foi apresentado pelo Primeiro-Ministro em conferência de imprensa foi um puro manobrismo de números que manifestamente ludibriou a opinião pública. Mas deixemos o ridículo espectáculo das verbas do PEDIP e dos fundos estruturais. A questão que agora se coloca é a de saber-se como é que o Governo vai aplicar os meios disponíveis.

Ora, também aqui não há nem clareza nem exemplos tranquilizadores. Na verdade, enquanto para a vertente de infra-estruturas do PEDIP a televisão e outros meios de informação anunciam, com grande destaque, que as verbas seriam aplicadas na renovação dos caminhos de ferro, o Ministro da Indústria informou esta Assembleia que as mesmas não serão aí aplicadas. Depois conhece-se o que se tem passado com o FSE, onde uma boa parte das verbas têm sido desbaratadas. Mesmo as aplicações pontuais positivas encontram-se desintegradas do binómio educação-formação e emprego, criando ilusões a jovens, que raramente encontram ocupação após o fim dos cursos. Também em relação ao FEDER, se há aplicações com expressões positivas, sobretudo ao nível das autarquias, estas estão longe de corresponder a acções planeadas dentro de um quadro de prioridades e de objectivos de desenvolvimento regional.

Quanto ao FEOGA, a agricultura portuguesa fala por si: estagnação das produtividades médias do continente, estagnação tecnológica substancial, agravamento da balança agro-alimentar. Mas vejamos alguns exemplos dos milhões que o Governo tem propagandeados.

No que respeita ao crédito e financiamento às explorações agrícolas, apenas 0,5% do total das explorações beneficiam ou irão beneficiar de apoio em relação aos primeiros catorze meses de aplicação do Regulamento n.º 797. Por sua vez o grau de realização dos diversos programas é também significativo. O Programa Integral de Desenvolvimento Regional em Trás-os-Montes e o Programa de Acção Florestal têm uma realização mínima e muitos dos programas de pré-adesão não estão longe de estarem concluídos como alguns nem sequer chegaram a iniciar-se!

Quanto aos «incentivos» do PEDAP «entorses» avolumam-se. Por exemplo, a área média das explorações beneficiadas com electrificação é de 170 ha!

Por tudo isto, Srs. Deputados, pensamos que não basta dizer que há verbas, é necessário ver como são aplicadas, qual a sua eficácia ou se vão engrossar as fortunas privadas.

Mas as relações com a CEE não se reduzem às transferências financeiras. É necessário atender e avaliar os resultados da integração económica: défice comercial, investimento estrangeiro, dependência tecnológica, especialização produtiva.

Creio que não pode deixar de criar inquietação a evolução do nosso comércio externo e isto quando ainda se mantêm elevados os níveis de protecção pautal. Os valores agora publicados mostram que o défice comercial registou um agravamento de 66,9% e que o défice com a CEE atingiu os 284 milhões de contos, o que significa um agravamento superior a 150%. Afunilaram-se as nossas relações económicas externas e a taxa de cobertura das importações pelas exportações para a CEE baixou dos 86,7% para 76,3% dos quatro maiores défices, três são com países da CEE (Itália, Espanha e RFA).

Quanto à evolução do comércio externo por produtos, as principais evoluções percentuais, entre 1986 e 1987, mostram que foram nos bens de consumo e não na maquinaria que o défice se acentuou. E isto quando o País disfruta de um grande «totoloto» que é, como se sabe, as baixas do preço do petróleo e da cotação do dólar. Passado isto, quero ver se vão responder a esta questão dizendo que é através da balança de transacções correntes, isto é, através das remessas dos emigrantes e das receitas do turismo que se vai continuar a cobrir um défice que não deixará de acentuar-se com a substituição da produção nacional pela produção estrangeira.

Esta situação de substanciais aumentos de bens de consumo, de substituição da produção nacional pela estrangeira é ainda agravada pela acentuação do peso das indústrias tradicionais do aparelho produtivo e na estrutura das exportações, que se encontram em perda no mercado mundial, acentuando ainda mais a vulnerabilidade do País. Por sua vez as multinacionais vão dividindo a Península Ibérica em função dos seus interesses e o capital estrangeiro vai-se instalando nos sectores mais rentáveis e ligados à «recolha» de divisas: turismo, banca, têxteis, sapatos...

Esta situação, Srs. Deputados, penso que não pode deixar de nos preocupar, bem assim como os crescentes défices que só se podem aguentar enquanto durar o «totoloto». Por isso é inadmissível que o Governo se demita de ter uma política nacional para a agricultura, pescas e indústria e uma política de diversificação das nossas relações económicas externas.

É inaceitável que o envelope da Cimeira de Bruxelas se venha a traduzir por cedências governamentais e por novas alienações de crescentes parcelas da independência nacional.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

**O Orador:** — Os recentes casos das conservas de peixe e dos têxteis são exemplos que não nos podem tranquilizar.

O Governo não se pode eximir de nos dizer qual vai ser o futuro de empresas e sectores de importância estratégica e social como a Siderurgia Nacional, a PETROGAL, a pesca artesanal.

O Governo tem o dever de informar a Assembleia da República e a opinião pública sobre o que pensa da abertura dos mercados públicos, do livre acesso ao mercado público de fornecimentos ou do espaço único dos serviços bancários...

Não basta falar em modernização, acenar com os velhos dogmas do liberalismo importados do outro lado do Atlântico ou do Canal da Mancha, enquanto o nosso aparelho produtivo acentua a sua especialização em actividades em perda, ou em actividades «fim de linha de produção».

O País necessita de uma estratégia nacional de desenvolvimento económico e social e de lutar contra uma divisão de trabalho subalterna e desvantajosa. Pela nossa parte, apresentamos dez direcções de acção com vista ao horizonte de 1992:

- 1) Continua, quanto a nós, a ser exigível a renegociação ou a readaptação do clausurado dos tratados, no sentido de se obterem preferências comunitárias para os produtos nacionais — têxteis, conservas, volfrâmio... —, o reconhecimento do maior número de especificidades para actividades do País, a obtenção de novas derrogações e maiores prazos de transição;
- 2) Portugal não pode deixar de limitar o direito de estabelecimento, como aliás o fazem os outros países;
- 3) Portugal deverá exigir compensações pela transformação da nossa zona exclusiva de pesca em águas de interesses comunitários;
- 4) O Governo deverá exigir para Portugal alterações aos regulamentos dos fundos, nomeadamente do Fundo Social Europeu, dando-lhe a componente educação, e do FEOGA, permitindo, nomeadamente, a incentivação das produções estratégicas;
- 5) As empresas estrangeiras a implantar em Portugal deverá procurar obter-se a difusão da sua tecnologia;
- 6) O Governo deve exigir apoios financeiros, sem limitações de produção, para indústrias em declínio e para as indústrias mais ameaçadas pelo mercado interno;
- 7) O crescimento económico deverá estar sempre ligado ao melhoramento das condições materiais e culturais do nosso povo, recusando os modelos das economias semiperiféricas, com uma especialização apendicular assente nos baixos salários;
- 8) A promoção e o desenvolvimento de novas actividades, a produção de produtos de elevado valor acrescentado nacional e de tecnologia mais complexa, a substituição da produção estrangeira pela nacional, o adensamento da malha industrial e o combate aos défices estruturais são orientações urgentes para fazer face à abertura do nosso mercado;
- 9) É necessária a concertação de estratégias com a Espanha, em relação à CEE, visando o desenvolvimento de regiões interiores, onde se incluem, inclusive, as fronteiras, nomeadamente em relação à política de infra-estruturas;
- 10) É vital promover e defender a existência de um forte sector empresarial do Estado, estruturado na base de uma lógica de acumulação e de funcionamento adequados aos interesses da modernização e desenvolvimento da economia portuguesa, como meio fundamental para fazer face ao mercado único e para impedir que empresas de sectores estratégicos caiam nas mãos das transnacionais. É uma questão de independência nacional.

Estas são algumas das propostas que vos apresentamos para reflexão e debate, tendo por base um pressuposto essencial: o de que não há cheque que pague a alienação da nossa soberania e a entrega do processo de desenvolvimento e da exploração dos nossos recursos às transnacionais que comandam o processo de integração.

Para nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: Portugal livre e independente não tem preço.

*Aplausos do PCP e da ID.*

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Costa.

O Sr. Soares Costa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Carlos Carvalhas veio aqui fazer o discurso negativista da crítica, perante o resultado, positivo para Portugal, que foi obtido na Cimeira de Bruxelas.

Não nos admira que assim tenha procedido, porque todos já sabíamos — e boa parte do povo português também o sabe — que o PCP sempre foi contra a adesão de Portugal à CEE.

O que é mau é que, perante resultados positivos para Portugal — porque aquilo de que se trata é efectivamente um problema de interesse nacional —, o PCP continue a utilizar estas oportunidades para manifestar, perante a opinião pública, aquilo em que afinal a maioria dessa opinião pública já não acredita ou nunca acreditou, sequer.

Referiu o Sr. Deputado Carlos Carvalhas que o Governo não tem estado a dar cumprimento cabal à Lei n.º 28/87 e que se tem furtado a dar esclarecimentos à Assembleia da República sobre os problemas da integração europeia.

Ora, para mim é óbvio — para muitos portugueses também e é-o ainda, sobretudo, para esta Câmara — que assim não é. Referia-lhe apenas duas coisas: a primeira, que o Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia já esteve duas vezes, que eu saiba, na Comissão competente, para dar esclarecimentos sobre a matéria e, além disso, mostrou a sua disponibilidade para, sempre que a Comissão o entendesse, lá ir dar mais esclarecimentos; a segunda coisa que lhe queria referir é aquilo que está a acontecer hoje nesta Assembleia da República, com a disponibilidade do Governo para vir aqui debater os resultados da Cimeira de Bruxelas. O Sr. Primeiro-Ministro veio a esta Câmara dar esclarecimentos cabais e claros e, se isto não é cumprir o espírito da lei, não sei, Sr. Deputado, como seria cumprí-lo. No entanto, o Sr. Deputado classificou esta atitude do Governo — e isto é que é espantoso — de atitude arrogante e antidemocrática. Falou mesmo de autopropaganda. Afinal — preso por ter cão e preso por o não ter —, dar esclarecimentos à Câmara já é, para VV. Ex.ªs., fazer autopropaganda.

*Vozes do PSD: — Muito bem!*

O Orador: — Disse também que na Cimeira de Bruxelas ganhou a Alemanha, ganhou a França, ganhou a Inglaterra. Estranho! Esqueceu-se de dizer que Portugal também ganhou e isso, hoje, já todos o sabem no nosso país. Por isso estranho que o Sr. Deputado se tenha esquecido de Portugal, que se tenha esquecido de dizer que, afinal, também nós gánhamos.

Perguntou ainda o que da Cimeira de Bruxelas resultou para o reforço da coesão económico-social na Europa e qual o aproveitamento que disso tira Portugal.

Todos nós sabemos que Portugal é um país do Sul europeu e o que estava em questão relativamente ao princípio da coesão económico-social na CEE era exactamente que deixasse de acontecer que só alguns países da Comunidade recebessem e, no fundo, todos eles pagassem. Era necessário reforçar a coesão, era necessário conseguir que os países do Sul, onde se situa a maioria das regiões menos favorecidas da CEE — e Portugal está nesse caso —, fossem privilegiados na aplicação dos fundos estruturais. Se isso, Sr. Deputado, não é reforçar a coesão, então perguntar-lhe-ia o que é reforçar a coesão económico-social na Europa.

*Vozes do PSD: — Muito bem!*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Soares Costa gastou mais um minuto para além dos três minutos habituais.

Solicito ao Sr. Presidente da Comissão de Regimento e Mandatos que compareça no meu Gabinete dentro de alguns minutos, a fim de termos uma reunião.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Deputado Soares Costa, ou o Sr. Deputado não esteve atento, ou então já trazia a pergunta preparada de casa, porque, de facto, ela não se ajusta de maneira nenhuma à minha intervenção.

Não fiz uma intervenção negativista de crítica. Levantei algumas questões, pus interrogações e coloquei um conjunto de sugestões para debate, porque penso que estamos aqui hoje com um sentido de debate e, por isso, esperava que a bancada do PSD dissesse alguma coisa sobre as questões que levantámos dentro do quadro da CEE.

Na verdade, não colocámos questões fora do quadro da CEE e era para essas questões que gostaria de ouvir uma resposta por parte do PSD, e não aquela cartilha de que intervimos aqui numa posição negativista. Colocámos questões legítimas que nos preocupam a nós e a todos os portugueses, como o défice comercial e a forma como estão a ser aplicadas as verbas do Fundo Social Europeu, do FEDER e do FREOGA. Ou será que o Sr. Deputado não tem dúvidas?! Será que pensa que tudo está a correr bem?! Ou pensa que, com a abertura das nossas fronteiras técnicas e administrativas, com o «envelope» que agora se conseguiu, a coesão e a dimensão social estão garantidas?! Se pensa assim, não deve fazê-lo, pois não é esse entendimento do Governo.

Seria bom que neste debate o Governo e os Srs. Ministros não se limitassem a fazer uma exposição sobre como ganharam, sobre as «passas» que passaram para obter mais isto e aquilo, mas que nos dissessem e ao povo português que medidas é que vão tomar para defender a produção nacional, não medidas vagas e abstractas mas medidas concretas.

Portanto, quando o Sr. Deputado me pergunta se a exposição que o Sr. Primeiro-Ministro fez não deu esclarecimentos à Câmara, digo-lhe que há uma grande distinção entre dar esclarecimentos e fazer autopropaganda, porque essa foi a grande preocupação do Sr. Primeiro-Ministro.

Quando, em relação a este debate, a maior parte das questões que coloquei, pessoalmente e por escrito, por intermédio do presidente da Comissão dos Assuntos Europeus, ainda não teve resposta, nem oral nem escrita, quando há obrigações legais qua ainda não foram cumpridas, pergunto: isto é que é um debate debate sério e um debate de informação?! Isto é que é um debate de esclarecimento, para armar o País, o nosso povo e os deputados perante um desafio que põe em causa muitos sectores e empresas portuguesas?! Penso que não, Sr. Deputado, e com certeza que V. Ex.<sup>a</sup> concordará comigo.

Peço-lhe, pois, que para a próxima esteja mais atento, para que não diga que viemos aqui com uma posição negativista, quando o que viemos foi apresentar propostas concretas, claras e expressas em tinta e em letra redonda.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

*Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente Maia Nunes de Almeida.*

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, se me dá licença, solicito uma suspensão dos trabalhos por dez minutos.

**O Sr. Presidente:** (Maia Nunes de Almeida) — É regimental, pelo que é concedida a suspensão dos trabalhos por um período de dez minutos.

*Eram 17 horas e 5 minutos.*

Vamos reiniciar os trabalhos, Srs. Deputados.

*Eram 17 horas e 25 minutos.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

**O Sr. Vítor Constâncio (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A postura do Sr. Primeiro-Ministro, do Governo e da bancada que o apoia neste debate é bem esclarecedora do relativo desinteresse que este governo atribui às relações com o Parlamento.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em condições normais seria de saudar como muito positivo que o Parlamento debatesse as consequências para Portugal das decisões tomadas na recente Cimeira da CEE. O Governo, ao provocar uma sessão deste tipo com alguns discursos, sem tempo para aprofundar uma discussão, não pretende, porém, fazer um debate mas sim um acto de propaganda do próprio Governo. Não foram prestadas quaisquer informações à Comissão dos Assuntos Europeus, que não reuniu previamente para apreciar a matéria e preparar um relatório correspondente. O Governo, aliás, continua a não cumprir a lei em vigor sobre esta matéria. Não apresentou, com efeito, o relatório anual a que está obrigado e com base no qual o presente debate devia ter lugar.

O marketing transformado em ética de governo tem conduzido à multiplicação de actos públicos de construção de imagem com que o Governo tem procurado responder à sua enorme queda de popularidade. De

acordo com as últimas sondagens, só 24% dos portugueses consideram que o Governo está a governar bem. E, com efeito, muito pouco e comprehende-se a preocupação do Governo.

Acusei há tempos o Primeiro-Ministro de só saber governar de acordo com calendários eleitorais. Parece, no entanto, que agora já só governa de acordo com calendários de sondagens.

O facto é que o Governo tem procurado agora mostrar que trabalha mais, depois de ter estado parado vários meses. Assim se prova que, em democracia, nada melhor que as críticas da oposição para estimular os governos e levá-los a prestar contas:

**Uma vozes do PSD:** — Venham elas!

**O Orador:** — O objectivo essencial deste debate é permitir ao Governo tentar reivindicar para si a glória de Portugal ter obtido mais umas centenas de milhões de ecus dos fundos da CEE. É por isso mesmo um debate banal e sem grande interesse. Ninguém na imprensa internacional falou do papel de Portugal na obtenção dos resultados da Cimeira de Bruxelas. Sabe-se que esta aprovou sobretudo o pacote de medidas por que se bateu durante mais de um ano o presidente Delors e que contou com o empenhamento da Alemanha para criar as condições que tornem possível o Mercado Único em 1992. Portugal, aliás, tinha dado estranhamente a sua aprovação a um projecto de orçamento comunitário que não contemplava as medidas agora adoptadas. Foi a posição da Espanha e de outros países do Sul que bloqueou esse projecto orçamental e manteve viva a reivindicação da duplicação até 1992 das verbas dos fundos comunitários.

É verdade que, para além disso, Portugal obteve agora uma linha específica para o PEDIP com 100 milhões de ecus anuais durante cinco anos. Isso devia, porém, ser embarçoso para o Governo, que durante um ano andou a propagandear o que afinal só agora se tornou realidade. Todos nos lembramos ainda dos títulos surgidos pouco antes da campanha eleitoral que anunciavam como decidida uma linha de 350 milhões de contos para a indústria portuguesa. Não era então verdade, mas durante muito tempo serviu para propaganda.

Por tudo isto, e para quem conhece os mecanismos internos de decisão da Comunidade, é um pouco provinciana a tentativa de autoglorificação do Governo. Desculpemo-la, porém, tendo em conta as dificuldades que o Governo atravessa.

Não podemos, no entanto, deixar de sublinhar a diferença que estabelece com a atitude que o PS,obreiro da entrada de Portugal na CEE, sobriamente sempre soube manter nesta matéria. A verdade é que sempre encarámos a adesão de Portugal à CEE como uma questão verdadeiramente nacional.

Por isso nos regozijamos com os resultados positivos para Portugal que decorrem da Cimeira de Bruxelas e sublinhamos ao mesmo tempo a importância que teve para a construção europeia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E se ligo os dois aspectos, é porque não concebemos hoje o destino de Portugal sem a participação plena na grande aventura europeia deste final de século. Portugal tem que estar na Europa não como pedinte mas como parceiro.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Empenhado por isso em influenciar o futuro de uma Europa mais forte politicamente e mais coesa socialmente.

No decurso do debate sobre o Programa do Governo manifestei aqui a disponibilidade do PS para a procura de convergências pluripartidárias em matéria de política externa e nomeadamente no domínio da CEE. Esta é uma das áreas em que a importância nacional e a razoável maturação dos problemas aconselham e permitem a busca dessas convergências. O Governo não está, porém, interessado em qualquer diálogo e nem sequer o estatuto da oposição cumpre. Negoceia-se em Bruxelas sem que o Parlamento saiba alguma coisa sobre o que se vai passar. A oposição e os agentes económicos são informados *a posteriori* do que foi aprovado.

O grave é que às vezes nem *a posteriori* se conhece muito bem como são gastos as verbas comunitárias e aparecem os compadrios e as irregularidades, como as que rodeiam os programas do Fundo Social Europeu. Muito se tem falado de inquéritos e fiscalização do Parlamento, mas neste último caso o PS garantiu que o inquérito vai mesmo para a frente.

O mais importante, no entanto, é que a batalha da participação portuguesa na CEE não se ganha tanto em Bruxelas a obter milhões, mas em Portugal a realizar as transformações que são indispensáveis.

*Aplausos do PS e do CDS.*

Os milhões ai estão, agora aumentados, e ainda bem. Tudo se joga no domínio interno e os atrasos são já preocupantes.

Este governo tem os milhões, mas não tem as políticas.

*Aplausos do PS.*

E a grande oportunidade que agora se abre ao País constitui, antes de mais, um grande desafio ao Governo. Ao contrário do que afirmou o Primeiro-Ministro, que, ao regressar, remeteu todas as responsabilidades para a sociedade civil e para os empresários. A verdade é que cabem ao Governo as culpas dos enormes atrasos que se verificam na preparação do País para a grande meta de 1992. O PS desde já responsabiliza o Governo pelas dificuldades que inúmeros sectores irão conhecer nessa altura, porque foi ele que praticamente desperdiçou os primeiros dois anos já cumpridos depois da adesão.

Em concreto, acuso o Governo de não ter sido capaz de conceber e aplicar políticas sectoriais competentes e de não ter sabido criar as melhores condições políticas e sociais indispensáveis para mobilizar o grande esforço nacional a realizar.

Vejamos, ponto por ponto, a demonstração do que acabo de dizer.

No caso da indústria, o País continua à espera que exista uma política. Talvez que, por liberalismo serôdio, o Governo entenda que ela não é necessária.

O governo do PSD, no poder desde 1985, demorou mais de um ano a aprovar um esquema de incentivos de base regional virado para o investimento produtivo, de que poderia ter beneficiado a indústria. Como estava mal elaborado, esse esquema não foi aprovado em Bruxelas e não pôde beneficiar, assim, dos financiamen-

tos do FEDER, que, por essa razão, até hoje não abrangem indústrias privadas. Só muito recentemente novo diploma viu a luz do dia; perderam-se dois anos. Entretanto, ainda em 1985, o Governo desmantelou toda a política do Governo anterior virada para o apoio à inovação e o apoio tecnológico à indústria, orientação que só recentemente foi modificada.

Apenas agora com a preparação do PEDIP se anunciam um conjunto de programas dirigidos à modernização e enriquecimento tecnológico da indústria portuguesa. Programas que irão finalmente ser dotados de esquemas próprios de incentivos, apoiados por infra-estruturas de parques e centros tecnológicos e por mecanismos financeiros fornecedores de capital de risco.

Como, porém, anunciou o Ministro da Indústria, tudo isto só estará operacional a partir do fim do ano. Ou seja, a conclusão é clara: durante os primeiros três anos do período de transição, a que este governo preside, não existiu uma política industrial. Perderam-se três anos de preparação indispensável da indústria para o choque de 1992. Não se promoveu convenientemente a diversificação da estrutura produtiva, a elevação dos níveis tecnológicos, o aproveitamento pleno dos recursos da inteligência nacional, a valorização dos recursos humanos que trabalham no sector.

O resultado é que tem continuado a crescer a participação das indústrias tradicionais nas exportações portuguesas. Isto é, agravou-se a tendência para Portugal continuar a exportar produtos de mais baixo valor acrescentado e com fraca elasticidade-rendimento, ao arrepio do que carecemos para enfrentar o futuro.

A incalculável gravidade desta evolução é da inteira responsabilidade do governo do PSD e da sua ausência de estratégia para o País.

E mesmo a política agora anunciada peca por ser redutora relativamente ao que deve ser uma verdadeira política industrial. O Governo parece não entender que um enquadramento adequado da indústria tem que contar com a expansão do sector de serviços, onde, aliás, se criam mais empregos, e nada prevê quanto a apoios ao sector terciário.

O silêncio e a inacção são também totais no que se refere à reestruturação do sector empresarial do Estado, onde, até hoje, o Governo só tentou uma única operação, aliás falhada: o anúncio do encerramento da CNP, que afinal continua a laborar, ao que parece com bons resultados. Nada foi feito na Siderurgia, na QUIMIGAL e na SETENAVE. Apesar de muito discurso, nem uma única iniciativa de reestruturação foi tomada.

Por outro lado, no domínio da formação profissional, tão importante para apoiar a modernização, o que se verifica é que continuam por gastar 80% das verbas de 1985, do período de pré-adesão, e dos dez novos centros de formação previstos nem um está a funcionar. Vai preparar-se agora um livro branco sobre formação profissional. Ou seja, o Governo não tem tido o dinamismo e a vontade para aproveitar verbas disponíveis. A continuar assim, de pouco servirá dispor agora de mais milhões de ecus.

Aliás, no domínio da preparação dos recursos humanos, o Governo não se preocupou em conceber a inclusão no financiamento dos fundos comunitários de actividades do sistema educativo, vítima hoje da escassez de recursos de que dispõe. Não seria certamente difícil

obter a concordância da CEE para programas desse tipo nos segmentos profissionalizantes do sistema de ensino, no nível politécnico e até no ensino básico.

Por outro lado, o Governo não encontrou as soluções mais convenientes no que se refere ao investimento estrangeiro. Nem facilitou, como devia, a realização de investimentos directos no exterior de empresas portuguesas empenhadas em penetrar noutros mercados, nem conseguiu atrair a Portugal nenhum novo investimento estruturante. Apenas projectos baseados na exploração de situações de mão-de-obra barata. Grandes investimentos em sectores tecnologicamente mais avançados foram localizados em Espanha, a pensar no mercado europeu.

Com tudo isto, não conseguiremos responder ao cada vez mais difícil desafio espanhol que, pela proximidade, acentua os riscos de concretização do grande mercado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No que respeita à agricultura, os atrasos são igualmente preocupantes. A agricultura portuguesa corre o grave risco de não conseguir suportar o choque do fim do período de transição que se aproxima. Na adaptação do sector às exigências da adesão havia que saber evitar que os rendimentos agrícolas fossem excessivamente penalizados com a política de aproximação dos preços e, ao mesmo tempo, conseguir promover as alterações estruturais necessárias à competitividade futura do sector. Não aconteceu nem uma coisa nem outra. Desde 1980 os rendimentos médios dos agricultores portugueses têm vindo continuamente a diminuir em relação à média dos rendimentos não agrícolas. Situação grave, que contribui para a insuficiente capacidade de autofinanciamento de novos investimentos no sector. Situação de que o Governo é responsável, porque inexplicavelmente tem vindo a aproximar os preços internos de produtos, como o trigo, o milho, o leite e lacticínios, dos preços da CEE mais rapidamente do que era exigido pelo Tratado de Adesão. No caso dos cereais, estaremos alinhados com os preços comunitários provavelmente ao fim da primeira etapa da adesão, quando à partida os preços portugueses eram 60% a 70% mais elevados: no caso do leite já estamos hoje praticamente alinhados pela CEE. A brutalidade desta desnecessária adaptação, acompanhada da liberalização das importações de carne, serviu para fazer desacelerar a inflação mas representou o sacrifício dos agricultores portugueses, no momento em que mais necessitavam de manter rendimentos que lhes permitissem capacidades de investimento para se modernizarem.

No domínio da política sócio-estrutural o que se verifica é a ausência de um planeamento integrado das acções a promover, um excesso de burocracia e de atrasos na elaboração dos programas necessários e nos pagamentos aos agricultores.

Também aqui se verifica, aliás, que continuam por utilizar verbas do período de pré-adesão. No que se refere ao PEDAP, não estão ainda aprovados os programas relativos à extensão rural, à formação, à cessação de actividade e ao emparcelamento. Dos programas de desenvolvimento agrícola regional nem um só se encontra ainda em funcionamento. E, no entanto, trata-se de instrumentos essenciais para assegurar que nas diferentes zonas do País se articulem os vários aspectos de política de alteração de estruturas produtivas. No caso do Regulamento 355, para projectos agro-industriais, dos nove programas previstos só quatro se

encontram aprovados. A aguardar ainda aprovação se encontra também o importante programa de reconversão da vinha. E quanto ao Regulamento 797, de financiamento da melhoria da eficiência das explorações agrícolas, os erros e os excessos de burocracia na sua aplicação têm sido a regra. Projectos que em teoria deviam demorar a ser decididos no máximo 60 dias, levam de três a seis meses. A descoordenação com o crédito complementar para os projectos incluídos neste regulamento dificulta a sua execução. Acresce que se têm financiado sobretudo investimentos de substituição e não investimentos que alterem verdadeiramente as estruturas de produção.

A construção de esquemas de drenagem e irrigação à base de pequenas e grandes barragens, as infra-estruturas de electrificação, de mercados de origem, etc., não têm tido o ritmo mínimo indispensável para assegurar a modernização e o aumento de competitividade que a data de 1991 torna imperativo se se quiser evitar um desastre no sector agrícola nacional.

A ausência de protecção ao sector das pescas e das conservas, mesmo nas negociações em Bruxelas, e a inexistência de quaisquer programas ou incentivos à modernização do comércio e serviços, vêm completar o quadro de ineficácia pouco lisonjeiro para o Governo no domínio dos sectores produtivos.

Quanto ao sector financeiro, a paralisação é total. Enquanto por toda a Europa, a começar na vizinha Espanha, se começam a realizar operações de reestruturação empresarial para fortalecer as instituições para o choque de liberalização dos serviços financeiros, em Portugal nada acontece nem está em preparação. A directiva sobre actividades seguradoras foi já aprovada em Bruxelas. Vem a caminho a relativa aos serviços bancários. Na Europa, multiplicam-se as participações cruzadas entre bancos e instituições financeiras, as aquisições e fusões viradas para a internacionalização da actividade. Entre nós continua-se a adiar a consolidação da solidez de várias instituições públicas, nos seguros e na banca, não se perspectiva qualquer fusão, que virá a ser inevitável, não se estimula a internacionalização de actividade das empresas financeiras nacionais. O atraso nesta matéria também se pagará caro. Para não referir as consequências mais imediatas que tem, para o bloqueamento da modernização do sistema financeiro e para os seus altos custos de intermediação, a ausência de medidas de reestruturação empresarial. A política monetária, que não tem hoje qualquer lógica, a não ser a da cega restrição do crédito sem objectivo, é também vítima da falta de visão do Governo.

Para além dos erros e omissões, o Governo tem também descurado um instrumento fundamental para a boa execução de qualquer política: a Administração Pública. Uma Administração eficaz, prestigiada, dotada de recursos humanos valorizados é indispensável a um Estado moderno que queira competir na Europa de hoje. Restringindo os vencimentos da função pública com aumentos sistematicamente inferiores à média nacional, não promovendo actividades permanentes de formação profissional, o Governo tem degradado a qualidade dos serviços públicos. Procura, aliás, desprestigiá-los continuamente, criando lateralmente estruturas *ad hoc* dependentes dos gabinetes ministeriais, para executar medidas que deviam caber aos serviços

regulares. É grave que o Governo não tenha uma política de modernização da Administração Pública Portuguesa. Também aqui se revela a falta de sentido de Estado de que o Governo dá abundantes provas noutras áreas do funcionamento de uma democracia moderna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vencer o desafio nacional de construir um país europeu, moderno e progressivo não depende apenas da eficaz execução tecnocrática de algumas políticas. Nem se consegue, aliás, com o estilo baço, descritivo, de relatório burocrático que o Sr. Primeiro-Ministro aqui utilizou no início deste debate, quando o País esperava uma visão mobilizadora para a construção do nosso futuro.

*Aplausos do PS, do PRD e do CDS.*

Unir um povo, mobilizá-lo, motivá-lo para uma causa colectiva é tarefa da grande política a que sempre subjaz uma visão cultural. Dar um sentido ao futuro e à esperança numa cultura democrática implica o alargamento do espaço público de diálogo e comunicação.

A perspectiva concreta de interpenetração entre o Estado e a sociedade civil conduz à recusa da sua dualidade ou da sua oposição. Impõe, assim, à política que respeite a comunicação como um trabalho hermenêutico que pressupõe a indeterminação e a incerteza que acompanha a relação com os outros — seja a dos indivíduos, seja a dos grupos sociais. Isto é, a política que motiva é a política democrática da legitimação do poder pelo consenso gerado no diálogo, pela procura da coesão social.

*Aplausos do PS.*

Sem pôr em causa a legitimidade para a decisão final, uma democracia não é a ditadura de uma maioria.

**Vozes do PS e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É um código moral feito de tolerância, de vontade de compromissos, de respeito pelos direitos dos outros.

**Vozes do PS e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Vencer o difícil desafio que se nos coloca neste final do século pressupõe uma vontade colectiva motivada pela partilha de um destino e não dilacerada por clivagens e divisões insuperáveis.

*Aplausos do PS.*

Para vencer, o País precisa de serenidade e coesão. Compete ao Governo criar as condições políticas e sociais para que isso seja possível. Para tanto, é imprescindível que o Governo mude de estilo, que a revisão constitucional se concretize e que não continuem a agravar-se as desigualdades sociais.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A principal dificuldade parece ser o próprio estilo pessoal do Primeiro-Ministro. Confunde tendencialmente democracia com ditadura da maioria e autoridade com rigidez.

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Julga-se eleito por todo o povo e ignora facilmente críticas e opositores.

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Por isso lhe é difícil admitir o confronto e o compromisso democráticos.

A sua ausência neste debate convocado pelo Governo assim o demonstra.

*Aplausos do PS e do CDS.*

Por isso o Parlamento é visto como um estorvo quase inútil.

**Vozes do CDS:** — Exacto!

**O Orador:** — Os opositores são considerados inimigos do País ou só podem andar a reboque dos comunistas, exploração simplista junto dos inconsciente colectivo nacional formado no salazarismo.

*Aplausos do PS, do PRD e do CDS.*

O estilo de guerrilha serve talvez para governos minoritários esgrimirem contra adversários, mas não para governar com maioria e assegurar consensos e estabilidade. A serenidade é indispensável aos líderes perante as críticas e as dificuldades. O País dificilmente terá paz social enquanto for governado com o estilo actual do Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

O Governo instabilizou o País com os erros que cometeu e com a rigidez e os repelões de autoritarismo com que reagiu às críticas que o País justamente lhe devolveu. Muitas coisas foram abaladas com isso: do clima social à confiança dos agentes económicos. Espero sinceramente que não venha a ser prejudicada a revisão constitucional.

Na sua ânsia de mostrar súbita eficiência, o Governo, em vez de tentar apressar o processo de revisão, preferiu apresentar várias medidas, das privatizações ao pacote agrícola, à reforma do Regimento da Assembleia, que melhor seriam solucionadas após a revisão.

Como o Governo já não está interessado na televisão privada e as privatizações são para fazer, afinal, muito devagar, parece desenhar-se uma perigosa atitude maximalista em relação à revisão constitucional: ou o PS aceita o projecto do PSD ou será preferível que não se faça qualquer revisão. Sempre fica um bom pretexto para desculpar futuros erros da governação. Uma coisa fica aqui já dita ao País: o PS não aceita a chantagem do PSD e, se este persistir na política do quanto pior melhor, não haverá revisão constitucional por culpa do PSD, e porque Cavaco Silva não sabe governar sem álibis.

*Aplausos do PS e da ID.*

A revisão depende tanto da vontade de compromisso do PSD como da vontade do PS. Mas, embora o pudesse dizer, com a mesma legitimidade de que se arroga o PSD, o PS não quer impor o seu projecto. Estamos dispostos a fazer compromissos. O PS está disponível para um pacto de regime que viabilize a

revisão constitucional. Tem que haver, porém, compromissos mútuos. O PSD não pode querer transformar a maioria para governar em maioria para mudar a Constituição.

*Aplausos do PS.*

50% não é igual a 66%.

O PS apresentou um projecto razoável e equilibrado, adequado a uma democracia europeia moderna. Aperfeiçoamos a constituição política e adaptamos a constituição económica. Não há conservadorismo nem radicalismo no nosso projecto. Os portugueses responsáveis sabem que ele constitui a base de um bom compromisso, preferível à ausência de qualquer compromisso. A revisão constitucional está, pois, nas mãos do PSD.

Preparar o País para vencer o desafio europeu passa também por sabermos pôr termo à querela constitucional. É uma pedra importante para estabilizar o quadro institucional em que a sociedade se tem de mover para alcançar os seus objectivos. Não é, todavia, suficiente. A estabilidade que permite os grandes esforços criadores exige o aprofundamento da democratização e da coesão social. Sem estas a modernização não é possível. E nada será possível, nem sequer o bom aproveitamento dos milhões da CEE, se o Governo persistir em acentuar desigualdades e em instabilizar o País, dividindo-o, com a rigidez da sua política salarial e a injustiça das suas leis laborais. O bom clima social vai de par com o bom clima económico. A solidariedade é também factor de desenvolvimento. Confiar nos Portugueses é a melhor forma de os motivar. Tentar submetê-los apenas uma forma de os dividir.

Nós, socialistas, recusamos a dureza insegura das sociedades governadas pelos novos conservadores. Queremos para Portugal um novo destino numa Europa que inicia uma nova metamorfose. Não temos o optimismo fácil da ilusão liberal, nem o pessimismo estéril dos velhos autoritarismos. Temos a vontade dos povos que apenas encontram a sua justa medida na amplidão dos grandes desafios.

*Aplausos do PS e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos inscreveram-se os Srs. Deputados Ângelo Correia, Correia Afonso, Basílio Horta e Mota Veiga, ao primeiro dos quais concedo desde já a palavra.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Sr. Deputado Vítor Constâncio, neste debate do Governo apelou ao País, à sociedade civil — e isto estava implícito no seu discurso — que se unissem num esforço. Estava implícito neste debate que vários ministros ou secretários de Estado iriam falar e explicar. Estava implícito neste debate uma atitude de diálogo.

Porém, antes de o Governo dialogar, antes de o Governo explicar, V. Ex.<sup>a</sup> julgou o Governo e a sua acção.

*Aplausos do PSD.*

Antes de ouvir as explicações e o convite ao diálogo, V. Ex.<sup>a</sup> quis falar para marcar a posição do PS, que não era a de discutir a participação de Portugal na CEE. O seu discurso foi um discurso introdutório de uma moção de censura.

*Aplausos do PSD.*

Mas, se assim é, então tenha a coragem política de o fazer agora ...

**O Sr. Basílio Horta (CDS):** — Que barbaridade!...

**O Orador:** — Barbaridades são às vezes as suas palavras ... idiotas

*Risos e aplausos do PSD.*

**O Sr. Basílio Horta (CDS):** — Não vai fazer queixa de mim, pois não?...

**O Orador:** — Ó Sr. Deputado, cresça, cresça! ...

*Risos do PSD.*

**O Sr. Basílio Horta (CDS):** — Cresça você!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Vítor Constâncio veio discutir essa questão num debate sobre a política de Portugal na CEE no ano da integração europeia. V. Ex.<sup>a</sup> torneou, ladeou e passou para outro campo. Passou, pura e simplesmente, para o campo da política interna, falando de muitíssimos assuntos, alguns deles também relativos à CEE, só que numa margem que não é consonante com um típico debate inserido num óptica de integração europeia. Por isso, quando o Sr. Deputado tenta dizer que o Governo desloca o campo do debate para algumas áreas, é o próprio Sr. Deputado Vítor Constâncio que o faz: antes sequer de ouvir a explicação já julgou — e negativamente — o Governo.

O Sr. Deputado acusa o Governo de autoritarismo e de ditadura da maioria, mas, Sr. Deputado, a verdade é que há um facto inédito em Portugal: há um Governo maioritário que respeita a oposição e que dialoga com ela. E não há melhor exemplo de diálogo com a oposição do que o de hoje, em que o próprio Governo pediu um debate com a Assembleia da República.

*Aplausos do PSD.*

É o exemplo mais claro e mais visível, mas é o exemplo a que o deputado Vítor Constâncio foge.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Vítor Constâncio acusa este governo pela circunstância, que hoje ainda vivemos em Portugal, de existir um desequilíbrio social gritante e uma falta de coesão social. Mas, comparativamente com períodos em que o Partido Socialista foi maioritário em Portugal e em que o seu silêncio foi visível, diga-me se há comparação no grau de coesão social e se houve menores desequilíbrios do que os que hoje em dia se vivem. Compare as circunstâncias, Sr. Deputado. Nessa altura o seu silêncio foi visível. Hoje, quando a circunstância é radicalmente diferente, o Sr. Deputado Vítor Constâncio toma uma atitude que não é a mais adequada nem a mais correcta.

Disse que a Comissão dos Assuntos Europeus devia ter feito um relatório. Só que na reunião dessa Comissão, onde estavam deputados do seu partido, nenhum pediu que se fizesse um relatório introdutório a este debate, pelo contrário. Portanto, não pode estar a acusar o próprio partido maioritário de não o fazer quando o seu próprio partido, nessa mesma Comissão, não o pediu e quando, por consenso unânime, foi decidido que não era necessário, pois o debate era mais do que suficiente para esse efeito.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mais: disse o Sr. Deputado Vítor Constâncio que 50% (valor percentual do PSD) não são 66%. É verdade! Mas 20% também não são 66% ...

*Aplausos do PSD.*

Por isso, se não é legítimo uma força política como o PSD querer impor a sua maioria para a revisão da Constituição — e, pelo contrário, ele sempre se predispondo ao diálogo —, não é também legítimo o Partido Socialista colocar a questão apenas num desejo pretérito que o PSD teria e que não tem, pois o PSD manifestou-se aberto ao diálogo. E quando Sr. Deputado Vítor Constâncio diz — e nisso estou de acordo — que a verdadeira batalha se trava em Portugal, pergunto: qual é o apoio que o Partido Socialista dá ao Governo quando este quer fazer reformas decorrentes da nossa própria inserção no Mercado Comum? O Partido Socialista veta, obstaculiza e dificulta.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como é que o Partido Socialista pode dizer, com rigor e autenticidade, que a verdadeira batalha se trava em Portugal, quando é aí que o Partido Socialista obstaculiza e dificulta muitas das medidas que, num grau de aproximação menor, sem a profundidade a que muitas vezes se chega nos países da CEE, se procurar lançar, fazer e abordar em Portugal? Mesmo numa escala menor, o Partido Socialista nessa altura opõe-se e diz que não.

A sua intervenção tem aspectos que são de aceitar, positivos e que, com certeza, melhorarão o conteúdo das relações entre a Assembleia da República e a própria acção governamental. Esses agradecemos. Mas também está a ela subjacente uma atitude, não a que o Governo tem, mas porventura aquela ...

*Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.*

**O Sr. Presidente (Vítor Crespo):** — Sr. Deputado, peço-lhe que seja breve, pois já ultrapassou os cinco minutos que constituem o limite combinado.

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Presidente.

O Partido Socialista actuou hoje no seu discurso não como aquilo que o governo do PSD é, mas como aquilo que, se calhar, ele queria que fosse. Está a imputar ao Partido Social-Democrata e ao seu governo atitudes que eles não têm.

Sr. Deputado Vítor Constâncio, não é lançando fantasmas para a opinião pública, nem é lançando imagens que não são reais que construímos aquilo que neste debate era importante: que o arco constitucional que o Sr. Deputado chamou à maioria constitucional fosse exactamente o mesmo arco que apoiou a integração europeia e que tudo faria e deverá fazer para a sua completa integração. Deveria ser essa a sua postura.

O Governo não veio aqui procurar glória, mas sim consenso. Era preferível que tivéssemos obtido uma resposta nesse campo da sua parte e não uma fuga ao problema.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

**O Sr. Correia Afonso (PSD):** — Sr. Deputado Vítor Constâncio, é do conhecimento geral que em 1992 terminará a maior parte dos períodos de transição para a integração completa do nosso país na CEE e que também nesse ano se ultimará a construção do grande espaço comum europeu com 320 milhões de habitantes, com liberdade de circulação de pessoas e mercadorias, de capitais, de serviços, com todo esse universo que é bem conhecido do Sr. Deputado.

É, portanto, natural que neste espaço que medeia até 1992 tenhamos a preocupação de criar condições para que a integração nessa altura nos seja o mais favorável possível. É esse o sentido das grandes reformas da CEE que recentemente tiveram lugar.

Foi reconhecida a especificidade da agricultura portuguesa e conseguido o reforço ao seu desenvolvimento, foi conseguido um programa de apoio à modernização da indústria, foi alcançado um aumento das contribuições comunitárias para as acções de desenvolvimento regional e também para a formação profissional, foi ainda obtida a redução das nossas contribuições para o orçamento comunitário. Enfim, Sr. Deputado Vítor Constâncio, tudo isto significa muitas centenas de milhões de contos de benefício para o desenvolvimento e modernização do nosso país, numa palavra, de benefício para os Portugueses.

O Sr. Deputado, na sua intervenção, não escondeu essa realidade, mas não a acentuou. Tratando-se de avultados benefícios para os Portugueses, e sendo o Sr. Deputado português e representando aqui os Portugueses, parece-nos que deveria solidarizar-se com os resultados favoráveis da Cimeira de Bruxelas. Não o tendo feito, e considerando a sua responsabilidade de líder do maior partido da oposição, isto coloca-nos um problema que é o da solidariedade da oposição-Governo na prossecução dos grandes objectivos do Estado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É, pois, neste sentido, Sr. Deputado, que lhe coloco a primeira interrogação: o seu distanciamento em relação aos resultados favoráveis da Cimeira de Bruxelas significa que não se solidariza com o Governo nesta grande tarefa nacional da nossa integração nas Comunidades Europeias?

O segundo ponto refere-se ao facto de V. Ex.<sup>a</sup> repetir de novo o que já afirmou aquando do discurso de encerramento do VII Congresso do Partido Socialista: que o Partido Social-Democrata tem atrasado a revisão constitucional. Não é verdade, e dizê-lo é esconder os factos e fugir à verdade.

Basta dizer, citando datas, que o Partido Socialista e o PSD apresentaram no mesmo dia, 13 de Novembro, os respectivos projectos de revisão constitucional. Nessa altura, o PSD apresentou também uma proposta de resolução para a criação da respectiva comissão de revisão. No dia 19 de Janeiro, agendada por consenso, foi constituída a Comissão, e no dia 12 de Fevereiro o PSD indicou os respectivos deputados que a integravam. Precisamente dois dias antes, no dia 10 de Fevereiro, o Partido Socialista tinha indicado os seus deputados para a referida comissão. Perante isto, dizer que

o PSD está a atrasar a revisão constitucional é dizer algo que realmente nos preocupa, principalmente quando é dito pelo Sr. Deputado, que lidera o maior partido da oposição. Preocupa-nos e faz-nos pensar se isso não será um álibi do Partido Socialista para no futuro radicalizar a grande tarefa que é a revisão constitucional.

Pela nossa parte, estamos tranquilos porque estamos abertos ao diálogo, estamos preparados para procurar os consensos que forem necessários para ajustar a Constituição à realidade portuguesa. Foi essa a tarefa e a obrigação que assumimos perante os Portugueses, será essa a obrigação que cumprimos na tarefa da revisão constitucional.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

**O Sr. Basílio Horta (CDS):** — Começo por felicitar o Sr. Deputado Vítor Constâncio pela consistência e pela clareza da sua intervenção.

*Risos do PSD.*

Temos para nós que ela veio elevar o nível deste debate, embora, obviamente, a bancada da maioria não comungue das nossas opiniões. No entanto, não temos dúvidas nenhuma em exprimi-lo publicamente e com a clareza que a qualidade da intervenção do Sr. Deputado nitidamente merece.

Entre várias coisas importantes que o Sr. Deputado disse, fez uma afirmação que é a seguinte, e na qual tem inteira razão «a batalha do desenvolvimento e da modernidade em Portugal não se ganha em Bruxelas mas sim em Lisboa».

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Em Lisboa não, em Portugal! Não estamos do tempo do Eça!

**O Orador:** — Em Lisboa porque é em Lisboa que está a sede do Governo, obviamente.

Com efeito, assim é. Temos exemplos vários de países que obtiveram auxílios substanciais da Comunidade Económica Europeia, nomeadamente a Grécia, e isso pouco adiantou às alterações das suas estruturas produtivas, senão mesmo quando foram contraproducentes.

O problema está, como V. Ex.<sup>a</sup> diz, nas alterações estruturais, nas mudanças necessárias que têm de ser introduzidas na sociedade, no Estado e na economia para fazer compatibilizar o Portugal de 1988 com a Comunidade onde está integrado e assim poder aproveitar e potencializar os auxílios que estão à sua disposição.

É óbvio que para isso é necessário uma vontade política que dê prioridade, como o Sr. Deputado diz, «aos grandes consensos numa óptica nacional» e que não priorize os pequenos conflitos, que não alimente as crisspações, que não transforme o País numa luta de pequenas tácticas em permanente conflito, desvirtuando claramente os resultados de 19 de Julho e frustrando a esperança do eleitorado.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso, Sr. Deputado Vítor Constâncio, faço-lhe concretamente as seguintes perguntas:

Estará ou não o Partido Socialista disposto a encetar um processo de revisão constitucional onde o princípio da irreversibilidade das nacionalizações possa ter um ponto final?

Em segundo lugar, está ou não o Partido Socialista disposto a encarar uma lei quadro do sector privado, uma lei quadro das reprivatizações em que se discutam verdadeiras reprivatizações e não apenas o nome, ou seja, não apenas a venda de património nacional representando 49% das empresas? Está ou não o Partido Socialista disponível para encetar a discussão de uma lei das indemnizações que faça justiça, e justiça séria, aos accionistas que foram expoliados das suas ações e aos proprietários da terra que no 11 de Março foram expoliados da sua terra?

Há quem diga que o Partido Socialista não o deseja fazer. Há quem queira imputar ao Partido Socialista as responsabilidades de não avançar nas mudanças estruturais com base numa indefinição desses sectores. As perguntas concretamente feitas relativamente a estes três pontos são colocadas no sentido de acabar de uma vez por todas com os álibis e com as desculpas que estão a fazer perder um tempo precioso ao nosso país, às classes mais desfavorecidas...

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Aos agrários...!

**O Orador:** — ... às assimetrias regionais, em suma, a todo um progresso que Portugal tem o dever de aspirar e que está a ser postergado, adiado em virtude de uma má análise da situação política e de uma má estratégia na escolha das prioridades nacionais.

Permito-me dirigir estas questões ao Partido Socialista para que nos esclareça, a nós CDS e ao País, das suas posições relativamente a estes três aspectos.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Veiga.

**O Sr. Mota Veiga (PSD):** — O Sr. Deputado Vítor Constâncio acusa o Governo relativamente ao facto de os resultados obtidos no Conselho Europeu não serem mais do que aquilo que na CEE os dirigentes comunitários decidiram dar a Portugal e não aquilo que Portugal conseguiu num acordo participado entre doze elementos. Por essa lógica, quando Portugal celebrou o Tratado de Adesão à CEE também não fez mais do que obedecer aos desígnios dos dirigentes comunitários.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Também é verdade!

**O Orador:** — E agora, face ao acordo histórico alcançado em Bruxelas, como explica o Sr. Deputado que, havendo na Comunidade várias regiões desfavorecidas, tenha sido apenas Portugal que obteve o reconhecimento de importantíssimas excepções às regras que foram estabelecidas na Cimeira? Será que os outros países que não conseguiram nenhuma dessas excepções é que negociaram bem e que Portugal negocou pessimamente?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Vítor Constâncio, além dos nove minutos, dispõe de mais três minutos cedidos pela ID para responder.

**Uma voz do PSD:** — É para isso que ela existe!

**O Sr. Vítor Constâncio (PS):** — Sr. Presidente, nove minutos são mais do que suficientes.

Começando pelas questões do Sr. Deputado Mota Veiga, quero esclarecer que não acusei o Governo de nada...

*Risos do PSD.*

**O Orador:** — Relativamente ao ponto em que o Sr. Deputado levantou.

Não acusei o Governo de ter negociado mal, bem pelo contrário, disse que o Governo, para além daquilo que foram os resultados normais do «pacote Delors» e das propostas relativas aos países do Sul em geral — cito do meu discurso —, é verdade que, para além disso, Portugal obteve uma linha específica para o PEDIPI e portanto, além disso...

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — O Governo negociou bem!

**O Orador:** — Não pus isso em causa!

*Risos do PSD.*

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — É bom que isso fique registado no *Diário!*

**O Orador:** — Respondendo também ao Sr. Deputado Correia Afonso sobre o facto de eu não ter acompanhado, celebrado, de não me ter regozijado com os resultados desta Cimeira para Portugal, cito-lhe o meu discurso: «por isso nos regozijamos com os resultados positivos para Portugal que decorrem da Cimeira de Bruxelas».

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Não estava cá!

**O Orador:** — É evidente que todos os portugueses, e penso que todos os partidos, depois da Cimeira de Bruxelas se regozijaram com os resultados obtidos para Portugal! Não que eles sejam necessariamente suficientes, pois as dificuldades que ainda existem para vencer e os desafios que se vão pôr até 1992 talvez façam com que estes milhões não sejam suficientes. E se Portugal foi considerado no seu todo como uma zona a considerar como prioritária na concentração das verbas dos fundos comunitários para permitir a duplicação até 1992, isso, infelizmente, deve-se apenas ao facto de Portugal ser, de facto, o País mais atrasado da CEE. Esse não é, portanto, motivo de glória, nem sobretudo de regozijo em qualquer negociação.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Ângelo Correia afirmou que eu vim julgar o Governo antes de o Governo falar. Bem, o Sr. Primeiro-Ministro falou...

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Fez a síntese!

**O Orador:** — ... e, evidentemente, em vez de ter apresentado aqui os planos do Governo para o País, as políticas que ia agora aplicar a partir dos recursos acrescidamente disponíveis neste momento, o Sr. Primeiro-Ministro não disse nada.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Também não sabe mais!

**O Orador:** — Fez um relatório burocrático — já tínhamos lido em todos os jornais — sobre o que se decidiu na Cimeira de Bruxelas, ponto por ponto. Nada mais foi acrescentado, nenhuma visão de futuro, nenhuma estratégia, nenhuma capacidade de despertar e de mobilizar as energias nacionais para o grande desafio com que neste momento nos confrontamos. Nada foi dito. E por isso julguei o Governo. E obviamente que a função da oposição é julgar o Governo! Não se surpreenda tanto com isso, Sr. Deputado Ângelo Correia.

Por outro lado, afirmou também que eu não teria falado nas questões da CEE, Sr. Deputado, os milhões, como eu disse, estão aí, agora aumentados, e ainda bem. A questão não é essa. A questão é que no passado eles não foram gastos devidamente, muitos deles não foram sequer gastos por falta de capacidade de execução e de dinamismo do Governo, que é Governo — é bom não esquecê-lo — há mais de dois anos. E por outro lado, como o Sr. Deputado disse, a grande batalha é interna e por isso eu falei das questões internas porque onde se ganha verdadeiramente para o País os resultados da Cimeira de Bruxelas é em ter uma política industrial capaz, uma política agrícola que não continue a manter os atrasos e a diminuição dos rendimentos dos agricultores, como tem vindo a acontecer, uma política interna que crie esquemas de apoio e de incentivo aos sectores do comércio e serviços — onde não existem —, que pegue nas questões estruturais do sector financeiro visto que se está a aproximar, a poucos anos de vista, a liberalização dos serviços financeiros no quadro da Comunidade Europeia. É isso tudo que tem de ser feito, é isso tudo que o Governo não fez e já se perderam quase três anos do período de transição. Essa é a questão fundamental deste debate, não é a questão dos milhões da CEE. Esses foram negociados ainda bem para o País, foi com isso que nós nos regozijámos.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — É isso mesmo!

*Aplausos do PS.*

**O Orador:** — Cabe ao Governo, para além de aplicar as políticas adequadas — e nesse aspecto dois terços do meu discurso foram dedicados à análise das insuficiências (na perspectiva da CEE) dessas políticas —, criar as condições políticas e sociais circundantes de enquadramento que sejam verdadeiramente mobilizadoras das energias nacionais. E é isso que o não faz. O Governo instabiliza, o Governo divide.

O Sr. Deputado falou na situação de coesão social do nosso país no sentido de que não seria agora tão má como em outras ocasiões. No entanto, digo-lhe que há muitos anos não havia uma onda de greves em Portugal como a que há este ano, nem sequer no período de maiores dificuldades financeiras, que ocorreu de 1983 a 1985. Isso é um dado objectivo, indescritível, um dado a que o Governo, nervosamente, tem agora procurado reagir em sucessivas conferências de imprensa, em actos de construção de imagem pública, numa tentativa, aliás falhada, de conseguir recuperar nas sondagens o que tanto o preocupa.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Não é verdade!**

**O Orador:** — A nós não nos preocupa esse imediatismo porque estamos interessados em que da Cimeira de Bruxelas resultem as reformas verdadeiramente de fundo e as políticas estruturais de que o País carece. E nesse sentido a revisão constitucional é também importante.

Mas, Srs. Deputados, o que eu disse aqui foi que o PS está disposto a compromissos, que não quer impor o seu projecto. Porém, tem de haver compromissos mútuos, e o PSD tem dito repetidas vezes, através de vários responsáveis, que em relação a pontos essenciais do projecto do PS, não concede nada, que ou o PS aceita o que o PSD quer ou não há revisão constitucional. É essa atitude do «quanto pior melhor», da procura de pretextos e álibis que nós não permitimos e que denunciaremos continuamente porque o PSD não conseguirá provar ao País que não era possível fazer uma boa revisão constitucional na base de um compromisso sério com o projecto do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

**Sr. Deputado Basílio Horta,** antes de mais agradeço-lhe as suas palavras de elogio ao meu discurso.

*Risos do PSD.*

Srs. Deputados, agradeço como é de boa educação...

**O Sr. Basílio Horta (CDS): — Isso é muito complicado para eles!**

**O Orador:** — Penso que levei este debate a sério, coisa que, surpreendentemente, o Sr. Primeiro-Ministro não levou.

*Aplausos do PS, do CDS e da ID.*

Levei este debate a sério e trouxe aqui as grandes matérias que estão envolvidas nas consequências da Cimeira de Bruxelas para o nosso futuro colectivo. Lamento que o Governo, e em particular o Primeiro-Ministro, não o tenha feito, não o saiba fazer, não tenha sequer sensibilidade para este problema.

Em relação às suas perguntas concretas, direi que o nosso projecto de revisão constitucional está aí e diz tudo relativamente aos pontos que levantou.

Em relação à irreversibilidade das nacionalizações, o PS, no seu projecto, elimina o princípio da sua irreversibilidade.

No entanto, e como também é dito nesse projecto, entendemos que esta é uma questão socialmente importante e com dimensão nacional, sobretudo tendo este processo a história que tem.

**O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Não estamos a fazer uma constituição *ad initio*, mas a revê-la. Pretendemos que esse processo de privatizações seja sujeito aos mecanismos de uma lei quadro que preveja e acautele tudo aquilo que há a acautelar para que as privatizações não sejam feitas ao desbarato, numa negociação, para que não conduzam ao puro desmantelamento do sector empresarial do Estado.

O PS continua a entender que é necessário existir um sector empresarial do Estado reorganizado em grupos económicos autónomos e geridos com racionalidade económica. Para articular as perspectivas do nosso desenvolvimento com as negociações com o capital estrangeiro o PS considera que é indispensável um sector público para investir nos sectores de ponta de mais alto risco de inovação, em que muitas vezes o sector privado não actua suficientemente.

Entendemos que, mesmo com privatizações — e admitimos várias no nosso programa eleitoral —, é no quadro dessa reestruturação do sector empresarial do Estado que a lei quadro sobre as privatizações tem de garantir as cautelas e os parâmetros que são indispensáveis.

Quanto às indemnizações, especialmente no que toca à reforma agrária estou totalmente de acordo que têm de ser pagas. Desde há muito que para estabilizar a situação no Alentejo é necessário que o Estado pague as indemnizações. Tenho-o dito à saciedade, publicamente e em todos os sítios. O projecto do Governo é que vai instabilizar de novo toda a zona, refazendo os pontos e passando por cima da questão dos indivíduos, redistribuindo toda a terra, querendo substituir as indemnizações pela simples devolução de terras e criando de novo toda a instabilidade no sector. Somos pela estabilização da situação existente na reforma agrária, com respeito das situações entretanto adquiridas, embora com eventuais correcções de injustiças.

No entanto, como já disse, não o acompanho no que diz respeito à Lei das Indemnizações que está em vigor e que o PS votou aqui em 1977, tal como o PSD...

**Vozes do CDS: — Muito mal!**

**O Orador:** — ..., e que, em nosso entender, não carece de revisão.

**Vozes do CDS: — Muito mal!**

**O Orador:** — Aliás, é este o entendimento do Governo, neste momento. Aqui tem, Sr. Deputado Basílio Horta, muito claramente, as nossas respostas às questões que me colocou, e é no conteúdo dessas respostas que vai também a prova cabal de como o Partido Socialista vê a construção de um país moderno, progressivo e europeu neste final do século XX, como uma condição indispensável da acção política que devia procurar, sobretudo, construir convergências e não dilacerar o País com divisões e clivagens que são indesejáveis.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa um relatório e parecer e um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Vai proceder-se à leitura do relatório e parecer.

*Foi lido. É o seguinte:*

#### **Comissão de Regimento e Mandatos**

##### **Relatório e parecer**

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 15 de Março de 1988, pelas

15 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados, solicitadas pelo Partido Social-Democrata:

Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes (círculo eleitoral de Lisboa) por Armando Manuel Pedroso Militão. Esta substituição é pedida nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para os dias 16 de Março corrente a 15 de Abril próximo, inclusive.

Américo de Sequeira (círculo eleitoral de Viana do Castelo) por António de Carvalho Martins. Esta substituição é determinada nos termos da alínea *e*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), a partir do dia 16 de Março corrente, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelo aludido partido nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD). — O Secretário, João Domingos F. de Abreu Salgado (PSD) — Alexandre Azevedo Monteiro (PSD) — Daniel Abílio Ferreira Bastos (PSD) — Domingos da Silva e Sousa (PSD) — Alberto Monteiro Araújo (PSD) — José Guilherme Pereira C. dos Reis (PSD) — Luís Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD) — Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD) — António de Almeida Santos (PS) — Carlos Cardoso Lage (PS) — Mário Manuel Cal Brandão (PS) — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — José Luís Nogueira de Brito (CDS) — João Cerveira Corregedor da Fonseca (ID).

Está em discussão.

Pausa.

Como não há objecções, vamos passar à sua votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.*

Srs. Deputados, vamos agora proceder à leitura do parecer.

*Foi lido. É o seguinte:*

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia da República:

Em conformidade com o ofício n.º 50/88, enviado a V. Ex.<sup>a</sup> pelo Sr. Deputado Hermínio Paiva Fernandes Martinho, em 9 de Março de

1988, solicitando autorização para estar presente como testemunha no Tribunal Judicial de Santa-rém, no dia 17 de Março corrente, pelas 14 horas, conforme notificação daquele Tribunal (processo n.º 289/88 — 1.º Juízo — 1.ª Secção), tenho a honra de comunicar que esta Comissão parlamentar decidiu emitir *parecer* no sentido de autorizar aquele Sr. Deputado a ser ouvido nos autos referidos.

Com os melhores cumprimentos.

Palácio de São Bento, em 15 de Março de 1988. — O Presidente da Comissão de Regimento e Mandatos, Mário Júlio Montalvão Machado.

Está em apreciação.

Pausa.

Como não há objecções, vamos proceder à sua votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Costa.

O Sr. Soares Costa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nesta minha intervenção deter-me-ei apenas sobre alguns aspectos da recente Cimeira de Bruxelas com implicações directas sobre o sector agrícola, outros colegas da minha bancada abordarão outras questões. Não importa aqui descrever ou analisar as medidas constantes do texto submetido pela Comissão ao Conselho Europeu, chamada a proposta Delors, nem mesmo o acordo constante do compromisso global da Cimeira já que, aquilo que a propósito de cada tema em discussão foi finalmente acordado é já do conhecimento dos Srs. Deputados.

O que mais importará é fazer uma reflexão sobre as consequências dos resultados da Cimeira para a agricultura portuguesa.

Abordarei sucessivamente os seguintes aspectos: estabilizadores agrícolas, *set-aside* e medidas de apoio ao rendimento dos agricultores e o reforço das dotações dos fundos estruturais.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa por o interromper mas gostaria de solicitar à Câmara um pouco mais de silêncio a fim de o podermos ouvir.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Um elenco vasto e diversificado de estabilizadores agrícolas foram finalmente consagrados nesta Cimeira. Eles visam conter e desencorajar os sucessivos aumentos de produção geradores dos excedentes agrícolas.

Os novos estabilizadores agrícolas abrangem agora um maior número de produtos agrícolas e englobam um conjunto de normativos mais diversificado e mais rigoroso do que as disciplinas de produção e as medidas de co-responsabilidade anteriormente existentes.

Reconhecida que foi, pela Cimeira, a especificidade da agricultura portuguesa, Portugal ficou isento da aplicação dos novos estabilizadores agrícolas durante o

período de transição. Este facto é particularmente relevante para os produtos agrícolas sensíveis, que são aqueles que ficaram sujeitos ao designado regime de transição por etapas. Esta atitude é, aliás, coerente com a posição que Portugal sempre defendeu durante as negociações do *dossier* agrícola e que, tendo sido aceite pela Comissão, está também consignada como princípio de ordem geral no Tratado de Adesão.

Mas o que é, porém, mais relevante é que saibamos reflectir sobre os objectivos e as verdadeiras implicações dos estabilizadores agrícolas para o futuro, visto que, uma vez terminado o período de transição, mesmo admitindo que ele venha a ser dilatado, esses sectores produtivos da agricultura portuguesa virão também a ficar sujeitos às mesmas disciplinas comunitárias que então vigorarem.

Se é certo que no estado actual não havia justificação moral para sujeitar Portugal às disciplinas comunitárias de produção, pela elementar razão de que Portugal e a sua agricultura não eram em geral contribuintes dos excedentes agrícolas comunitários, tal situação será diferente uma vez concluído o período de transição. Estão será aplicável a regra geral de que as disciplinas de produção e os normativos estabilizadores se aplicarão tanto aos países de produção deficitária como aos que são geradores de excedentes.

Daqui resulta que Portugal terá de aproveitar o período de transição para promover, no sector agrícola, uma ampla reestruturação e modernização que lhe permita, não só enfrentar a competitividade da agricultura europeia mas, também, aguentar sem danos graves a futura aplicação ao nosso país dos estabilizadores agrícolas.

Tal significa, promover aumentos de produção nos produtos agrícolas sensíveis em que somos deficitários. Esses aumentos terão de ser obtidos, sobretudo, pela via dos aumentos de produtividade, como forma de garantir a competitividade e de simultaneamente proteger os rendimentos dos agricultores contra situações futuras de pressões sobre os preços.

Outro vector da nossa orientação terá de ser a reconversão, em algumas áreas, para a produção de produtos em que possamos dispor de vantagens comparativas bem como a adopção de alternativas de diversificação produtiva.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ficar isento da aplicação dos estabilizadores é, de momento, um elemento positivo e essencial para a agricultura portuguesa. Mas não pode ser motivo para nos deixarmos adormecer mas, sim, continuar a orientação prosseguida de promover a mudança e a modernização da nossa agricultura.

Quanto à directriz designada por *set-aside* devo dizer que ela é uma medida complementar dos estabilizadores agrícolas, a qual visa minorar os excedentes agrícolas pela via de retirar da cultura cerca de 1 milhão de hectares de terrenos aráveis. A colocação de, pelo menos, 20% das suas terras em regime de pousio, durante os próximos cinco anos, pressupõe uma diminuição óbvia do rendimento dos agricultores que venham a aderir ao programa. Por isso, é instituído um prémio de compensação ao rendimento que oscila entre 100 e 600 ECU/ha conforme a região e a sua produtividade, as quais influenciam o rendimento dos agricultores.

Ora bem, Portugal foi o único país que ficou com a flexibilidade de adoptar ou não esta directiva até 1996. Trata-se porém de uma questão que necessita de uma profunda reflexão. É, à primeira vista, uma medida que parece de interesse, sobretudo, para vastas zonas do País de solos pobres e de produtividades marginais. Mas a verdade é que a medida pode muito bem ser uma faca de dois gumes por motivos igualmente óbvios.

Contudo, o que pode ser extremamente interessante para Portugal é a modalidade do «pousio verde», com aproveitamento de pastagens para a criação de gado ou a conversão das respectivas áreas para a cultura de determinadas proteaginosas.

Trata-se, no fundo, de compatibilizar a prática do pousio, já tradicional em algumas regiões do País, com a nova directiva comunitária, a qual permite ainda valorizar pela prática do «pousio verde» formas de exploração alternativa tecnicamente interessantes.

Esta é pois uma das decisões da Cimeira sobre a qual importa reflectir profundamente, mas que se for explorada convenientemente e aplicada de forma correcta no nosso país poderá vir a revelar-se positiva.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Um outro aspecto não menos relevante das decisões da Cimeira de Bruxelas é a instituição de um novo sistema de ajudas aos rendimentos dos agricultores.

Trata-se de uma perspectiva muito interessante para as regiões menos desenvolvidas da Comunidade. De facto, a política de preços e de intervenções será de ora avante muito mais restritiva, em virtude da disciplina orçamental introduzida no FEOGA — Garantia e da aplicação dos estabilizadores. Por isso, as ajudas à produção passarão a ser menos vultosas e mais selectivas. Assim, as ajudas ao rendimento permitirão ultrapassar as dificuldades dos agricultores em regiões de produtividades mais marginais ou, no caso português, poderão vir a ser uma via importante para ajudar a resolver os problemas decorrentes do ajustamento dos preços na segunda etapa do período de transição. Trata-se, aliás, de um mecanismo que já ficara previsto no próprio Tratado de Adesão e que importará agora aperfeiçoar e aprofundar na negociação permanente em Bruxelas.

Quando ao reforço das dotações dos fundos estruturais, que, como é sabido, duplicarão até 1992/1993, veio confirmar a tese defendida por Portugal durante as negociações, de que a política sócio-estrutural comunitária constituía o *volet* mais importante para resolver os problemas resultantes da própria especificidade da agricultura portuguesa e do seu atraso estrutural, com vista à sua integração harmoniosa na política agrícola comum (PAC).

Portugal não iria ser, obviamente, um utilizador privilegiado dos recursos do FOEGA — Garantia mas tinha necessidade absoluta de obter compensações comunitárias na área da política sócio-estrutural para desenvolver e modernizar a sua agricultura. Só que, até ao presente, a política sócio-estrutural tem sido, e todos o sabemos, o parente pobre da PAC. Ora, a reforma do sistema impunha, por um lado, o reforço das dotações dos fundos e, por outro, uma disciplina orçamental do lado da despesa do FEOGA — Garantia. Impunha, ainda, em nome do princípio da coesão económica

e social da Comunidade que se privilegiasssem as acções da política estrutural nas regiões menos desenvolvidas da Comunidade.

Foi esta a orientação que acabou por fazer vencimento na Cimeira de Bruxelas e dela resultarão obviamente grandes benefícios para a agricultura portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Com os resultados da Cimeira de Bruxelas estão agora criadas as condições para a Europa Comunitária cumprir o Acto Único e construir o grande mercado europeu. Este é um facto político cuja importância para o futuro da Europa nunca é demais acentuar.

As facilidades e as condições conseguidas pelo Governo nesta Cimeira abrem agora a Portugal e para o sector da nossa agricultura novas e aliciantes perspectivas para o seu desenvolvimento e modernização.

Mas as nossas responsabilidades colectivas são agora também acrescidas.

A obra que temos pela frente para realizar é imensa.

Cabe agora à iniciativa e à criatividade de todos nós dar corpo à sua realização plena. A hora é de mudança e de inovação rumo a um futuro mais promissor no quadro da construção europeia.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Vou fazê-lo de uma forma muito baixinha porque não estou em condições de falar, mas há coisas que são difíceis de suportar.

Efectivamente, Sr. Deputado Soares Costa, penso que tem sido feito em torno daquilo que foi obtido nas negociações de Bruxelas uma *mise-en-scène* de tal ordem que corre o risco não apenas de constituir um insulto à inteligência como também de prejudicar a própria capacidade do nosso povo entender o processo de evolução no contexto da Comunidade.

Que grande conquista aquela que foi obtida na negociação com os estabilizadores, com a não aplicação das disciplinas de produção a Portugal! Nada garante, até ao momento, que estas disciplinas de produção, incluindo os estabilizadores, estejam poupadões de serem aplicados a Portugal para além de 1992. Ainda não há qualquer garantia de que não sejam aplicados a seguir a 1992. E atenção, porque até lá também já estava previsto que não seriam aplicadas quaisquer disciplinas de produção. É esta a primeira questão.

Segunda questão: diria que a compreensão da especificidade da agricultura portuguesa levaria certamente — e essa seria, enfim, uma conquista significativa — a que a Comunidade não considerasse sequer a possibilidade de impor a Portugal quaisquer condicionamentos à sua produção agrícola. Aliás, isso não era de estranhar, tanto mais que o Parlamento Europeu aprovou já uma resolução em que propõe que não sejam impostos a Portugal quaisquer condicionamentos à produção agrícola. Isto já está aprovado no Parlamento! Que grande conquista que o Governo fez nas negociações!...

Isto tem de tal forma carácter irrisório que não resiste a chamar a vossa atenção, Srs. Deputados, de que somos um dos doze países da Comunidade. E agora vejamos o peso negocial que temos e que a Comunidade iria pôr em causa até chegar a acordo nes-

tas negociações por fazer umas cedências a Portugal nesta matéria: em termos de cereais, o volume de produção português é de 0,8% em relação à produção da Comunidade; o nosso volume de produção de oleaginosas é de 0,4% em relação à produção comunitária; em relação ao leite, o nosso volume de produção é de 0,9% em relação à da Comunidade. Que raio de condicionamentos é que querem que sejam impostos ao nosso país nestas condições?

Mais: a aplicarem-se proporcionalmente os condicionamentos, as contas matemáticas dão zero vírgula zero, de tal ordem que nem sequer eram aplicados porque isto é insignificante! Não há aqui questões de condicionamentos! Há, sim, a questão de sabermos o que é que ganhamos nestas negociações que permitam objectivamente realçarmos e lançarmos o desenvolvimento de áreas fundamentais, designadamente em termos de satisfação e melhoria da nossa balança agro-alimentar. É esta a questão, e sobre isto as conquistas são poucas ou nenhuma.

Foi aqui colocada a questão dos fundos estruturais. Devo dizer que ainda não conseguimos nem mais um tostão desses fundos, Srs. Deputados. Poderemos vir a conseguir, mas ainda o não conseguimos! É bom que nós tenhamos isto presente! A participação pode ir até 75% e quanto mais elevada for a percentagem a fundo perdido da Comunidade, caso o orçamento real não seja reforçado, menores serão os projectos a serem aprovados.

Quanto ao reforço, devo dizer que ainda não existe! Haverá uma duplicação de fundos para todas as regiões que são economicamente desfavorecidas. Portugal têm-a, apenas, com a antecipação de um ano porque em 1993 todos os países da Comunidade beneficiarão da duplicação dos fundos estruturais. Deixemo-nos de ser ridículos! A forma como avaliamos as nossas conquistas na Comunidade torna-se de tal forma provinciana que perdemos toda a credibilidade, Srs. Deputados.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Costa.

O Sr. Soares Costa (PSD): — Sr. Deputado Rogério de Brito, ao começar a ouvi-lo, anotei o meu desejo de lamentar o facto de o Sr. Deputado não estar em condições de falar. Mas acabou por dar prova — embora padecendo, porque fez uma intervenção cirúrgica — de poder falar muito mais do que esperáramos. De qualquer modo, desejo-lhe as melhorias.

Começou por dizer que aquilo que está a ocorrer com a reacção que se manifesta em relação ao êxito, que foi um facto, da Cimeira de Bruxelas constituía um insulto à inteligência. Bom, se o Sr. Deputado se considera insultado, devo dizer que eu e se calhar a grande maioria do povo português não nos consideramos insultados. Por isso, não vem daí grande mal ao mundo.

O Sr. Deputado considera que a sua inteligência foi insultada. Pois a nossa assim como, se calhar, a da maioria do povo português não se consideram insultadas, e com isso nos congratulamos.

Quanto ao problema das disciplinas, disse na minha intervenção que havia, de facto, no próprio Tratado de Adesão uma questão de princípio — que foi um pro-

blema de estratégia negocial —, tendo ficado consignada a não aplicação das disciplinas. O que veio agora foi um reforço e uma confirmação dessa atitude e desse ponto de vista da Comunidade em relação a Portugal numa matéria que, para nós, é essencial. Isto não pode deixar de ser acentuado e considerado como um facto relevante. O Sr. Deputado desculpar-me-á mas a minha interpretação sobre esta matéria é totalmente oposta à sua. É, efectivamente, um ganho considerável o que se conseguiu.

Quanto à compreensão da especificidade, há evidentemente de clarificar e aprofundar quão longe pode ir o aprofundamento dessa aceitação da especificidade da agricultura portuguesa. É óbvio que — e citou — as nossas produções representam, de facto, percentagens tão baixas no contexto das produções comunitárias que, efectivamente, limitar ou não, sujeitar ou não Portugal a autodisciplinas de produção não é importante do ponto de vista de controle para excedentes agrícolas comunitários. Toda a gente minimamente informada sabe isso! O problema é outro: a Comunidade rege-se por regras e essas regras aplicam-se não porque o País produz pouco ou muito mas porque são regras comunitárias, e há que ter isso em consideração. Por outro lado, não nos interessa, de modo nenhum, que as disciplinas sejam aplicadas sobretudo durante o período de transição.

Temos a garantia que isso não vai acontecer.

Finalmente, o Sr. Deputado disse que com a duplicação de fundos não conseguimos ainda um tostão. Com certeza que não, Sr. Deputado. A Cimeira realizou-se há pouco tempo que, consequentemente, a proposta da Comissão também foi aceite há muito pouco tempo.

Como é que o Sr. Deputado queria que nós já estivéssemos a receber os tostões?! O problema não é esse! O problema é o da garantia de que há, de facto, uma duplicação dos fundos estruturais, à qual vai corresponder, obviamente, um aumento da quota-partes desses fundos que irão ou poderão vir a ser utilizados por Portugal. Essa é que é a questão, pois isso permitir-nos-á, obviamente, financiar ou co-financiar maior número de projectos, e oxalá também muitos melhores projectos!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes.

**O Sr. Silva Lopes (PRD):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Temos sem dúvida de nos congratular com os resultados da reunião do Conselho Europeu realizada em Bruxelas a 11 e 12 de Fevereiro passado. Esses resultados contribuirão, além do mais, para afastar os riscos de Portugal se vir a tornar contribuinte líquido da CEE, a que fiz referência em anteriores intervenções nesta Câmara.

Em face das vantagens que resultarão para a economia portuguesa dos resultados alcançados em Bruxelas, o Governo não tem perdido oportunidades de apregoar repetidamente perante a população que esses resultados traduzem uma grande vitória da sua acção negociadora. A imprensa portuguesa relata mesmo que o Primeiro-Ministro terá declarado que «Portugal e Espanha foram os grandes motores» das reformas aprovadas.

Consultei o *Bulletin Europe*, o *Financial Times*, o *Economist* e o *Le Monde* para procurar saber o que se passou na Cimeira de Bruxelas. Nessas publicações encontrei referências à influência decisiva das propostas apresentadas pelo Presidente Delors da Comissão da CEE. Encontrei também notícias sobre as posições tomadas pelo Chanceler Kohl, pela Primeira-Ministra britânica, pela dupla Mitterand-Chirac e pelas delegações italiana e holandesa. Não consegui, porém, encontrar qualquer alusão às intervenções da delegação portuguesa, e muito menos ao seu papel motor.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Não leu o *Primeiro de Janeiro*!

**O Orador:** — Para tentar avaliar qual possa ter sido efectivamente a influência da actuação portuguesa nas reformas aprovadas pela Cimeira de Bruxelas, interessa analisar as decisões dessa Cimeira que trouxeram mais benefícios para o nosso país.

De entre tais decisões, as que mais avultam pela sua expressão financeira para Portugal são as que se referem à duplicação até 1992 dos recursos dos fundos estruturais e a alteração do sistema de contribuições financeiras dos Estados membros para o orçamento da Comunidade. Essas decisões têm a sua origem nas propostas do chamado Plano Delors.

A delegação portuguesa terá sem dúvida lutado pela aprovação de tais decisões. Mas há claro exagero em se pretender fazer crer que os resultados alcançados se devem em grande medida a sua actuação.

As decisões relativas às contribuições da Espanha e Portugal para o reembolso ao Reino Unido e para o financiamento dos prejuízos em stocks antigos de produtos agrícolas terão mais a ver com as intervenções da representação portuguesa, em conjunto com a espanhola. Mas os montantes financeiros em causa, embora significativos, são de importância relativamente secundária no conjunto do pacote financeiro aprovado.

A decisão do Conselho Europeu mais directamente orientada para os interesses de Portugal foi a que se refere à aprovação do PEDIP. É a respeito dessa decisão que a delegação portuguesa poderá invocar com mais credibilidade os méritos da sua acção.

Nas suas referências ao PEDIP o Governo fala de financiamento de 400 milhões de ecu/ano.

Interessa, porém, observar com atenção qual a natureza dos financiamentos obtidos.

Metade do total desses financiamentos será representada por empréstimos do Banco Europeu de Investimentos. Não se pode dizer que a obtenção desses empréstimos que seriam acessíveis por outras vias representa um ganho enorme.

Um quarto do mesmo total virá do FEDER e do FSE e por isso, embora consista de transferências a fundo perdido, não nos trará recursos adicionais.

Só os 25 % restantes corresponderão a um ganho adicional líquido para Portugal. Trata-se de uma verba de 100 milhões de ecu, ou seja, cerca de 17 milhões de contos, a obter em cada ano, durante cinco anos, com base numa linha específica a inscrever para o efeito no orçamento da Comunidade.

Em face dos comentários anteriores, eu não digo que os resultados da Cimeira de Bruxelas não tragam vantagens financeiras substanciais para o nosso país. Também não digo que, nesta fase, teria sido fácil obter

muito mais. O que digo é que não há razões para que o Governo pretenda fazer crer que se trata de um triunfo da sua actuação tão grande como apregoa.

Por outro lado, há que analisar uma questão extremamente importante: a de saber até que ponto é que os recursos adicionais que o PEDIP nos trará serão suficientes para nos colocar a par de outros países mais pobres da CEE em matéria de transferências financeiras.

Não dispondo de todos os elementos informativos necessários para dar uma resposta razoavelmente satisfatória a esta questão, até porque o Governo não nos forneceu esses elementos. Sei, no entanto, com base em cálculos publicados na revista *The Economist*, que os saldos positivos da Irlanda e da Grécia — os outros dois países mais pobres da Comunidade além do nosso — obtidos nas suas transferências financeiras com a CEE foram em 1985 de 1100 e 1300 milhões de ecu, respectivamente. Actualmente esses saldos serão por certo mais elevados.

O saldo comparável para Portugal foi apenas da ordem de 360 milhões de ecu em 1987.

As diferenças entre os números portugueses e os da Grécia e da Irlanda são de tal maneira acentuadas que não podemos deixar de as considerar como preocupantes. Os 100 milhões de ecu da linha do PEDIP muito pouco contribuirão para reduzir essa diferença. Note-se que as demais vantagens financeiras obtidas pelo nosso país em Bruxelas também vão beneficiar em escala semelhante a Grécia e a Irlanda. Assim, a nossa inferioridade em relação a esses países em matéria de transferências financeiras só muito parcialmente será reduzida nos próximos anos.

Acontece ainda que a inferioridade de Portugal poderá vir a acentuar-se logo que entremos na segunda etapa do regime de transição estabelecido para a agricultura portuguesa. Nessa altura teremos de passar a suportar encargos substanciais com a entrega da receita de direitos compensadores ao orçamento da Comunidade e com o pagamento dos produtos agrícolas importados da CEE por preços muito superiores aos do mercado mundial.

A origem do problema está em que Portugal depende muito mais das importações de produtos agrícolas do que qualquer outro país membro da CEE, com a possível exceção do Reino Unido. Por isso, o balanço financeiro das nossas relações com a CEE é muito menos favorável que o da Irlanda e o da Grécia.

A situação de inferioridade em que assim nos encontramos carece de ser corrigida. As transferências do PEDAP e as do PEDIP agora aprovado são, sem dúvida, contribuições nesse sentido. Mas, como atrás apontei, estão muito longe de ser suficientes.

Para além de tudo isso, e independentemente das comparações com a Grécia e a Irlanda, é necessário analisar se o saldo positivo das transferências financeiras com a CEE, previsível para os próximos anos, chegará para compensar os riscos que a economia portuguesa vai ter de enfrentar em consequência da realização do mercado interno.

A resposta a esta questão torna-se óbvia se observarmos o que tem sido o saldo das transferências financeiras entre as regiões mais ricas e as mais pobres dos países com estrutura federal. Indica-se no chamado Relatório Paddock-Schioppa, que, num conjunto de vários países, aquele saldo se situa normalmente entre

os 3 % e os 10 % do rendimento das regiões mais pobres. Na região italiana da Calábria chega-se a atingir 24 %.

Ora, em Portugal, mesmo depois das decisões de Bruxelas, a percentagem comparável que iremos receber não irá nos próximos anos além de 1 % a 1,5 % do produto nacional.

E por tudo isto que as proclamações de triunfo do Governo a propósito dos resultados da Cimeira de Bruxelas têm muito de injustificado.

Podemos aceitar que, por agora, seria difícil ir mais longe. Mas, para defender os interesses nacionais, é imperioso insistir que continuamos muito aquém de uma solução satisfatória.

Em face dos números que citei, torna-se evidente que o Governo deverá continuar a lutar nos próximos anos por obter novas melhorias substanciais no domínio das transferências financeiras com a CEE.

O Governo deveria ter preparadas projecções sobre essas transferências, tendo em conta as futuras entregas da receita dos direitos niveladores ao orçamento comunitário e os sobrepreços a pagar pelos produtos agrícolas importados da CEE.

O Governo deveria ter preparado comparações entre os saldos das transferências financeiras da CEE para o nosso país, por um lado, e para a Grécia e a Irlanda, por outro.

O Governo deveria estar a preparar uma estratégia para, no futuro, reclamar da CEE a melhoria das contribuições a obter do FEOGA — Garantia, ou a redução dos encargos com as importações de produtos agrícolas, e o estabelecimento de novos programas específicos para a economia portuguesa, que melhorem a desfavorável situação financeira, em termos relativos, que atrás descrevi.

O Governo deveria finalmente melhorar a nossa capacidade de absorção dos recursos comunitários. Deveria evitar que haja o risco de ficar por utilizar parte dos recursos do FEDAP, como sucedeu em 1986, em que nada se aproveitou dos 20 milhões de ecu orçamentados. Deveria procurar que a nossa utilização dos recursos do FEDER atinja o limite superior da quota que nos é atribuída, em vez de ficar aquém desse limite. Deveria insistir por que os recursos do Fundo Social, mesmo deixando de lado os casos de fraude, passassem a ter um aproveitamento mais eficaz do que aquele a que temos assistido.

Tudo isto o Governo deveria fazer. Mas não tem feito e não há sinais de que esteja a fazer.

O pior é que as posições assumidas pelo Governo levantam o perigo de fornecer à Comunidade o argumento de que entre nós tudo vai pelo melhor, e de que não carecemos de novas concessões significativas nos próximos anos. Esse é o custo, em termos de interesse nacional, da propaganda em que o Governo vem insistindo para consumo interno.

*Aplausos do PRD, do PS, do PCP e da ID.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Sr. Deputado Silva Lopes, registo com agrado a afirmação que fez no sentido de que os resultados de Bruxelas foram, na reali-

dade, positivos. Registo com agrado essa afirmação, porque em Junho do ano passado o Sr. Deputado Silva Lopes dizia o seguinte:

Por um lado, tudo leva a crer que as transferências financeiras e auxílios previstos na política de coesão económica e social permanecerão a níveis totalmente inadequados.

Referia ainda o seguinte:

Os países interessados no aumento das transferências financeiras orientadas para a maior coesão económica e social, Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Itália, não terão peso suficiente para fazer prevalecer as suas posições sobre estes Estados membros, como a Alemanha, a França, o Reino Unido, os países do Benelux.

É, pois, de registar com agrado que a evolução da situação é extraordinariamente positiva relativamente às ideias que no ano passado o Sr. Deputado Silva Lopes tinha sobre esta matéria no relatório da Comissão de Assuntos Europeus.

Por outro lado, o Sr. Deputado sabe perfeitamente como se processam as negociações em Bruxelas e que tanto a nossa actuação como a de outros países implica cedências mútuas, e que, neste caso, a República Federal da Alemanha fez cedências extraordinárias, pelo menos a curto prazo. Talvez o Sr. Deputado me responda que a médio prazo se prevê um ganho de interesses significativo, mas a verdade é que a curto prazo tem de se reconhecer que um dos países que fez maiores cedências foi a República Federal da Alemanha. Ora, como para nós a situação não é ideal — é boa, mas não é ideal —, esperamos que o Governo continue, progressivamente, a negociar por forma que outras vantagens possam ser adquiridas para o País.

Os 100 milhões de ecu do PEDIP por ano são 17 milhões de contos, o que é, na realidade, uma verba altamente significativa, e, Sr. Deputado, a sua utilização não está apenas nas mãos do Governo, mas também nas mãos dos agentes económicos, nas mãos do sector privado e de todos nós! Temos, pois, confiança de que o País saberá responder a este desafio na utilização dos fundos estruturais por forma que em 1992 o nosso desenvolvimento económico seja semelhante ao dos outros países da Comunidade.

O Sr. Deputado responsabilizou o Governo por todas as actuações ulteriores. Ora, eu não responsabilizo integralmente o Governo; para mim, é tanto do Governo como todos nós que teremos nas nossas mãos a actuação e o êxito na utilização desses fundos.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes.

**O Sr. Silva Lopes (PRD):** — Sr. Deputado Guido Rodrigues, V. Ex.<sup>a</sup> começou por fazer referência ao meu pessimismo do ano passado a respeito das decisões que agora foram aprovadas em Bruxelas. Devo, pois, dizer que, há mais ou menos dois meses, esse pessimismo era partilhado pela maior parte da opinião pública da Europa — lembre-se do fracasso de Copenhague. E, provavelmente, se não tivéssemos tido a sorte de neste momento a Alemanha ser o presidente do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, estas decisões não teriam sido alcançadas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem! É isso!

**O Orador:** — Tivemos sorte de a Alemanha ser o presidente e principalmente a de o presidente da Comissão da CEE ter preparado o Plano Delors, que há mais de um ano estava «encalhado» e que só agora teve «luz verde». Foi, pois, esse Plano Delors que abriu todas estas perspectivas de que agora o nosso país veio a beneficiar, como reconhei abundantemente no discurso que produzi. Portanto, em primeiro lugar, devemos atribuir o grande mérito dos resultados alcançados ao Plano Delors; em segundo lugar, à presidência alemã e não tanto ao Governo Português, como se quer fazer crer.

**Vozes do PSD:** — Essa agora!

**O Orador:** — O Sr. Deputado disse que esperava que de futuro o Governo continuasse a negociar para obter vantagens adicionais. Eu também espero que assim seja, Sr. Deputado! Aliás, foi por isso que fiz este discurso; foi para incentivar o Governo no sentido de procurar obter vantagens adicionais em vez de estar a dar à opinião pública, e provavelmente à CEE, a ideia de que tudo está agora pelo menos e de que no futuro já não precisamos de mais nada.

Quanto à utilização dos fundos estruturais, o Sr. Deputado falou sobre os 17 milhões de contos do PEDIP, disse que o País está a responder ... admito que sim, vamos ver! Porém, na utilização dos fundos estruturais há aspectos que ainda interessa resolver melhor, e refiro-me em especial ao fundo social.

Como todos sabemos, no fundo social há problemas relacionados com fraudes. Não trato desses problemas, pois parto do princípio de que os inquéritos a que o Governo mandou proceder encontrarão a solução adequada.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (António Capucho):** — Muito bem!

**O Orador:** — O que eu digo é que, mesmo dentro das regras, mesmo para os projectos do fundo social financiados de acordo com as regras, há muito desperdício e já há muito tempo que o Governo devia ter proposto à Comunidade novas regras para que esses desperdícios fossem evitados. Os recursos que vêm do fundo europeu são muito substanciais e podiam ser gastos com muito mais proveito para a economia nacional se, por exemplo, se financiassem certas áreas da educação formal em vez de se andarem a formar pseudocursos que acabam por não trazer grandes benefícios para ninguém.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

**O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal aderiu à Comunidade Europeia em Janeiro de 1986.

Antes da adesão beneficiou de ajudas especiais cuja aplicação exigiu conformidade com as regras que ao tempo vigoravam, particularmente no âmbito da política regional europeia. Em relação às práticas discri-

cionárias anteriores foi necessário explicitar objectivos, mostrar a coerência dos projectos propostos com as metas do desenvolvimento enunciadas, demonstrar a consonância das mesmas no quadro de programas que fizessem sentido e estabelecer calendários de execução rigorosos e escalonamentos de financiamento realistas.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, peço desculpa por o interromper.

Srs. Deputados, mais uma vez peço o favor de manterem um nível sonoro na Sala em condições que seja perceptível a exposição dos oradores e que a Mesa possa também seguir.

Reconhecemos que há dificuldades com a instalação sonora. Estamos a trabalhar no sentido de a melhorar, mas tal ainda não foi possível porque as empresas ainda não nos deram os pareceres. Portanto, peço a colaboração de toda a Câmara para que possamos levar a cabo os nossos trabalhos.

Faça favor de continuar, Sr. Ministro.

**O Orador:** — Durante a negociação, governantes e funcionários portugueses foram frequentando os locais onde se afinavam as condições de entrada, e foram-me familiarizando com os processos a que teríamos de obedecer, após a adesão, para a apresentação das nossas candidaturas às comparticipações comunitárias relativas aos projectos que queríamos ver realizados. Antes de entrarmos conhecímos, naturalmente, as regras e já tínhamos ensaiado, «em tamanho natural», os mecanismos que viríamos a ter de accionar. Mas é evidente que, ao longo dos últimos dois anos, houve que adaptar muita coisa para garantir o acesso aos fundos estruturais, dentro do quadro das exigências comunitárias: criaram-se e consolidaram-se unidades orgânicas que da sua observância curassem, prepararam-se projectos, elaboraram-se programas, empenharam-se pessoas e instituições, alterou-se o processo interno da tomada de decisões, inovou-se e adaptou-se legislação, envolvemo-nos num processo negocial permanente e complexo ...

Os números mostram, todavia, que se foi bem sucedido. Quanto a compromissos e em milhões de contos, eles são os seguintes, tomando as previsões para 1988, antes da recente Cimeira de Bruxelas:

Milhões de contos

	Compromissos		
	1986	1987	1988
FEDER .....	57,6	64,1	72
Fundo social .....	31,6	56,3	60
FEOGA-Orient .....	3,8	11,2	17
Total .....	93	131,6	149

Quanto a pagamentos, os números são os seguintes:

Milhões de contos

	Pagamentos		
	1986	1987	1988
FEDER .....	27,1	37,5	45
Fundo social .....	15,5	28	36
FEOGA-Orient .....	-	4,3	17
Total .....	42,6	69,8	98

Vê-se assim que, dos três fundos, a porta que mais meios fez entrar em Portugal foi a do FEDER, responsável, na média daqueles três anos, por 51,8% dos compromissos assumidos pela Comunidade.

Portugal soube adaptar-se às exigências comunitárias, montou estruturas institucionais que corresponderam muito adequadamente às necessidades, tendo nós conservado a perspectiva adaptativa que nos leva a olhar tanto para os resultados como para os processos, corrigindo os últimos quando a trajectória assim o impõe.

O temor de que Portugal não tinha projectos elegíveis foi rapidamente acalmado. A convicção de que não seria capaz de os defender foi repetidamente desmentida. A suspeita de que o nosso país seria somente um reflector arrastado pela Comunidade foi contrariada, nomeadamente nos programas VALOREN e STAR, em que as nossas candidaturas foram das primeiras a ser apresentadas e o nosso regulamento VALOREN significou contribuição maior para a afinação do regulamento comunitário.

Simultaneamente como o desenrolar deste processo, Portugal teve de participar activamente nas negociações necessárias à adopção do Acto Único Europeu. E agora, que estão consolidadas, ou em vias de o serem, as rotinas de acesso aos fundos estruturais, temos de participar no processo negocial conducente às respectivas modificações e de nos adaptar, de novo, a normativos e a procedimentos novos.

Os resultados da Cimeira de Bruxelas são consequência directa da adopção do Acto Único Europeu. Portugal teve de se adaptar á realidade comunitária e vai ter de continuar a manter permanente a atitude de disponibilidade e o esforço de mudança. Mas a Comunidade também teve de entrar em linha de conta, na velocidade do processo da sua evolução e na forma que ela está a assumir, com os atributos qualitativos e quantitativos do terceiro alargamento. O Acto Único representa a materialização de uma concepção global da Comunidade Europeia, no contexto mundial, tendo por fito o seu reforço económico e a manutenção e aumento dos seus termos de competitividade; mas tudo isso é feito prestando atenção à diversidade de situações que a Europa ainda acolhe.

O marco de 1992 corresponde à fixação voluntária e assumida de que a transição da situação actual, interna e externa, para a nova tem de terminar e que a progressão para esse objectivo é gradual. Deve considerar-se, do ponto de vista português, que durante o período que medeia até lá é necessário aproveitar as oportunidades oferecidas para criar condições de superação de dificuldades crescentes de concorrência e de competitividade, sendo certo, porém, que tanto umas com outras — oportunidades e dificuldades — ocorrerão de forma gradual.

A evolução decidida para os fundos estruturais tem aspectos quantitativos e qualitativos. Dos primeiros releva, especialmente, a sua duplicação e, no que toca particularmente a Portugal, a linha orçamental específica do PEDIP.

É sempre muito delicado fazer estimativas num momento em que, por um lado, a informação estatística de base e a metodologia de cálculo da participação nacional nos recursos globais não estão rigorosamente quantificadas e quando, por outro lado, há ainda matérias sujeitas a negociação. Com estas reservas, atrevo-me, a título indicativo, a apontar como ordem

de grandeza do total para os cinco anos, do fluxo dos fundos estruturais, em matéria de compromissos, um valor entre 1000 e 1200 milhões de contos.

Quanto aos aspectos qualitativos, as alterações a impor traduzem-se pelas seguintes orientações:

I) Racionalização das finalidades prosseguidas pelos fundos estruturais e restantes instrumentos financeiros comunitários, através da fixação de cinco objectivos prioritários, dos quais o mais importante é promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas;

Sublinho a importância do primeiro objectivo que, no caso português, tem como âmbito todo o território nacional.

II) Concentração dos fundos estruturais nas regiões menos desenvolvidas e, em particular, nas regiões abrangidas pelo objectivo n.º I, anteriormente apontado;

III) Modulação das percentagens de intervenção dos fundos estruturais de acordo com a prosperidade relativa de cada Estado membro, admitindo-se que, para a situação nacional, isso corresponda a um valor médio de 70% do investimento total;

IV) Contratualização das intervenções comunitárias, particularmente através da desvalorização da abordagem administrativa e burocrática na apreciação das candidaturas, privilegiando, ao contrário, a negociação da estratégia de desenvolvimento de médio prazo concretizada no Programa de Desenvolvimento Regional, a aprovação de quadros comunitários de apoio que caracterizam e quantificam a intervenção estrutural comunitária a médio prazo e que viabilizará o alargamento do âmbito da intervenção dos fundos estruturais e a preferência gradual pela abordagem por programas.

Permito-me sublinhar particularmente a importância da celebração destes contratos e do espírito de contratualização que traduz uma co-responsabilização assumida por ambas as partes para se alcançarem objectivos em torno dos quais há acordo e que implica a concepção, negociação e estabilização, no médio prazo, de uma estratégia de desenvolvimento económico e social. A formulação desta estratégia terá uma vertente interna — o Programa de Desenvolvimento Económico e Social Regionalmente Diferenciado — e uma vertente externa — o Programa de Desenvolvimento Regional.

A elaboração destes documentos constituirá o meio privilegiado para negociar o quadro comunitário de apoio, através do qual a Comissão define as formas, modalidades e intensidades da respectiva intervenção estrutural, em cada Estado membro.

As alterações introduzidas na concepção e funcionamento das intervenções estruturais comunitárias foram acompanhadas pela adopção de princípios relativos à disciplina orçamental. O novo condicionalismo vem reforçar a necessidade de maior rigor na programação e na execução dos projectos e, especialmente, dos programas de investimento, para os quais tendencialmente se terá de caminhar de forma acelerada.

Às considerações anteriores, aplicáveis à generalidade dos Estados membros, deverá acrescentar-se uma referência aos apoios específicos de que Portugal beneficiará: o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP) e o Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP). O primeiro, que se eleva a mais de 127 milhões de contos para o período de 1986 a 1996, foi incluído na dotação dos fundos estruturais e negociado no contexto do Tratado de Adesão. O segundo, cujos compromissos anuais serão, entre 1988 e 1992, de mais de 17 milhões de contos, adicionais aos fundos estruturais, foi decidido na recente Cimeira de Bruxelas. De igual montante beneficiará o PEDIP com recursos provenientes dos fundos estruturais.

Sr. Presidente, os desafios imediatos correspondem a, simultaneamente, gerir o acesso aos fundos estruturais no enquadramento regulamentar actual e negociar os novos enquadramentos regulamentares. Está já aberta a negociação sobre o regulamento quadro dos fundos estruturais, iniciando-se em breve a respeitante a cada um dos fundos estruturais, bem como a relativa ao PEDIP.

O tempo não me permite nem resumir o que, há mais de dois anos, venho referindo em público a este respeito, nem elaborar sobre a linha geral do modo como entendemos, na prática, vir a dar concretização às quatro grandes orientações antes referidas — racionalização, concentração, modulação e contratualização. No fundo, trata-se de caminhar no sentido da elaboração de programas integrados, plurianuais, com objectivos muito claramente explicitados e servindo de base às acções dos diferentes agentes cuja resultante tem de ser optimizada.

Mas isso é o que temos vindo a fazer, com a consciência de que é difícil mas possível. Trata-se, agora, de aumentar o grau de exigência. É o que pretendemos conseguir e é também o que está ao nosso alcance fazer. Por isso estou confiante no sucesso.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Ministro, tendo presente o protocolo adicional ou acto de adesão de Portugal às Comunidades respeitante às regiões autónomas e sabendo-se que as participações financeiras das Comunidades são normalmente a 50%, e Portugal conseguiu, nalguns casos, 75%, gostaria de saber se relativamente às regiões autónomas o Governo tem pensadas quaisquer medidas que garantam a participação nacional nos projectos ligados às Comunidades, de modo que não se comprometa o aproveitamento das verbas comunitárias nessas regiões.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, há mais um orador inscrito para formular pedidos de esclarecimento. V. Ex.<sup>a</sup> deseja responder já ou no fim?

**O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território:** — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

**O Sr. Raul Castro (ID):** — Sr. Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> fez uma intervenção que foi um recenseamento retrospективo dos fundos das Comunidades em relação a Portugal, recenseamento do qual resulta de que tem havido um aumento desses fundos comunitários. Porém, o que não foi abordado foi a aplicação nos diferentes sectores da economia portuguesa desses fundos que tanto têm aumentado.

É sobre isso que gostaria de perguntar o seguinte: depois desse aumento anotado em termos estatísticos pelo Sr. Ministro, dois anos depois da adesão de Portugal, qual foi afinal a modificação que houve da fisionomia dos tecidos comercial, industrial e agrícola no nosso país? Em especial, que alterações houve que tivessem beneficiado e apetrechado os pequenos e médios comerciantes, os pequenos e médios industriais e os pequenos e médios agricultores em relação aos inconvenientes que para eles resultam da adesão à CEE e da futura adesão plena à CEE?

Naturalmente que a própria experiência mostra que se se for falar dos fundos comunitários a qualquer destes agentes económicos eles desconhecem-nos por completo. Eles só conhecem da adesão à CEE fenómenos de natureza negativa, como seja a aplicação do IVA ou o aumento do IVA este ano para 17%. Quanto a vantagens e benefícios não se conhecem! Como em relação a esta situação o Sr. Ministro não enumerou, não só nestes dois anos decorridos como naqueles que faltam para atingir a integração plena, quais as medidas concretas de que podem beneficiar estas camadas dos sectores fundamentais da nossa economia, é esta a questão que gostaria de ver esclarecida.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

**O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território:** — Sr. Deputado Guilherme Silva, é evidente que as regiões autónomas têm autonomia para definir muitas coisas. Relativamente à forma como se querem ver financiadas em complemento pelos fundos comunitários estruturais, devo dizer que, do nosso ponto de vista, o território das regiões autónomas é território nacional e não temos qualquer espécie de limitação relativamente aos complementos que devem aparecer dos fundos comunitários — aliás, no caso específico da Madeira já há exemplos de contribuições que vão a 60%. Portanto, do nosso ponto de vista, não há razão para qualquer distinção entre qualquer parcela do território nacional.

Sr. Deputado Raul Castro, aquilo que me pergunta é uma questão muito longa e já a tenho explicitado várias vezes em público. Não vou agora pronunciar-me longamente sobre tudo o que acontece relativamente às aplicações do FEDER, aquilo que foi aprovado em compromissos e em pagamentos relativos à administração central, às empresas públicas, às regiões autónomas e à administração local. Já repetidas vezes tive ocasião de fornecer material público, e neste momento tenho muito gosto em o remeter a V. Ex.<sup>a</sup> para que possa saber em que é que todos estes fundos comunitários foram aplicados.

Quanto à questão específica que o Sr. Deputado colocou, devo dizer que tenho pena que a tenha referido dessa maneira porque há um trabalho enorme de preparação de sistemas de incentivos. Estamos a fazer um programa de elaboração ainda mais intensivo daquilo que foram os sistemas de incentivos que hoje o Sr. Primeiro-Ministro já referiu nesta Câmara.

Na verdade, não tenho a impressão negativa que o Sr. Deputado tem porque o número de candidaturas, o número de pedidos e de informações e o número de presentes aos balcões do IAPMEI e do Fundo de Turismo mostram claramente que afinal as pessoas estão despertas.

Assim, tal como já aconteceu na agricultura, quando se dizia que os agricultores não apareceriam a solicitar os fundos, quando se sabe que há dinheiro — dinheiro barato — e que há apoio, as pessoas vêm: é o que temos reparado! Mesmo em sistemas que ainda não estão em operação plena já há numerosos candidatos — e até intermediários dos candidatos — relativamente aos quais queremos actuar através de contacto directo, e devo dizer que é nesse programa de contacto directo que nos vamos aplicar brevemente.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Já foi referida hoje, mais de uma vez, a ausência do Sr. Primeiro-Ministro. Volto ao assunto só para adiantar que lamento que o Sr. Primeiro-Ministro não esteja presente, em particular para ter oportunidade de com ele esclarecer a autoria da citação que fez de um deputado do Parlamento Europeu. Não estando S. Ex.<sup>a</sup> presente, acrescentarei, por minha conta e risco, que a intervenção não era de nenhum deputado do PPE.

Ao abrigo da disposição regimental que lho consente e que por isso confere à iniciativa a correcção formal indispensável, solicitou o Governo o agendamento deste debate, tendo como objecto específico a integração de Portugal nas Comunidades Económicas Europeias, com destaque para os resultados da reunião do Conselho Europeu dos passados dias 11 e 13 de Fevereiro.

À correcção formal junta-se, neste caso, o interesse substancial de que a iniciativa se reveste, sem dúvida, para a Assembleia e para o País, atento aquilo que se conhece já sobre a conteúdo do resolvido pelos chefes de Estado e de governo na sua reunião de Bruxelas.

Até aqui, portanto, tudo bem!

O mesmo não se dirá já dos motivos que terão levado o Governo a exercer este direito, propondo-se debater com os deputados assunto de tão grande interesse.

Pretende o Governo colher um voto de confiança da Assembleia da República sobre o modo como está a conduzir as políticas respeitantes à integração de Portugal nas Comunidades e como expressamente se prevê no artigo 226.<sup>º</sup> do Regimento?

Ou pretenderá, antes, que o debate de hoje constitua como que o preâmbulo para outras iniciativas em que à Assembleia irá ser proposta a aprovação de todo um conjunto de medidas legislativas destinados a implementar os programas tornados possíveis com a resolução de Bruxelas?

Ou, muito mais simplesmente, pretende o Governo limitar-se, no espírito da proposta de lei 24/V, a informar a Assembleia sobre o que se passou, substituindo com este debate o conjunto de obrigações a que está vinculado pela Lei n.º 28/87, ao mesmo tempo que demonstraria, pelo êxito do resolvido na perspectiva portuguesa, a inutilidade de uma intervenção parlamentar mais activa, de acompanhamento e consulta permanente nos assuntos que às Comunidades respeitam?

Seja o que for, temos defendido que o exercício de direitos no Parlamento, tanto pelos deputados, sua razão de ser e de existir, como pelo Governo, que perante ele responde politicamente e que, também, dele dinama, não deve ser questionado, razão por que aqui estamos com toda a abertura e disponibilidade, para ouvir e questionar, e dar, finalmente, a conhecer o resultado do nosso juízo e apreciação, tendo obviamente em conta a perspectiva que temos do interesse nacional.

Para além do que aqui, hoje, nos for dito —e nos foi já dito— teremos em atenção aquilo que conhecemos como portugueses interessados por este tipo de assuntos e ainda aquele mais que resultou da participação do Sr. Ministro da Indústria nos trabalhos de algumas comissões parlamentares.

A atitude com que tomaremos parte, e com que estamos a tomar, no debate é, repito-o, de abertura e disponibilidade, sem deixar de ser, também, de vigilância crítica, uma vez que a afirmação do papel do Parlamento é, neste caso, talvez ainda mais indispensável, tendo em conta os consensos que deverão formar-se em torno das posições assumidas por Portugal no contexto comunitário.

E fazêmo-lo com a mesma convicção europeia com que sempre defendemos a adesão de Portugal às Comunidades como prioridade das prioridades da nossa política externa e com a autoridade que daí retiramos.

Autoridade que, nesta matéria, nos vem ainda do papel decisivo desempenhado pelos partidos democratas cristãos europeus, com quem mantemos relações fraternas, não apenas na própria construção das comunidades, como no seu alargamento a Portugal, como ainda na modificação qualitativa operada com a assinatura do Acto Único, agora viabilizado pelos resultados da Cimeira de Bruxelas.

Em todos os momentos decisivos para a construção de uma estrutura europeia, capaz de dar forma ao espírito europeu que, sem dúvida, constitui um dado permanente da história do mundo ocidental, os partidos defensores dos valores do humanismo cristão marcaram presença e fizeram-no de modo sempre decisivo.

Isso mesmo voltou agora a acontecer, com o papel determinante que a presidência do democrata-cristão Chanceler Kohl sem dúvida representou para a aprovação do essencial do Plano Delors, e com o apoio que os parlamentares europeus do PPE deram desde a primeira hora às linhas mestras desse plano sem esquecer aquilo que nele se referia a Portugal, apesar do ceticismo e da hesitação muitas vezes prevalecentes, nas próprias autoridades portuguesas.

**O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Nesta hora que para nós é também de congratulação não devemos esquecer que a primeira inscrição do PEDIP no orçamento Europeu ocorreu já em

relação ao orçamento de 1987 por iniciativa do nosso colega Francisco Lucas Pires, apoiado pelo PPE, e concretizou-se numa verba para estudos de 2 000 000 de ecus e numa outra verba para memória, agora aceite pela comissão e pelo conselho.

Efectivamente, para os democratas-cristãos do CDS o que se alcançou na Cimeira de Chefes de Estado e Primeiros-Ministros no passado mês de Fevereiro constituiu motivo de congratulação, não só porque permite encarar com mais confiança a aproximação da plena adesão do nosso país, como, ainda porque abriu definitivamente caminho à concretização das transformações importantes consagradas no Acto Único Europeu.

Em Bruxelas, e ao contrário do que alguns profetas da desgraça se afadigavam a prever, foi a ideia da Europa que, uma vez mais, encontrou forças para andar para a frente, inspirando as medidas necessárias à construção de um mercado único efectivamente apoiado na coesão económica e social do todo comunitário.

É com isso, é com esse resultado que nos congratulámos.

Coroando todo um processo iniciado na Comissão e prolongado no Parlamento, em que os humanismos (PPE e socialistas) reuniram esforços, lutando contra a incompreensão de alguns «tipos» próprios de um liberalismo mal entendido e de um conservadorismo retrógrado. O Conselho Europeu e agora o Conselho de Ministros dos Orçamentos fizeram avançar a construção da Europa.

O que estava em causa, impedindo a implementação do Acto Único e ameaçando inviabilizar financeiramente as Comunidades, era, como é sabido, o peso excessivo das despesas obrigatórias —com destaque para a despesa com a garantia agrícola— a que acrescia a deficiência dos recursos próprios assentes, de resto, numa estrutura injusta, tudo a impedir a acção eficiente dos fundos estruturais, indispensáveis à concretização da ideia de coesão subjacente à assinatura daquele Acto.

Contra a situação daí resultante se bateu o Presidente da Comissão Jacques Delors, com o seu já célebre plano, e bateu-se também o grupo Parlamentar do PPE com o plano Langes para reforma das finanças comunitárias, de sentido, porventura, ainda mais corajoso e mais justo, como é, de resto, timbre das iniciativas parlamentares.

O que se obteve concretiza, em larga medida, o Plano Delors e assenta num programa de contenção das despesas obrigatórias, com destaque para as despesas da secção garantia do FEOGA, que não deverão aumentar mais de 80% da taxa de juro de crescimento do produto nacional bruto comunitário na criação de um quarto recurso próprio a acrescentar aos três outros já existentes e configurado como verdadeira contribuição progressiva dos Estados membros, e, finalmente, no incremento do papel dos fundos estruturais em relação às regiões mais desfavorecidas.

Por último, o conjunto de resoluções tomadas contempla especificamente o caso português, reduzindo a nossa contribuição nas compensações a pagar ao Reino Unido e no escoamento de excedentes e, principalmente, reconhecendo a especificidade da nossa agricultura, bem como concedendo apoios excepcionais para a modernização da indústria portuguesa.

Trata-se, sem dúvida, de um conjunto particularmente favorável a Portugal, que beneficiará não apenas do novo esquema de recursos próprios e da ampliação dos meios a conceder pelos fundos estruturais, como ainda de o facto de ter sido expressamente reconhecida a especificidade da sua situação, agora também no campo da indústria.

Mas trata-se, será bom lembrá-lo, de um ponto de partida, como sempre acontece num espaço como o comunitário, caracterizado como espaço de negociação permanente.

Vai ser, designadamente, necessário evitar que o facto de o critério de «região mais desfavorecida» funcionar apenas como primeiro critério e ter uma formulação demasiado ampla não vá implicar uma distribuição excessiva dos novos meios postos à disposição dos fundos estruturais em favor de países menos necessitados (caso das regiões industriais em decadência do Centro e Norte da Europa).

Vai ser necessário aproveitar bem o reconhecimento da especificidade da nossa agricultura, de modo a evitar que as medidas agora tomadas no sentido da contenção da produção venham também a abater-se sobre os agricultores portugueses.

Vai ainda ser preciso lutar para que a reforma dos recursos próprios prossiga, de modo a assentar, ao menos predominantemente, em critérios que tenham em conta as diferentes possibilidades e formas de desenvolvimento dos vários contribuintes (não chega apenas o 4.º recurso).

Vai por fim ser preciso convencer, de modo permanente, a Comissão de que as verbas do PEDIP não devem ser predominantemente canalizadas para despesas com infra-estruturas e de que é necessário apoiar a própria produção, no que desempenhará, com certeza, papel de relevo a coerência interna dos vários apoios à produção e ao investimento e a existência de programas credíveis e bem estruturados.

Em suma, os apoios externos não são tudo e poderão mesmo ser pouco mais do que nada se os utilizarmos mais como contributos directos para o produto, não curando de com eles transformar a própria estrutura produtiva.

O exemplo da utilização das verbas do Fundo Social aí está para nos chamar a atenção e aí está também o atraso com que vamos partir —se é que vamos— para a reestruturação do sistema financeiro. Aí está ainda a lentidão com que estamos a proceder a toda a revisão dos condicionalismos em que actuam os nossos empresários e aí estão também os exemplos terríveis da Irlanda e, principalmente, da Grécia.

Que assim não seja com Portugal, é o voto com que queremos terminar esta intervenção.

#### *Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Peço ao Sr. Vice-Presidente Marques Júnior o favor de me substituir por algum tempo. Entretanto, informo que o PRD cedeu seis minutos ao Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Veiga.

**O Sr. Mota Veiga (PSD):** — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A Cimeira realizada em Bruxelas no mês passado trouxe indubitavelmente redobradas espe-

ranças de que será agora possível realizar com êxito os objectivos consagrados no Acto Único e bem assim de que Portugal poderá associar-se ao reforço e progresso da Europa Comunitária.

Saudamos por isso a iniciativa do Governo em promover o presente debate, associando esta Assembleia à hora histórica que se viveu em Bruxelas.

De facto, e desde logo, o acordo alcançado aponta decididamente para a implementação dos instrumentos necessários, tendo em vista a transformação das Comunidades num amplo espaço económico e social, uno e solidário, pressuposto indispensável para todo e qualquer avanço no sentido da unificação política.

É assim claro que se tiveram presentes as lições da experiência, em relação a uma política proteccionista que havia tido graves consequências, optando-se agora, na senda das orientações consagradas no documento apresentado pelo Presidente Delors «Realizar o acto Unico», por uma política de eficiência e abertura.

Nesta perspectiva, o êxito alcançado por Portugal no Conselho Europeu do mês passado deve ser realçado tendo em vista a necessidade de uma corrida contrarrelógio para a construção do grande mercado interno europeu, o verdadeiro motor da integração económica europeia, no qual a Europa está a jogar a sua sobrevivência.

Torna-se, consequentemente, imprescindível que os meios financeiros agora à disposição de Portugal permitam aproveitar, do melhor modo possível, os recursos disponíveis.

Na verdade, as decisões de Bruxelas traduzem-se, em geral, para Portugal numa previsão do crescimento de entradas líquidas de fundos comunitários, os quais deverão exercer um impacto positivo na estrutura produtiva, nas contas externas e nas expectativas dos agentes económicos.

Se bem que seja de realçar o expresso reconhecimento das características específicas da agricultura portuguesa com a consagração de um programa de modernização autónomo e adicionais financeiras próprias, tendo em vista a integração harmoniosa da agricultura portuguesa no espaço comunitário, seja-me permitido focar com particular ênfase as decisões no domínio do Programa Especial de Desenvolvimento da Indústria em Portugal (PEDIP).

Com efeito, o que está em causa no PEDIP são acções de fundo, que têm em vista realizar simultaneamente os quatro primeiros e principais objectivos dos fundos estruturais, do Banco Europeu de Investimento (BEI) e de outros instrumentos financeiros, numa lógica selectiva da concentração de esforços que fazem parte de uma ambiciosa estratégia macroeconómica de crescimento até 1992.

Visa-se, de facto, no PEDIP, numa perspectiva de reforço das políticas estruturais das Comunidades, contribuir decisivamente para o desenvolvimento da competitividade nacional no espaço aberto da Comunidade Económica Europeia.

Daí que a consagração do PEDIP, com a duplicação das dotações dos fundos estruturais, dos financiamentos do BEI e do Novo Instrumento Comunitário (NIC), a par da criação de uma rubrica orçamental especial correspondente a 100 milhões de ecu/ano de adicionalidade financeira a fundo perdido, representa claramente um desafio de modernização e desenvolvimento que Portugal não pode perder.

Trata-se, pois, de um apoio decisivo à modernização da indústria portuguesa, reforçando a sua competitividade e produtividade e integrando-a na lógica da actual eficácia dos instrumentos financeiros comunitários.

Está em causa, na verdade, a promoção de medidas de correcção dos desequilíbrios estruturais, capazes de constituir um movimento auto-sustentado, promotor de um melhor aproveitamento dos recursos, através do qual se deverá dar um contributo acrescido para a competitividade europeia em relação ao exterior.

Nesta linha, os eixos prioritários já enunciados, de reforço das infra-estruturas de base necessárias, de formação profissional, de financiamento dos investimentos produtivos em complemento do Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) e as missões de produtividade, enquadraram-se perfeitamente no quadro de novas oportunidades que a Cimeira de Bruxelas impulsionou, congregando numa lógica de desenvolvimento industrial várias peças fundamentais.

Mas o desafio está agora na dinâmica que se irá imprimir à sua aplicação.

As últimas notícias que nos trouxe o Sr. Ministro da Indústria e Energia, da criação de um grupo de acompanhamento do Programa em estreita ligação com a Comissão das Comunidades, uma *task-force* e um *comité* consultivo, são, na verdade, animadoras.

Mas há que vencer os permanentes obstáculos e estrangulamentos do que a burocacia crónica em Portugal é fertil em exemplos.

Portugal tem grandes virtualidades características da qualidade do homem português, que o passado recente e o caminho de integração já percorrido permitem sublinhar.

Mas às expectativas criadas terá de corresponder uma execução motivadora, capaz de imprimir uma dinâmica acrescida.

Estão lançadas as bases para Portugal participar no êxito da realização de um grande mercado europeu, de uma «nova fronteira para a Europa»!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, parafraseando Lord Plumb, «que saibam os Portugueses de hoje empreender na construção da Europa a gesta dos Portugueses de quinhentos».

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Indústria e Energia.

**O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Mira Amaral):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No Conselho Europeu de Fevereiro, graças à estratégia negocial seguida pelo Sr. Primeiro-Ministro e à sua acção nesse Conselho, foi finalmente aprovada uma linha específica para o PEDIP, no montante de 500 milhões de ecu, ao longo de cinco anos.

Foi, pois, finalmente consagrado o esforço que o Governo Português vinha desenvolvendo na sequência de intensas negociações com a Comunidade Económica Europeia.

Através desta adicionalidade financeira, directamente proveniente do Orçamento Comunitário e não dos fundos estruturais, será possível o financiamento de acções de modernização e diversificação da estrutura industrial, não sujeitas às restrições que os critérios de ilegitimidade dos fundos estruturais impõem.

Entre essas acções financiadas por estes 100 milhões de ecu/ano adicionais incluem-se, cite-se a título de exemplo, as infra-estruturas tecnológicas de apoio à indústria, os sistemas de incentivo à inovação e modernização tecnológica, sistemas de incentivo à gestão da qualidade industrial, missões de produtividade e, ainda, programas de reestruturação industrial e programas de apoio a sectores industriais de elevado potencial de crescimento.

Uma especialização dinâmica da indústria portuguesa pressupõe o reforço dos níveis de competitividade interna e externa e exige que, a par de uma reestruturação e modernização das indústrias tradicionais, se desenvolvam sectores com elevado potencial de crescimento, em particular novas produções com maior conteúdo tecnológico.

É pois necessária a diversificação da estrutura produtiva, o que envolve a elevação dos níveis tecnológicos, da qualidade dos produtos e o avanço para novos produtos e novos processos de fabrico.

Com o PEDIP pretende-se modernizar a indústria portuguesa, criando condições para revitalizar a base industrial, promover o aparecimento de novas indústrias de maior potencial tecnológico enquadrados no sistema harmonioso de desenvolvimento económico e a estratégia de progresso controlado que potencie o aproveitamento das vantagens comparativas e dos recursos naturais portugueses.

Assim, as realidades da indústria europeia, por um lado, e a coincidência do período de transição da indústria nacional com o período destinado a atingir-se o mercado único em 1992, por outro lado, exigem à comunidade industrial portuguesa um pleno aproveitamento dos apoios agora postos à disposição através do PEDIP.

Mas, para ganharmos o desafio da integração na CEE e da plena competição no mercado único europeu, impõe-se também um conjunto de reformas estruturais na sociedade portuguesa. É por isso que não percebemos que aqueles que dizem estar plenamente de acordo com a integração da economia portuguesa nesse espaço comunitário, que se perspectiva para 1992, venham dizer depois — e ainda hoje o ouvimos aqui — que não estão de acordo com mudanças estruturais que, hoje em dia, são pacíficas em toda a Europa Comunitária e, mais, são pacíficas dos governos socialistas europeus.

Estes apoios deverão, pois, permitir à indústria portuguesa a plena competitividade no quadro desse mercado único europeu.

É bom dizer-se aqui que o PEDIP será um instrumento financeiro importantíssimo para a implementação da política industrial portuguesa, mas também é conveniente relembrar que não se pode confundir política industrial com Estado empresário.

Não queremos em Portugal um Estado empresário mas, sim, um Estado regulador e estimulador da actividade empresarial, sobretudo da actividade privada. Mas, lá por isso, não deixamos de ter uma política industrial.

É grave a confusão daqueles que julgam que política industrial é haver em Portugal um Estado empresário.

O PEDIP será, pois, executado ao longo de cinco anos e terá à sua disposição 400 milhões de ecu por ano, o que significa que nos próximos cinco anos a indústria portuguesa terá à sua disposição 2 mil milhões de ecu, ou seja, cerca de 360 milhões de contos provenientes da Comunidade Económica Europeia.

Esses 400 milhões de ecu/ano terão as seguintes origens: 200 milhões de ecu a fundo perdido, sendo 100 milhões da linha orçamental específica e mais 100 milhões dos fundos estruturais (Fundo Social Europeu e FEDER), e 200 milhões de ecu de crédito proveniente do Banco Europeu de Investimento e Novo Instrumento Comunitário.

Como todos já sabem, o PEDIP terá quatro eixos, que são os seguintes: num primeiro eixo, as infra-estruturas de apoio à indústria, e nestas, como já dissemos, pensamos incluir as infra-estruturas tecnológicas de apoio à modernização da nossa indústria; num segundo eixo, a formação profissional; num terceiro, financiamento do investimento produtivo, no qual se vão inserir os créditos do Banco Europeu de Investimento, de forma a multiplicarem e a potenciarem os apoios a fundo perdido dados através do Sistema de Incentivos à Actividade Produtiva e à Inovação e Modernização Tecnológicas; num quarto eixo, a produtividade e qualidade industrial, pelo qual queremos implementar um conjunto de medidas que não têm directamente a ver com o aumento da capacidade produtiva mas com as melhorias de competitividade e qualidade da estrutura existente.

Pensamos ainda num conjunto de programas operacionais que integrem de forma coerente e integrada o conjunto de apoios e incentivos existentes no PEDIP e, de entre eles, posso referir um programa de apoio a sectores industriais de elevado potencial de crescimento e programas de dinamização da introdução e da utilização das tecnologias de informação em Portugal.

O PEDIP será implementado fundamentalmente em colaboração com as actividades económicas, com os agentes económicos e sociais.

O PEDIP não é um programa do Ministério da Indústria para a burocracia estatal.

O PEDIP é um programa para ser plenamente aproveitado pela comunidade industrial e empresarial portuguesa.

Por isso, temos tido intensos contactos, e vamos continuar a tê-los, quer com os parceiros sociais, quer com as associações industriais e empresariais, quer com a Assembleia da República, no seio das suas comissões especializadas, como já o fizemos.

Os exemplos recentes de sucesso no mercado mundial das indústrias, como é o caso do Japão, mostram que o êxito de uma política industrial depende, fundamentalmente, da colaboração entre o Governo e a actividade empresarial. Ou seja, é necessário a ajuda e a colaboração entre os agentes públicos e privados.

É a isto que chamamos uma verdadeira estratégia de solidariedade industrial, o que passa, obviamente, pela concertação social que estamos a implementar em Portugal. Aliás, é por isso que não percebemos como é que alguns ainda persistem em confundir alguma agitação, ou algumas greves que existem em Lisboa, com

o clima de paz, de estabilidade social, de progresso e concórdia que existe em todo o território português.

Apenas algumas perturbações no sector público em Lisboa fazem alguns tomar a nuvem por Juno.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento estão inscritos os Srs. Deputados Manuel dos Santos e Nogueira de Brito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos, dispondo de dois minutos cedidos pela Intervenção Democrática.

**O Sr. Manuel dos Santos (PS):** — Sr. Ministro, não vou comentar as últimas afirmações do Sr. Ministro, pois na qualidade de deputado pelo círculo do Porto já por várias vezes tive dificuldade em vir para Lisboa por causa da greve da CP, mas agora fiquei a saber que as greves só se verificam em Lisboa!...

**Vozes do PSD:** — Ah!...

**O Orador:** — Sr. Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> declarou há pouco tempo a um jornal que o que se joga nos próximos cinco anos é a sobrevivência das empresas portuguesas e uma oportunidade única de dar à nossa economia a competitividade que lhe permita entrar no grande mercado único europeu em 1992.

Isto é assim. Sabemos que temos dois choques, dois desafios: o choque do fim do período de transição e o choque da criação do mercado único europeu.

Uma vez que, ao que parece, temos uma política industrial — embora eu já tenha ouvido o Sr. Ministro referir noutras oportunidades que não era necessária uma política industrial para Portugal —, pergunto ao Sr. Ministro como é que concilia a necessidade de evitar que nos próximos cinco anos se perca a sobrevivência das empresas portuguesas com o facto de a lógica que está inserta no PEDIP ser completamente contraditória com a lógica que está inserta no Programa de Correcção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego (PCEDED).

Lembro-lhe que enquanto no PCEDED se enunciavam e elegiam como critérios de investimento o coeficiente capital/produto e a poupança de divisas, o que, aliás, e como reconhecerá, são dois critérios próprios de economias de Leste, V. Ex.<sup>a</sup> anuncia como critérios fundamentais do PEDIP a modernidade e a reestruturação das indústrias portuguesas, o que a meu ver é correcto.

Ainda relativamente a este aspecto, pergunto-lhe como é que o Governo vai conciliar o facto de pelo menos quatro ministérios da área económica terem a ver com as verbas oriundas das Comunidades, que são o Ministério da Agricultura, o Ministério do Planeamento e da Administração do Território, o Ministério do Emprego e da Segurança Social e, obviamente, o Ministério da Indústria e Energia, que V. Ex.<sup>a</sup> dirige.

Em suma, como é que é possível vencer o enorme desafio que se coloca à economia e às empresas portuguesas, com uma descoordenação razoável, a nossa ver, das políticas e das estratégias políticas que têm a ver com a política industrial? Como é que o Governo pensa resolver este problema?

Uma vez que ainda nada está regulamentado relativamente ao PEDIP — salvo erro, um dos membros do Governo anunciou hoje aqui que essa regulamentação se iria fazer até ao final do ano —, como é que vão ser aplicadas as verbas que, já ao abrigo do programa específico, as Comunidades nos atribuem neste mesmo ano de 1988?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro deseja responder já ou no final e em conjunto aos dois pedidos de esclarecimento?

**O Sr. Ministro da Indústria e Energia:** — Responderá no final, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Ministro, estou um pouco comprometido porque tencionava colocar-lhe uma questão agora referida pelo Sr. Deputado Manuel dos Santos.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — É a vossa relação com o PS!

**O Orador:** — Pelo menos a situação dá origem a estes comentários e à diversão por parte da bancada do PS, o que não é mau, ameniza o debate.

*Risos.*

De qualquer forma, focarei a questão por um ângulo especial. Trata-se da conciliação dos critérios que estão consagrados no PCEDED e os que estão consagrados no PEDIP, pois, de facto, parecem completamente contraditórios.

**Uma voz do PSD:** — Parecem, mas não são!

**O Orador:** — Os critérios do PEDIP são destinados a fazer avançar a economia industrial do País; os outros parecem destinados a fazê-la regredir, pois são critérios conservadores nesse sentido, de concessão absoluta ao passado.

Como uns se referem a critérios para prioridade em financiamento e benefícios fiscais, no fundo não haverá aí uma espécie de «tapa-tudo»? Com o PCEDED «tapam-se» as empresas antigas, o sector antigo da nossa economia; com o PEDIP «tapa-se», contenta-se o sector moderno, o sector de ponta.

No fundo vai haver a contradição seguinte: os antiguados são beneficiados com benefícios fiscais e com crédito mais fácil e os modernos são beneficiados com subsídios a fundo perdido.

De qualquer maneira, Sr. Ministro, isto terá alguma coerência e poderá ser apontado, designadamente no contexto da Comunidade, como um critério de política industrial?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

**O Sr. Ministro da Indústria e Energia:** — Começando por responder ao Sr. Deputado Manuel dos Santos, que referiu a greve da CP, dir-lhe-ei, muito rapidamente, que basta que em Lisboa façam greve para o senhor já não conseguir cá chegar. É muito simples!

*Risos do PSD.*

Aliás, quando o senhor viaja de avião acontece-lhe o mesmo: basta que o aeroporto para onde viaja esteja em greve para o senhor já não poder sair daquele onde o avião está.

*Risos.*

Sobre a questão da lógica do PCEDED com a do PEDIP devo dizer que o PCEDED é um instrumento geral de política económica e o PEDIP vai ser um instrumento específico de política industrial, portanto o PEDIP tem de se inserir na estratégia global do PCEDED. Se o Sr. Deputado tiver a bondade de ir ver a reformulação do PCEDED verá que os critérios do PEDIP que aqui apontei vão estar incluídos na reformulação do PCEDED que está em curso.

Mas posso acrescentar mais: se o Sr. Deputado ler o Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR), recentemente aprovado, verificará que lá constam os critérios do PCEDED.

Quando falo de um sistema de incentivos à inovação e modernização tecnológica e de um sistema de incentivos à gestão da qualidade industrial refiro-me a sistemas que, tal como expliquei, não têm em vista a expansão da capacidade mas sim a melhoria da competitividade e da qualidade daquilo que existe, ou que se pretende que exista. Não se trata, propriamente, de um incentivo à expansão do investimento — que está traduzido no SIBR. Inovação, modernização tecnológica e qualidade industrial são complementares do SIBR, que tem os critérios do PCEDED. Há aqui uma lógica de complementariedade e não de oposição.

Como todos sabemos, o PEDIP tem de ser feito através de um acordo entre o Governo Português e a Comissão das Comunidades Europeias. A decisão, tomada no Conselho Europeu, é uma decisão de aprovação que tem de ser concretizada num regulamento e num contrato-programa.

No entanto, há mecanismos da CEE que demoram o seu tempo e isso significa, como quis chamar a atenção — e isso já aconteceu com o PEDAP — que não é imediatamente a seguir à sua aprovação que temos o PEDIP operacionalizado.

Devo dizer que já se iniciaram discussões com a Comunidade mas que vão levar algum tempo. Temos é que fazer com que certas medidas tenham efeitos retroactivos e o ideal seria a partir de 1 de Janeiro, mas se não se conseguir isso, pelo menos que seja a partir do momento em que o PEDIP for aprovado no Conselho Europeu.

Dou-lhe um exemplo nítido: estamos já a iniciar a reestruturação do sector dos lanifícios, mesmo sem o PEDIP estar aprovado em Bruxelas. O que é que queremos, então, com o PEDIP? É que a reestruturação dos lanifícios seja abrangida pelo PEDIP e quando este for aprovado bater-nos-emos para que seja retroactivo à data do início das acções. Dei-lhe apenas um exemplo de como nós, neste primeiro ano, vamos tentar conciliar as coisas.

Em relação ao Sr. Deputado Nogueira de Brito devo dizer-lhe que não me admiro que coloque o mesmo tipo de questão colocada pelo Sr. Deputado Manuel dos Santos. O que esperava é que sobre esta questão tivesse uma óptica mais liberalizante que a do Sr. Deputado

Manuel dos Santos, ou seja, o tipo de questão poderia ser o mesmo mas a abordagem seria diferente, uma mais liberalizante, outra mais estatizante sobre a economia. Não me admirava, pois, que o Sr. Deputado fizesse o mesmo tipo de pergunta, embora noutra óptica.

Em relação à pergunta que me colocou, penso que já dei resposta quando me dirigi ao Sr. Deputado Manuel dos Santos.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, informo a Câmara de que, tal como ficou acordado em conferência de líderes, completaremos hoje este debate. Acrescento que os tempos ainda disponíveis são os seguintes: PSD, doze minutos, PCP, dez minutos, PRD, cinco minutos, Os Verdes, dez minutos, ID, um minuto, Governo, sete minutos (já com algum tempo cedido pelo PRD) e o PS e o CDS já não dispõem de tempo.

Está inscrito a seguir o Sr. Deputado Guido Rodrigues e para encerrar o debate o Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia.

Para uma intervenção, tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A recente Cimeira de Bruxelas traduziu-se num êxito, porque todos os países membros privilegiaram a concretização da União Europeia, abrindo mão, todos, em maior ou menor escala, de interesses próprios legítimos.

A grande afirmação da Cimeira foi a manifestação inequívoca da vontade política de todos os Estados membros de criarem a verdadeira Europa unida, de concretizar o Acto Único, de implementar a criação do mercado interno e de reforçar a solidariedade económico-social.

A grande lição de Bruxelas foi assim uma declaração política de fé na Europa e de vontade de avançar no caminho da sua concretização.

Havia que ultrapassar dificuldades por muitos já consideradas como inamovíveis.

Os recursos próprios eram já largamente insuficientes para fazer face às despesas existentes, esvaindo-se na satisfação das responsabilidades criadas pelos mecanismos da PAC, com prejuízos dos mecanismos de solidariedade económico-social, nomeadamente os apoios estruturais às regiões mais desfavorecidas.

Na realidade, dois anos após a adesão de Portugal e Espanha e com os permanentes aumentos em flecha da produção agrícola, a Comunidade não havia conseguido ainda encontrar mecanismos de equilíbrio orçamental adequados que permitissem encarar de forma promissora a concretização do Acto Único Europeu.

Parece tê-los encontrado agora pela utilização de três ferramentas fundamentais: recursos próprios adequados, disciplina orçamental e aumento da coesão económico-social.

Foram estabelecidas novas regras para os recursos próprios, definindo, para além dos recursos tradicionais, o terceiro recurso de 1,4% sobre a matéria colectável do IVA de cada país, com o limite de 55% do produto nacional bruto, e um quarto recurso função do produto, com uma modulação de IVA.

Foi estabelecida uma rigorosa disciplina orçamental com especial relevo no domínio agrícola, travando o crescimento das despesas com as produções agrícolas, nomeadamente o FEOGA-Garantia.

Definiram-se formas específicas diferenciadas para financiar a depreciação dos excedentes agrícolas existentes e os que entretanto se constituirão.

Definiram-se novas regras de restituição das contribuições ao Reino Unido.

Definiu-se o reforço das verbas para os fundos estruturais que crescerão significativamente, teve-se em conta a concentração geográfica e atendeu-se ao caso particular da indústria portuguesa, premiando os esforços do Governo, nomeadamente do Sr. Primeiro-Ministro e do então Ministro da Energia, engenheiro Santos Martins.

Estabeleceram-se contributos para subsidiar o abandono de terras aráveis e para reformas antecipadas e ajudas aos agricultores.

Em suma, resolve-se assim o problema das receitas da Comunidade (ou recursos próprios) e altera-se o peso relativo das grandes rubricas de despesa, promovendo-se a contenção das despesas agrícolas e expandindo-se o apoio aos menos desenvolvidos ou com problemas mais graves.

É um passo corajoso ao aumento da solidariedade, tem de se reconhecer, só concretizável pelo sacrifício significativo de alguns, nomeadamente da República Federal da Alemanha.

Os resultados foram indubitavelmente um êxito para Portugal, que obteve sucessos notáveis em múltiplas áreas.

O tempo de que disponho não me permite desenvolver esta matéria, mas não posso deixar de mencionar que, na área da contribuição para os recursos próprios, o facto de a matéria colectável sobre que incide o terceiro recurso estar limitada a 55% do produto e o facto de o quarto recurso se basear no mesmo produto em muito favorável ao País, sabendo-se que a matéria colectável sobre que incide o IVA atinge em Portugal cerca de 73% do produto. Obtemos nesta área uma poupança de cerca de 40 milhões de contos.

Trata-se de uma vitória que premeia o rigor e a persistência com que o Governo Português, nomeadamente o Prof. Cavaco Silva, defendeu os nossos interesses ao longo das árduas negociações que vieram a terminar em Bruxelas.

O tratar-se de reivindicações justas não bastava para que tivéssemos êxito. Foi preciso estabelecer uma estratégia concreta e executá-la, como fez o Prof. Cavaco Silva, com brilhantismo e tendo permanentemente presente o espírito que presidia à Cimeira: a vontade política de todos para ultrapassar as graves dificuldades existentes e de desbravar o caminho para a união da Europa.

Todos tiveram de renunciar a alguns interesses. Uns decidiram pagar um preço elevado, elevado no momento actual, pelo ideal da Europa.

O Governo Português teve o mérito de conseguir obter para o País larga soma de benefícios com custos mínimos.

Fazemos votos para que o País saiba aproveitá-los e se possa situar em 1992 num estádio de desenvolvimento semelhante ao dos seus parceiros europeus.

Para terminar, e a propósito da compatibilização entre o PEDIP e o PCEDED, quero dizer que está previsto, por exemplo, no SIBR que para investimentos superiores a 80 000 contos tem de se verificar a compatibilização com o PCEDED e, portanto, para estes casos há que satisfazer o coeficiente capital/produto e, igualmente, a recuperação de divisas.

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Penso que há uma conclusão a tirar deste debate, que é a seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro fez a intervenção de abertura do debate e saiu do hemiciclo; cada ministro fez uma intervenção e saiu do hemiciclo. Neste momento, estão três ou quatro ministros presentes na bancada governamental.

*Protestos do PSD.*

**Vozes do PSD:** — E a bancada do PCP?

**O Orador:** — Esta foi a imagem que nos deu o Governo! Olhem para a bancada do PSD! Olhem o hemiciclo!...

*Protestos do PSD.*

O Governo veio aqui não para fazer um debate sério, não para avaliar as consequências da adesão, não para apresentar informações concretas sobre a Cimeira de Bruxelas — que não apresentou até agora — mas sim para fazer uma encenação...

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Exacto!

**O Orador:** — ... na sequência das duas conferências de imprensa que o Sr. Primeiro-Ministro deu numa encenação de auto-elogo.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não houve aqui um debate sério! Colocámos dez questões, com as quais se pode não estar de acordo — até com nenhuma —, mas era necessário refutá-las e debatê-las.

O PS, o PRD e o CDS também apresentaram questões, levantaram-se os problemas. E a que é que assistimos aqui? A um desfilar de auto-elogios, de elogios governamentais, de elogios do PSD, cada um a exceder-se, quer dos ministros, quer dos deputados do PSD...

Isto é um debate para quê? Repito: um debate para quê? Um debate para o Governo fazer propagar aqui a propaganda do que tem feito lá fora para tentar dar uma ideia de que o País «corre», de que os problemas se estão a resolver, quando se sente que há uma elevada contestação política e social. Foi para isto? De facto, qual foi a resposta às questões concretas que colocámos?

O Sr. Primeiro-Ministro disse que as questões de detalhe seriam respondidas pelos Srs. Secretários de Estado e pelos Srs. Ministros. Bom, mas onde é que estão essas respostas? Até agora nada!

Levantámos questões sobre os têxteis, sobre a pesca, sobre as conservas, levantámos questões do PEDIP em relação à construção do mercado único, e quais foram as respostas? Será que não há problemas? Os senhores sentem-se assim tranquilos? É esta a postura do PSD?

Penso que este foi um debate que marca a conduta do Governo: o Governo não está preocupado com os problemas do País, ...

**Vozes do PSD:** — Está o PCP!

**O Orador:** — ... não está preocupado com os problemas que resultam da integração na CEE, mas continua preocupado, isso sim, com a sua autopropaganda.

É lamentável que isto aconteça, porque trata-se de uma questão séria que deveria ser debatida com seriedade, com rigor e transparência, e de facto não tem sido.

**Vozes do PSD:** — Está a sê-lo!

**O Orador:** — Penso que sou acompanhado neste meu raciocínio por todos os deputados que querem fazer uma análise objectiva e não, pura e simplesmente, servirem aqui de correia de transmissão do Poder.

*Aplausos do PCP e da ID.*

*Protestos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o PSD cedeu sete minutos do seu tempo ao Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia.

**O Sr. Vidigal Amaro (PCP):** — Agora é que ele vai responder às pescas...

**Uma voz do PSD:** — Isso é que é seriedade?

**O Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia (Vítor Martins):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Conselho Europeu de Bruxelas, realizado há escassas semanas, marcou um novo e decisivo impulso na construção europeia.

Como todos os Estados membros relevaram e como a opinião pública europeia, de um modo quase unânime, reconheceu, a Comunidade ganhou novo fôlego, criando as condições indispensáveis para a concretização do Acto Único Europeu e assim assegurar um assinalável progresso na caminhada em direcção à união europeia.

O debate que a Assembleia hoje realizou, por iniciativa do Governo, permitiu evidenciar e confirmar também essa apreciação altamente positiva e quase consensual sobre os resultados alcançados no pacote das reformas comunitárias.

Para qualquer interveniente ou observador atento e interessado nos assuntos europeus não subsistem quaisquer dúvidas quanto ao mérito dos resultados, quanto ao empenhamento de todos os parceiros e quanto à persistência, dinamismo e firmeza de Portugal em todo o processo negocial desenvolvido.

Mesmo a tentativa de alguns em denegrir o que grilha se afunda inexoravelmente perante a expressiva evidência dos ganhos para Portugal e para a Europa a que pertencemos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para a Comunidade, o compromisso de Bruxelas, trabalhado laboriosamente por todos os parceiros comunitários e pela Comissão ao longo de mais de um ano, abre novos caminhos à construção europeia. Realizar o reforço da coesão económica e social, racionalizar a política agrícola comum, promover as novas políticas comunitárias, incrementar os recursos financeiros, constituem, a partir de agora, as grandes balizas que apontam o futuro solidariamente assumido pelos doze parceiros europeus.

A duplicação dos fundos estruturais para as regiões menos desenvolvidas até 1992, associada à efectivação das novas políticas de investigação, do ambiente, da promoção tecnológica, das pequenas e médias empresas, garantirão a realização do princípio da coesão económica e social consagrado no Acto Único Europeu. Não deixaremos, contudo, de nos manter activos e vigilantes como até aqui, em ordem a exigir a tradução efectiva desse compromisso, que, no essencial, corresponde ao nosso próprio desafio de desenvolvimento.

A racionalização da política agrícola comum, requerida pelo excessivo peso, tentacular e absorvente, assumido na estrutura da despesa comunitária, requerida também pela própria evolução dos mercados mundiais, vai materializar-se agora de forma progressiva, mas evitando quaisquer rupturas económicas e sociais gravosas para a agricultura comunitária. É um exemplo do espírito de compromisso e de solidariedade que esteve sempre presente na Cimeira de Bruxelas.

As novas políticas encontram agora um espaço para a sua dinamização e para produzirem os desejados efeitos multiplicadores sobre as iniciativas nacionais, regionais e locais. A comunidade da tecnologia passa a ser uma realidade credível, com efeitos não só no desenvolvimento das regiões que apresentam marcado atraso tecnológico, mas também na própria competitividade externa da economia comunitária.

E para concretizar tudo isso a Comunidade decidiu-se por um aumento substancial dos seus recursos e decidiu-se também, o que de novo se assinala, por um sistema de financiamento mais equitativo que tem em conta a prosperidade relativa dos Estados membros.

Ao contrário do que alguns Srs. Deputados insinuaram, devo afirmar, devo reafirmar, que em todo o processo de negociação Portugal foi um dos parceiros mais activos, tendo prosseguido com firmeza e clareza uma linha de orientação que, sendo sempre europeia, visou a defesa dos interesses portugueses.

**Uma voz do PCP:** — E esta, hein!

**O Orador:** — Por outras palavras: acautelámos as nossas especificidades e os nossos próprios objectivos de desenvolvimento económico e social no quadro comunitário e na perspectiva do aprofundamento da integração europeia no horizonte até 1992.

De resto, todos os nossos parceiros e interlocutores na Comunidade nos testemunharam o apreço em que tiveram a nossa participação, exigente, mas construtiva, atenta, mas solidária.

Cumprimos na Cimeira de Bruxelas, com rigor, o que nos propusemos no Programa do Governo que esta Câmara aprovou.

Não espantará por isso que, no essencial, tenha havido tão vasto acordo nesta Assembleia em torno da avaliação dos resultados de Bruxelas. Alguns comentários críticos centraram-se manifestamente em aspectos periféricos, ou mesmo alheios, à Cimeira de Bruxelas. E, naturalmente, ninguém espera apoio daqueles que são abertamente contra a Comunidade Europeia e defendem modelos económicos e sociais desfasados do modelo que prevalece na Europa Ocidental, pautado pela livre iniciativa, pela economia de mercado e pela defesa dos valores da democracia e da liberdade.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como resultou claro do debate, para Portugal as reformas da Comunidade vêm proporcionar um novo impulso ao nosso desenvolvimento ...

**O Sr. Vidigal Amaro (PCP):** — Agora é que ele vai falar das pescas!

**O Orador:** — ... e trazem também um importante contributo para a nossa inserção harmoniosa no espaço comunitário.

Teremos mais meios para promover, dinamizar e modernizar as infra-estruturas, para criar um ambiente mais favorável às decisões de investimento e ao êxito das iniciativas empresariais, e para valorizar os nossos recursos humanos, que constituem o capital mais precioso de qualquer nação.

Participaremos nos recursos próprios da Comunidade através de um sistema de financiamento mais equitativo, mais adequado ao nosso potencial económico.

Teremos novas e mais favoráveis condições para adaptar e modernizar a nossa agricultura, seja por um período mais longo para a aproximação dos preços, seja pelo reforço dos apoios financeiros, seja ainda pelo próprio regime de pousio que pode constituir instrumento importante na reconversão e reestruturação do sector agrícola.

**O Sr. Vidigal Amaro (PCP):** — Agora vem a parte do eucalipto ...

**O Orador:** — A especificidade da nossa agricultura foi assim consagrada tal como defendemos ao longo de todo o processo.

A modernização da indústria portuguesa vai merecer também um considerável apoio da Comunidade, garantindo-se assim as condições de resposta a esse duplo desafio que enfrenta: a modernização das suas estruturas e a adaptação ao novo contexto comunitário.

Com as reformas decididas em Bruxelas torna-se possível encarar de forma realista a realização do «espaço sem fronteiras» até 1992.

**O Sr. Vidigal Amaro (PCP):** — Dos «Jogos Sem Fronteiras»?

**O Orador:** — É objectivo que decorre do Acto Único Europeu e que esta Câmara ratificou em momento oportuno. Assegurada que seja a realização do esforço de desenvolvimento das regiões estruturalmente atrasadas, materializando esse outro objectivo do Acto Único referente à coesão económica e social, nada deverá obstruir a consagração do mercado único em 1992.

Alguns temores aqui foram manifestados em relação às consequências dessa abertura. Algumas críticas foram elevadas em relação à eventual apatia do Governo nessa matéria. Convirá, pois, aclarar, ainda que de forma sucinta, a orientação que o Governo tem assumido nesse domínio na frente externa.

Em primeiro lugar, deve sublinhar-se que entendemos a concorrência como um valor, um estímulo, um desafio, e não como uma ameaça. A realização de um espaço sem fronteiras, onde se consagra a livre circulação de pessoas, bens e capitais, merece o nosso apoio, como também consta do Programa do Governo.

Mas estaremos vigilantes para que esse objectivo não seja traído ou desvirtuado por uma insuficiente ou tardia concretização das acções estruturais ora decididas na Cimeira Europeia.

Do mesmo modo asseguraremos, como sempre, uma participação empenhada e activa nas negociações de cada *dossier* do mercado interno, fazendo apelo, desde que justificado, a derrogações ou medidas transitórias específicas para Portugal com base no artigo 8.º-C do Acto Único Europeu. Os sectores que apresentem vulnerabilidades serão defendidos intransigentemente, no sentido de lhes assegurar tempo e meios para a sua reconversão, reestruturação ou simples adaptação.

Acresce que os resultados da Cimeira vêm exactamente, como aqui foi reconhecido, contribuir para esse esforço de adaptação e modernização da economia portuguesa, proporcionando-lhe novos argumentos no confronto competitivo com o exterior.

Recordo que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias foi marcada por vários fantasmas, artificialmente criados e agitados, que o tempo, ainda curto mas de resultados expressivos, se encarregou de desfazer: era o espectro da ruptura financeira e de sermos contribuintes líquidos para a Comunidade, era o caos económico inevitável, era a apatia dos agentes económicos e sociais. Nada disso se produziu.

**O Sr. Fernando Gomes (PCP):** — Pois não!

**O Orador:** — Esses são fantasmas enterrados.

Convirá agora evitar a erupção de novos fantasmas artificiais como o «mercado interno», erigido como ameaça que paira sobre a nossa economia ou como fatalidade inelutável.

Como no passado recente em muitos outros domínios, saberemos todos, Governo, Administração, parceiros económicos e sociais, responder positivamente a esse desafio do mercado interno e fazer dele mesmo um motor de mudança em direcção à modernidade.

A Europa sem fronteiras será factor de progresso, libertando a competitividade criativa das empresas, impulsionando a interpenetração das economias e dando expressão tangível ao projecto de união europeia.

Não posso deixar também de dar relevo à importância de que se reveste para o aprofundamento da integração europeia a consolidação de uma verdadeira consciência europeia nos cidadãos da Europa, domínio que tem merecido empenhada participação de Portugal, sem que isso diminua, antes pelo contrário constitua um reforço da nossa própria nacionalidade e identidade cultural.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** As recentes decisões do Conselho Europeu constituíram uma vitória para a Comunidade e um indiscutível êxito negocial para o nosso país.

Com o compromisso alcançado rasgam-se novas perspectivas que ultrapassam os estreitos parâmetros mercantilistas e a visão limitada do projecto europeu, dando expressão a um novo conceito de espaço europeu: mais forte, mais solidário, mais coeso.

É nisso que acreditamos e apostamos.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, terminado este debate, informo que o Plenário volta a reunir na próxima quinta-feira, às 10 horas, com período de antes da ordem do dia. Da ordem do dia consta a discussão das seguintes matérias: relatório sobre segurança interna, deliberação sobre a constituição de uma comissão eventual para o contacto com as Cortes Espanholas, deliberação n.º 12/V (PSD) e projectos de lei n.ºs 172/V, 199/V e 125/V. Também terá lugar a eleição para o presidente do Conselho Nacional de Educação.

Está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 35 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adão José Fonseca Silva.

António Maria Pereira.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

Arménio dos Santos.

Carlos Alberto Pinto.

Dinah Serrão Alhandra.

Flausino José Pereira da Silva.

João Álvaro Poças Santos.

João José Pedreira de Matos.

José Leite Machado.

José Luís Bonifácio Ramos.

José Manuel Rodrigues Casqueiro.

José Mário Lemos Damião.

Licínio Moreira da Silva.

Luís Manuel Neves Rodrigues.

Manuel Ferreira Martins.

Manuel Joaquim Batista Cardoso.

Manuel José Dias Soares Costa.

Manuel Maria Moreira.

Mário de Oliveira Mendes dos Santos.

Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.

Rui Alberto Limpo Salvada.

Rui Gomes da Silva.

Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.

Valdemar Cardoso Alves.

**Partido Socialista (PS):**

António Manuel de C. Ferreira Vitorino.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Edmundo Pedro.  
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.  
 Hélder Oliveira dos Santos Filipe.  
 João Rosado Correia.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Carlos Campos Rodrigues Costa.  
 Maria Luísa Amorim.  
 Maria Odete Santos.  
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social Democrata (PPD/PSD):**

Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.  
 Carla Tato Diogo.  
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
 Fernando Monteiro do Amaral.  
 Filipe Manuel Silva Abreu.  
 Jaime Carlos Marta Soares.

**João José da Silva Maçãs.**

José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Mendes Bota.  
 José Pereira Lopes.  
 Luís Amadeu Barradas Amaral.  
 Luís António Martins.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.  
 Margarida Borges de Carvalho.  
 Mário Jorge Belo Maciel.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.

**Partido Socialista (PS):**

António José Sanches Esteves.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Torres Couto.  
 Vítor Manuel Caio Roque.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Álvaro Manuel Balseiro Amaro.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

Vasco da Gama Lopes Fernandes.

**OS REDACTORES:** *José Diogo — Ana Maria Marques da Cruz.*



# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicase que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 48; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 184\$00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex